



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FLÁVIO HENRIQUE SARAIVA LINO

A NOVA ALIANÇA DE ABRAÃO:

Elementos estratégicos do apoio dos Estados Unidos

a Israel na revista 'Foreign Affairs'

(1945-1975)

Rio de Janeiro

2017

FLÁVIO HENRIQUE SARAIVA LINO

**A NOVA ALIANÇA DE ABRAÃO:
Elementos estratégicos do apoio dos Estados Unidos a
Israel na revista 'Foreign Affairs'
(1945-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Política e Cultural.

Orientador: Professor Doutor Flávio Limonci

Rio de Janeiro, 2017

FLÁVIO HENRIQUE SARAIVA LINO

A nova aliança de Abraão: elementos estratégicos do apoio dos Estados Unidos a Israel na revista 'Foreign Affairs' (1945-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Política e Cultural.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Flávio Limoncic – Orientador

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professor Doutor Ricardo Henrique Salles

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Cecília da Silva Azevedo

Universidade Federal Fluminense – UFF

Agradecimentos

Aos meus pais, Geraldo e Maria de Lourdes, que sempre insistiram no valor da educação e a colocaram como prioridade absoluta em nossa família, dando a todos nós a oportunidade de desenvolvermos nossos potenciais e sermos o que quiséssemos na vida.

Ao meu orientador, Flávio Limonic, que desde o início demonstrou entusiasmo com meu objeto de pesquisa e me manteve no foco para que eu não perdesse o rumo, dando-me atenção e conselhos valiosos sem os quais este trabalho não teria chegado a bom termo.

À professora Cecília Azevedo, que aceitou fazer parte da banca de qualificação e defesa, cujas críticas diretas e objetivas e aporte bibliográfico tirado de sua própria biblioteca foram de grande valia na correção de rumos e na observação de outras questões antes não contempladas na pesquisa.

À professora Miriam Coser, que aceitou fazer parte da banca de qualificação e me abriu os olhos para a importante questão do discurso em sua disciplina Cultura, Poder e Representação II, parte fundamental numa pesquisa como esta, além de ter feito uma leitura atenta, apontando correções para enriquecer o resultado final.

Ao professor Ricardo Henrique Salles, que num espírito de solidariedade acadêmica aceitou o convite para fazer parte da banca de defesa, prestigiando minha pesquisa com sua presença.

Aos demais professores e colegas de mestrado, que contribuíram para manter o bom nível dos debates e o interesse de nossos encontros, tornando prazerosa a navegação pelos dois anos e meio de duração desta pesquisa.

A este nosso tão sofrido país, que apesar da crônica falta de recursos para tantas áreas da atuação pública — por conta de má gestão ou corrupção — ainda assim proporciona a alguns de nós um ensino público de excelência que nos ajuda a melhorar quem somos.

Observações

Todos os textos dos artigos da 'Foreign Affairs' utilizados nesta pesquisa, além da bibliografia em língua estrangeira, foram traduzidos por mim, de maneira que quaisquer falhas nesse sentido não podem ser atribuídas a ninguém mais além do próprio autor desta dissertação.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a construção e a manutenção do apoio dos Estados Unidos a Israel, a partir dos argumentos que privilegiaram o valor estratégico e militar dessa aliança. Com esse propósito, foi escolhida a revista "Foreign Affairs", publicada pelo Council on Foreign Relations, organização privada baseada em Nova York que reúne importantes membros do establishment da política externa americana e uma das mais influentes em sua área de atuação. Procurei identificar, entre 1945 e 1975, os elementos do debate entre os defensores e os detratores da aliança que pudessem justificar o sólido posicionamento adotado pelos Estados Unidos, contrastando-os com os próprios interesses nacionais do país durante o período da Guerra Fria.

Palavras-chave: Estados Unidos; Israel; Oriente Médio; Palestina; Guerra Fria; árabes

ABSTRACT

The purpose of this research was the analysis of the construction and maintenance of the United States' support to Israel, focusing on the arguments which privileged the military and strategic value of that alliance. To that end, I chose the magazine "Foreign Affairs", published by Council on Foreign Relations, a New York-based private organization with a membership of important members of the American foreign policy establishment and one of the most influential in its area. I tried to identify, from 1945 to 1975, the elements of the debate between the supporters and critics of the alliance which could justify the solid position adopted by the United States, contrasting them with the country's own national interests during the Cold War.

Key words: United States; Israel, Middle East; Palestine; Cold War

SUMÁRIO

Introdução	11
-------------------------	----

Capítulo 1: Um pano de fundo geral da questão

1.1 O Oriente Médio como tema de debate.....	34
1.2 O embate entre realistas e liberais.....	41
1.3 O papel da opinião pública americana.....	50
1.4 O Executivo, o Congresso e os formuladores da política externa americana.....	56
1.5 O discurso sobre o conflito árabe-israelense.....	61
1.6 Os dois papéis estratégicos de Israel.....	72

Capítulo 2: O estabilizador regional

2.1 Amigo fiel e recurso estratégico dos Estados Unidos.....	75
2.2 Uma amizade custosa.....	80
2.3 Republicanos, democratas e outros em concordância.....	83
2.4 O conservadorismo árabe na contramão do interesse americano.....	87
2.5 A Guerra dos Seis Dias: de amigo distante a aliado <i>de facto</i>	89
2.6 O Oriente Médio e a segurança das superpotências.....	94
2.7 A aliança e a ameaça a Israel: duas visões opostas.....	103
2.8 Yom Kippur: a aliança com Israel X o imperativo econômico árabe.....	110

Capítulo 3: A dimensão militar

3.1 Exclusão das alianças regionais.....	125
--	-----

3.2 O perigo mora dentro.....	131
3.3 A questão nuclear.....	135
3.4 De protegido a aliado de batalha.....	137
3.5 A Suíça do Oriente Médio.....	139
3.6 Uma aliança militar para a paz.....	144
3.7 Receita dupla: segurança para Israel & dignidade e território para os árabes.....	148
Considerações finais.....	156
Bibliografia.....	163

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. Divisão étnica da Palestina pré-independência.....	27
Figura 2. Mapa da Partilha da Palestina.....	28
Figura 3. Primeira página do 'New York Times' no dia da Independência de Israel...35	
Tabela 1. Artigos sobre Oriente Médio na 'Foreign Affairs'.....	38
Tabela 2. Artigos na 'Foreign Affairs' por região e tema.....	40
Figura 4. Mapa de Israel após a independência.....	75
Figura 5. Expansão de Israel na Guerra dos Seis Dias.....	90
Figura 6. Golda, Nixon e Kissinger em Washington em 1-3-1973.....	111
Figura 7. Posto sem gasolina na Pensilvânia durante o embargo em 1973.....	122
Figura 8. Pôster do Exército de Israel no dia do primeiro juramento.....	126

INTRODUÇÃO

“Este acordo não será um adeus às armas!”¹, disparou Benjamin Netanyahu, numa concorrida sessão conjunta da Câmara dos Representantes e do Senado dos Estados Unidos, diante de entusiasmados ouvintes, que se puseram de pé para aplaudi-lo. Durante a hora que se seguiu, naquela manhã de 3 de março de 2015, o primeiro-ministro de Israel fez algo que, para qualquer outro líder estrangeiro, seria impensável. Em seu inglês fluente, adquirido quando viveu no país na juventude, atacou com veemência e sem qualquer constrangimento o entendimento diplomático alcançado entre um grupo de potências, capitaneado pelo governo do democrata Barack Obama, e o Irã para deter o programa nuclear de Teerã. “Ele não bloqueia o caminho do Irã para a bomba. Ele pavimenta o caminho do Irã para a bomba”², continuou em seu desafio ao presidente do país onde se encontrava, o líder que com seu aval possibilitara a histórica *détente* com o regime dos aiatolás. E completou: “É um acordo ruim.”³

Seria impensável para qualquer outro líder estrangeiro... mas não para Netanyahu, o chefe de governo de um país que, nas últimas décadas, tem mantido relações privilegiadas com os Estados Unidos, a ponto de Israel ser tido como “demasiadamente envolvido no panorama político americano e no establishment de defesa para Netanyahu ser considerado um distante líder estrangeiro”.⁴ Em suma: Israel é, na visão de muitos analistas e observadores, praticamente uma questão de política interna americana, e não externa.

Assim, diante de uma Casa Branca não exatamente receptiva a seus argumentos — e por vezes até hostil — o premier israelense não hesitou. Tramou diretamente com o Congresso, dominado pela oposição republicana, o convite para falar aos representantes do povo da maior superpotência da Terra. A mesma cujo então presidente Harry Truman, apenas 11 minutos após a declaração de independência de Israel, em 14 de maio de 1948, anunciou o reconhecimento do novo país, tornando-se o primeiro a fazê-lo e dando-lhe uma ansiada legitimidade internacional, num momento em que exércitos de cinco nações árabes vizinhas entravam em ação para tentar sufocar seu nascimento.

¹ BAKER, Peter. In Congress, Netanyahu faults ‘bad deal’ on Iran Nuclear Program, *The New York Times*, 3/3/2015.

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ AVISHAI, Bernard. Netanyahu and the Republicans. *The New Yorker*, 4/2/2015.

Mas Netanyahu sabia onde estava pisando. Seu pronunciamento foi “de longe o discurso mais esperado de um líder estrangeiro ao Congresso em muitos anos”.⁵ Dedo em riste, foi aplaudido 39 vezes durante os cerca de 40 minutos que utilizou para lançar suas diatribes contra o acordo alcançado pelo governo de Obama — 23 delas de pé. Embora a líder democrata na Câmara, Nancy Pelosi, tenha classificado o discurso do premier israelense como “um insulto à inteligência dos Estados Unidos”⁶, e a assessora de Segurança Nacional, Susan Rice, tenha tachado a visita maquinada pelas costas da Casa Branca como “destrutiva ao tecido do relacionamento”⁷ entre os dois países, apenas uns 50 congressistas — dos 535 deputados e senadores que compõem o Legislativo federal americano — boicotaram a sessão em protesto. A imensa maioria, incluindo do partido do próprio presidente afrontado, não só compareceu como deu aval às queixas do premier de Israel — que, embora não recebido por Obama, naquela manhã entrou para o ultrasseletíssimo clube de líderes estrangeiros que tiveram a oportunidade de discursar três vezes numa sessão conjunta do Congresso americano, privilégio só concedido anteriormente ao britânico Winston Churchill. Mas tal deferência não foi por acaso.

A enorme autoconfiança de Netanyahu e a extrema complacência dos legisladores americanos a uma fala tão agressiva dentro de sua própria casa por um líder estrangeiro deveriam soar surpreendentes. Só que não. Um olhar mais atento à História deixa claro que nada há de estranho no comportamento nem do premier de Israel nem do Congresso dos Estados Unidos. Nas quase sete décadas de existência do moderno Estado de Israel, desde sua criação em 1948 no imediato pós-guerra, os dois países forjaram, não sem muitos altos e baixos, um relacionamento especial — tanto na esfera pública como na privada. “À parte alianças em tempos de guerra, é difícil pensar em outra instância em que um país forneceu a outro um nível semelhante de apoio material e diplomático por um período tão extenso. O apoio dos EUA a Israel é, em resumo, único”⁸, apontam John Mearsheimer e Stephen Walt.

⁵ BAKER, P. Op. cit.

⁶ HULSE, Carl. Netanyahu Event Similar to a State of the Union Address, but More Electric, *New York Times*, 3/3/2015.

⁷ RAVID, Barak. Susan Rice: Netanyahu’s Congress Speech Destructive to Israel-US Ties. *Haaretz*, 25/2/2015.

⁸ MEARSHEIMER, J.J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy, *Middle East Policy*, vol XIII, No. 3, Fall 2006.

Tendo os Estados Unidos se transformado num ator preponderante nos destinos do planeta desde a Segunda Guerra Mundial, não é de se espantar, então, que os líderes do pequeno Israel tenham se tornado frequentadores assíduos dos salões de poder político e econômico em Washington e Nova York. Foi nesta última cidade, no Hotel Waldorf Astoria, que o celebrado cientista Chaim Weizmann aceitou sua eleição para ser o primeiro presidente do novo país, em 17 de maio de 1948, apenas três dias após a declaração de independência. E seu primeiro ato oficial como chefe de Estado foi uma visita ao presidente Truman na Casa Branca uma semana depois. Desde então, a procissão de presidentes e primeiros-ministros israelenses aos Estados Unidos não mais cessou. De David Ben-Gurion a Benjamin Netanyahu, 11 primeiros-ministros fizeram 93 visitas oficiais ou privadas ao país entre 1948 e 2013, enquanto oito presidentes pisaram solo americano 16 vezes.⁹ No mesmo período, a título de comparação, o maior e mais antigo aliado dos EUA, o Reino Unido, enviou 13 primeiros-ministros 91 vezes ao outro lado do Atlântico, enquanto a rainha Elizabeth II fez seis visitas. Números que falam por si sós sobre o grau de proximidade entre os EUA e Israel.

Tal relacionamento, apesar de passar por momentos de maior ou menor aproximação, e por vezes até de hostilidade mútua — dependendo dos governos no poder em ambos os países, das respectivas conjunturas internas e da situação política internacional — tem demonstrado uma incrível solidez ao longo das últimas décadas. Israel recebe dos EUA a cada ano, em forma de assistência econômica e militar, cerca de US\$ 3 bilhões — a maior ajuda externa americana a um único país, totalizando cerca de US\$ 234 bilhões (já ajustado pela inflação) de 1948 a 2013.¹⁰ E Washington já usou seu poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas 42 vezes para proteger o aliado de resoluções críticas.¹¹ De que forma se deu a construção dessa aliança e como ela se mantém firme, diante de situações adversas como o estranhamento entre Obama e Netanyahu descrito logo no começo — que foi precedido por muitos outros entre líderes dos dois países — foi a indagação inicial que moveu o presente estudo.

Para tal, propus-me a investigar os fundamentos estratégicos que, na fase crucial de sua constituição, embasaram essa inusitada e quase simbiótica aliança entre a superpotência de 300 milhões de habitantes e o pequeno país de 8 milhões. Assim,

⁹ US. DEPARTMENT OF STATE. *Visits by Foreign Leaders of Israel*.

¹⁰ COREN, Ora; FELDMAN, Nadan. U.S Aid to Israel totals \$ 233,7b Over Six Decades. *Haaretz*, 20/3/2013.

¹¹ JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.N. Security Council: U.S. Vetoes of Resolutions Critical to Israel*.

assumi a perspectiva de que a percepção de um interesse estratégico dos Estados Unidos por Israel foi fundamental na construção e na manutenção da aliança, ressalvado o entendimento, no entanto, de que nenhum fator por si só possa ser considerado determinante, ou que se excluam outras considerações de ordem cultural ou mesmo pessoal — como razões psicológicas ou afetivas — dos atores envolvidos. Como historiador, entendo que não se devem buscar mitos de origem nos fenômenos históricos, mas sim considerar a multiplicidade de fatores que se interpõem em certos contextos, circunstâncias e épocas para torná-los possíveis. Como disse o filósofo francês e historiador Michel Foucault em sua cruzada epistemológica contra o mito das origens, defendendo uma abordagem genealógica dos eventos históricos,

se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica [...], aprende que atrás das coisas há [...] não seu segredo essencial e sem data, mas que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.¹²

A aliança entre Israel e Estados Unidos, como já apontado, é única. Mas não é somente essa característica que a faz merecedora de um estudo mais aprofundado. Desde sua fundação em 1948, Israel — apesar de seu diminuto tamanho territorial e populacional — tem estado no centro de alguns dos mais importantes eventos históricos da segunda metade do século XX e deste início de XXI. As inúmeras guerras que o país lutou mobilizaram as grandes potências, contribuindo para acirrar as rivalidades na Guerra Fria, envolveram instituições internacionais e mexeram no tabuleiro de poder no Oriente Médio, reconfigurando fronteiras regionais e também determinando um choque nos preços do petróleo que teve impacto nas economias de todo o planeta depois de 1973. Sua mera existência é motivo de descontentamento para muitos muçulmanos em toda parte, pelo fato de o país estar agora em posse dos lugares sagrados de Jerusalém, a terceira cidade mais sagrada do Islã. Tal situação e o percebido sofrimento do povo palestino — exilado ou sob ocupação israelense e sem direito a um Estado próprio que lhe sirva de porto seguro — têm servido como catalisadores de insatisfações múltiplas que deságuam no fenômeno contemporâneo do extremismo islâmico.

¹² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. 17 e 18.

E os Estados Unidos, por sua ligação íntima com Israel, compartilham com o aliado os papéis principais nos dramas decorrentes das ações dos governos israelenses e da existência mesma do país, contra a qual não são escassos os oponentes. Em sua “carta ao povo americano”, de novembro de 2002, em que detalhava as razões pelas quais lutava contra os EUA, o terrorista Osama bin Laden — chefe da al-Qaeda e mandante dos atentados de 11 de setembro de 2001, que deixaram mais de 3 mil mortos em Nova York, Washington e Pensilvânia — achou por bem apontar como o primeiro de sua longa lista de agravos contra a superpotência o fato de que

Vocês nos atacaram na Palestina. [...] Os britânicos entregaram a Palestina, com a sua ajuda e o seu apoio, aos judeus, que a têm ocupado por mais de 50 anos; anos transbordando de opressão, tirania, crimes, matança, expulsão, destruição, devastação. A criação e continuidade de Israel é um dos maiores crimes, e vocês são os líderes de seus criminosos. E é claro que não há necessidade de explicar e provar o grau de apoio americano a Israel. A criação de Israel é um crime que deve ser apagado. Toda e qualquer pessoa cujas mãos tenham ficado poluídas na contribuição para esse crime deve pagar seu preço, e pagar pesadamente.¹³

Argumentos semelhantes são encontrados nos discursos de inúmeros outros grupos extremistas islâmicos como parte das justificativas para a realização de ataques terroristas contra alvos identificados com os EUA ou o Ocidente, seja dentro de sua própria extensão geográfica ou fora dela. Com tantos elementos que vinculam diretamente o interesse nacional dos Estados Unidos a Israel, fica ainda mais clara a importância de se estudar as circunstâncias da aliança entre os dois países.

Como base para a análise desse relacionamento especial, escolhi como *corpus* documental a revista “Foreign Affairs”, publicada pelo Council on Foreign Relations (CFR), organização privada independente e não-partidária e um dos principais centros de estudo da política externa americana — e, de forma menos conspícua, um importante instrumento de lobby de uma parcela importante das classes dominantes dos EUA. Fundado em 1921 e baseado em Nova York, ele é aberto apenas a cidadãos americanos e se dedica, em suas próprias palavras, a “ajudar a melhor entender o mundo e as

¹³ LADEN, Osama bin. Full text: Bin Laden’s ‘letter to America’. *The Guardian*, 24/11/2002.

escolhas de política externa que se apresentam aos EUA e a outros países”.¹⁴ Ou, nas palavras de outros, a “elaborar uma estrutura geral para a política externa” dos EUA, num trabalho de lobby que “desde a Segunda Guerra Mundial, no mais tardar (...), tem tido um sucesso notável em esclarecer seu ponto de vista ao governo, independentemente da administração no poder”.¹⁵

A criação do CFR ocorreu no contexto do imediato pós-Primeira Guerra, conflito que, com a entrada dos EUA em sua fase final, marcou o abandono momentâneo pelo país de sua política de isolamento das disputas internacionais fora de sua tradicional área de influência no continente americano. A origem da organização foi o grupo The Inquiry, composto por cerca de 150 acadêmicos e estabelecido em setembro de 1917 pelo presidente Woodrow Wilson a fim de preparar o país para as negociações de paz no fim da guerra. A equipe elaborou mais de 2 mil documentos que mais tarde serviriam de base para os famosos Catorze Pontos de Wilson, delineando a visão de mundo do presidente para o mundo após o fim do conflito. Da equipe que acompanhou Wilson a Paris em 1919 para a Conferência de Paz, 21 eram provenientes do Inquiry. Dois anos depois, parte daquele grupo originário de acadêmicos uniu-se a homens de negócio e, juntos, transformaram esse embrião no CFR, considerado por muitos ainda hoje “o mais influente centro de pesquisas de política internacional da nação”¹⁶, e a “Foreign Affairs”, por extensão, sua “mais influente publicação de política externa”.¹⁷ “Não há dúvidas”, afirmam o historiador Laurence H. Shoup e o autor de livros sobre política americana William Minter, que “a publicação tem ocupado uma posição virtualmente incontestada como o principal periódico sobre temas internacionais e praticamente a única regularmente lida pelos tomadores de decisões e ‘homens de negócios’ assim como eruditos acadêmicos”.¹⁸ Embora esta afirmação tenha sido feita há quase 40 anos, avaliações atuais citadas neste trabalho permitem concluir que a revista mantém-se no topo da pirâmide de influência na sua área.

Atualmente, o CFR conta com cerca de 4.900 membros, e em seu relatório anual de 2015, listou 160 membros corporativos, ou seja, companhias que fazem parte da

¹⁴ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Mission Statement*.

¹⁵ SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust – The Council on Foreign Relations & United States Foreign Policy*. Lincoln: Authors Choice Press, 2004, p. 5.

¹⁶ LOBE, J. *Realists rule?*. Inter Press Service News Agency, 2005.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ SHOUP, L.H.; MINTER, W. Op. cit., p. 18.

instituição “e são uma fonte vital de *insight* e apoio”.¹⁹ Entre os atuais 35 integrantes de seu conselho de diretores estão nomes proeminentes do mundo político, diplomático, militar, acadêmico e corporativo dos EUA. Lá têm assento, por exemplo, os ex-secretários de Estado Colin Powell e Madeleine Albright; o general e ex-chefe do Comando Central dos EUA John Abizaid; a ex-vice-diretora de Inteligência da CIA Jami Miscik; os CEOs do grupo FedEx, Frederick W. Smith, e da Coca-Cola, Muhtar Kent, além do presidente do grupo Caterpillar, James W. Owens; o editor-chefe da revista “Time” Fareed Zakaria; o ex-CEO da agência de notícias Reuters Thomas H. Glocer; o reitor do Miami Dade College Eduardo J. Padrón, ex-presidente do conselho de diretores da Associação de Faculdades e Universidades Americanas, que reúne cerca de 1.300 instituições. Já entre os membros da organização, descritos como “seu bem mais valioso, um pilar da força da instituição e uma indicação de sua influência”²⁰, o Relatório Anual de 2014 contabilizava dois ex-presidentes e dois ex-vice-presidentes, 26 vencedores do Prêmio Pulitzer, nove laureados com o Prêmio Nobel, 52 líderes de companhias da lista das maiores 500 da revista “Fortune” e 62 generais e almirantes das Forças Armadas dos EUA.

Em suma, uma variada gama dos detentores de poder — em todas as esferas — no país, o que torna o CFR “uma parte-chave de uma rede de pessoas e instituições a que observadores simpatizantes comumente se referem como ‘o establishment’”.²¹ Tal constelação é indicativa de que os temas tratados pela “Foreign Affairs” devem, antes de tudo, refletir os interesses e preocupações da parcela da classe dominante dos EUA à qual o CFR está vinculado e da qual a publicação se constitui em porta-voz. Assim, as escolhas editoriais da revista — o que aparece ou não em suas páginas — devem ser o espelho desses interesses e preocupações.

É importante apontar que a adesão ao CFR é restrita a americanos. Nada surpreendente, dado o fato de que na gênese da entidade está o grupo The Inquiry, cujo objetivo era preparar os EUA para o pós-Primeira Guerra, defendendo os interesses do país e de sua classe dominante, inserindo-os no topo da nova ordem internacional que seria montada após as armas silenciarem.

¹⁹ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *2015 Annual Report*, p. 16.

²⁰ CFR, *2014 Annual Report*, p. 5.

²¹ SHOUP, L.H.; MINTER, W. *Op. cit.*, p. 9.

“O Council on Foreign Relations (...) foi desenhado para equipar os Estados Unidos da América para um papel imperial na cena mundial. A Grã-Bretanha tinha dominado a política mundial durante o século XIX, não somente através de seu império colonial, mas também por meio de uma cada vez mais ampla esfera informal de influência. De uma maneira similar, assim pensavam esses líderes americanos, os Estados Unidos desempenhariam um papel dominante nos anos seguintes à guerra.”²²

Ao falar em classe dominante dos EUA, cumpre apontar que, a despeito da heterogeneidade de sua formação, o CFR é claramente vinculado, desde sua concepção, à parcela desse amplo grupo que se encontra no centro dos interesses do país como superpotência capitalista: a elite industrial-financeira da Costa Leste organizada em torno de Wall Street. Num levantamento feito em 1969 — perto do fim, portanto, do período englobado por este estudo — a concentração de membros do CFR no Nordeste dos EUA era de 70%, com outros 14% provenientes do Sul, em sua maioria da área metropolitana em torno de Washington, praticamente uma extensão geográfica da região principal. Dos diretores do órgão, 85% viviam no Nordeste e 10%, em Washington.²³ Apesar de, com o passar dos anos, a demografia regional dos membros do CFR ter se modificado — em 1981, 31% viviam fora do eixo Nova York-Washington, percentual que aumentou para 37% em 2007 — a base do Conselho continua sendo por uma maioria significativa a faixa territorial entre a capital econômica e financeira do país e sua capital política.²⁴

A esses dados junte-se o fato de que, nos Estados Unidos, segundo apontam Shoup e Minter, uma parte considerável dos principais funcionários ligados à condução da política externa no período em que o país se firmou como superpotência de ação global (60% entre 1945 e 1972) “são homens com outras carreiras privadas no establishment e no mundo corporativo recrutados para o governo em base temporária”.²⁵ No mesmo período, acrescentam os dois, mais de metade desses altos funcionários eram membros do CFR, numa indicação de uma significativa intercessão destes com o campo da política externa americana. Assim, pode-se depreender que, embora a “Foreign Affairs” publique artigos de pessoas de todo o planeta, funcionando como importante tribuna

²² SHOUP, L.H.; MINTER, W. Op. cit, p. 3

²³ Ibid, p. 102 e 103.

²⁴ SHOUP, Laurence. *Wall Street's Think Tank*, p. 64 e 65.

²⁵ Cf. nota 22, p. 60.

para que proeminentes vozes de dentro e de fora do território americano levem sua mensagem e exponham seus pontos de vista às elites do país, a revista é, essencialmente, um instrumento de lobby de um grupo que “está solidamente baseado na classe capitalista dos Estados Unidos e representa uma iniciativa consciente do setor dominante dessa classe, a oligarquia financeira de Nova York.”²⁶

Embora não seja o objetivo deste estudo fazer a análise de se e como os discursos presentes na revista se tornaram políticas públicas, mas tão somente verificar que argumentos foram utilizados em suas páginas para justificar, aos olhos das elites dominantes nos EUA, a aliança entre o país e Israel, é importante discorrer brevemente sobre essa “porta giratória” entre os setores público e privado existente na estrutura do Estado americano. O entendimento de seu funcionamento básico, aqui abordado através do vaivém entre governo e academia, permite vislumbrar como ideias apresentadas na “Foreign Affairs” podem, eventualmente, encontrar seu caminho para se tornarem parte efetiva da política externa dos EUA. E permite ainda, como efeito colateral, reforçar o papel da revista como fonte de estudo.

Tal porta giratória entre governo e academia é uma marca bastante característica dos EUA, onde cada ocupante da Casa Branca recruta no mundo acadêmico²⁷ um número significativo de pessoas para preencher postos-chave da administração, dando-lhes voz e peso na formação das políticas do país, tanto internas como externas. São o que o historiador Daniel Aarão Reis chamou de “intelectocratas”, “pensadores que puseram suas capacidades intelectuais a serviço do poder”.²⁸ Apesar de em sua análise ele ter considerado primordialmente os intelectuais russos de meados do século XIX que preferissem “intervir nos assuntos da sociedade através do Estado, elaborando e, às vezes, implementando propostas que teriam grande impacto na (re)modelagem do futuro do Império”²⁹, a mesma categorização pode, por analogia, ser aplicada aos intelectuais que, oriundos da vida privada, entram e saem do serviço do Estado americano ao sabor do resultado das urnas a cada quatro anos.

²⁶ SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust*, p. 85.

²⁷ Deve-se lembrar que nos EUA, boa parte das principais universidades — e todas as oito que compõem a chamada Ivy League (Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, University of Pennsylvania, Princeton e Yale) — é privada. Segundo Shoup e Minter, 48% dos membros dos CFR em 1969 e 42% dos diretores entre 1922 e 1972 eram graduados em Harvard, Yale, Princeton e Columbia. Entre os pós-graduação, o índice subia para 70% dos membros e 58% dos diretores (p. 75).

²⁸ REIS, Daniel Aarão. A aventura política dos intelectuais russos em meados do século XIX. In: RIDENTI, Marcelo et al. *Intelectuais e Estado*, p. 15. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

²⁹ *Ibid*, p. 15.

Esse recrutamento se faz em grande parte em universidades ou em “instituições de aconselhamento e planejamento quintessencialmente americanas chamadas de *think tanks* — grupos de pesquisa privados e sem fins lucrativos que operam nas margens do processo político formal da nação”.³⁰ E os intelectuais que aí trabalham constituem

uma amorfa mas influente classe de pessoas (...) que servem no governo e cujas ideias às vezes formatam escolhas políticas ou são incorporadas em programas governamentais e cujos relatórios e estudos — seu impacto frequentemente amplificado pela mídia — definem as fronteiras de nossos debates políticos.³¹

Uma rápida olhada nos nomes dos articulistas em cada edição da “Foreign Affairs” é suficiente para constatar a proliferação desses intelectocratas que com frequência trocam as pesquisas acadêmicas pelos corredores do poder em Washington, e vice-versa. Para citar apenas alguns exemplos no período inicial pertinente a esta pesquisa: Francis Bowes Sayre Sr, professor da Faculdade de Direito de Harvard e secretário de Estado assistente (“The quest for independence”/julho 1952); McGeorge Bundy, professor de Governo em Harvard e assessor de Segurança Nacional (“Imperatives of foreign policy”/novembro 1952); Gardner Patterson, professor de Economia em Princeton e chefe da missão econômica no Departamento de Estado e assessor econômico do Departamento de Estado em Israel (“Israel’s Economic Problems”/janeiro 1954); Henry Kissinger, diretor de projetos de pesquisa em Harvard, no CFR e no Rockefeller Brothers Fund e assessor de Segurança Nacional e secretário de Estado (“Reflections on American diplomacy”/outubro de 1956); M.F. Millikan, professor de Economia e diretor do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology e diretor-assistente da CIA e consultor de vários governos (“Foreign Aid: the next phase”/abril de 1958).

Dos cinco acima citados, pelo menos três fazem ou fizeram parte do CFR. Não há aqui com apenas cinco exemplos a pretensão de demonstrar uma estatística ou mesmo tentar provar uma ligação direta de causa e efeito entre o CFR & “Foreign Affairs” e a política externa adotada pelos EUA — outros estudos já o fizeram — mas apenas indicar espaços existentes para o exercício de uma influência nesse sentido. Espaços

³⁰ SMITH, J.A. *The Idea Brokers – Think tanks and the rise of the new policy elite*. P. XIII (prólogo). New York: The Free Press, 1991.

³¹ *Ibid*, p. XIII (prólogo).

estes que se abriram ainda mais a partir dos anos 1960, com a ascensão vertiginosa do especialista acadêmico no cenário político nacional americano e a proliferação de *think tanks*. A partir de então, “conhecimento e poder pareciam confortavelmente unidos”.³² O sucesso dessas instituições pode ser medido em números: em meados da década de 1980, os 25 maiores desses centros já publicavam cerca de 250 livros por ano e mais de mil relatórios, registros de conferências, séries de palestras e estudos.³³ No início dos anos 1990, pelo menos cem *think tanks* se aboletavam em Washington, onde, segundo um observador, “até mesmo uma instituição medíocre (...) pode ser mais importante do que uma instituição de primeira linha em outro lugar” e onde “os assuntos são debatidos, oportunidades de consultoria governamental e privada existem e o jornalismo político é centrado”.³⁴ Em outras palavras, onde existe a possibilidade de trabalhar para o governo dos EUA ou de tentar influenciá-lo através de lobby. Como apontou Daniel Aarão Reis,

Os intelectuais ocidentais (...) dispõem, conforme as condições gerais das sociedades onde vivem, de condições de prestígio, de exercício da palavra e de participação nos assuntos da Cidade muito mais favoráveis do que os intelectuais orientais, constantemente cercados pela sufocante pressão do Estado e pela escassa margem de autonomia das instituições existentes.³⁵

Sendo o próprio CFR um dos mais poderosos *think tanks* dos EUA (para alguns, o mais poderoso), como já descrito anteriormente, intelectocratas oriundos de suas fileiras — e também de outras instituições do gênero — que passem pela porta giratória e entrem no serviço público em Washington têm a chance de participar do que Theodore H. White classificou, em meados dos anos 1960, como “um novo sistema de poder na vida americana, o novo sacerdócio, único a este país e a esta época, dos intelectuais de ação americanos”.³⁶ A porta, no entanto, funciona também no sentido contrário, e não se limita apenas aos intelectuais a serviço do poder — altos funcionários de outras origens que não a academia também são cooptados pelo CFR, que, por seu prestígio, atrai a nata dos servidores públicos ligados à política externa dos EUA. Num levantamento feito entre 1945 e 1972,

³² SMITH, James A. *The Idea Brokers*. New York: The Free Press, 1991, p. 139.

³³ *Ibid*, p. 191.

³⁴ *Ibid*, p. 211.

³⁵ REIS, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p.15.

³⁶ WHITE, Theodor H. *The Action Intellectuals*, *Life* (9 junho 1967), p. 44.

O processo de recrutamento não é simplesmente de mão única, é claro. Apenas um de cada quatro altos funcionários da política externa era membro do Conselho no momento em que tomou posse. Outros eram recrutados para o Conselho durante ou depois de sua passagem pelo governo. Os membros do Conselho no governo mantêm os olhos abertos para outros funcionários que poderiam ser bons membros do Conselho e os sugerem para o Comitê de Admissão. Assim como a rota de carreira para um alto posto no funcionalismo pode incluir ser membro do Conselho, uma das rotas para ser membro do Conselho é ter um alto posto no governo. O resultado desses dois processos é o estabelecimento de vínculos próximos entre o Conselho e os funcionários da política externa.³⁷

Um outro aspecto de crucial importância para esta análise é o público-alvo da “Foreign Affairs. Segundo seu site, a revista é distribuída para todos os membros do Congresso” e, entre seus leitores, 92% têm curso superior e “29% têm assento em pelo menos um conselho de diretores”³⁸ de instituições ou corporações. É um público-alvo definido pela revista como “Elite de Influência” (*Influential Elite*) — “pessoas cujas decisões balançam os mercados, definem indústrias, e direcionam o curso das nações”.³⁹ Algo como uma elite dentro da elite entre aqueles americanos que têm uma visão mais internacionalista e cultivam interesse pelo papel do país no mundo. Essa classificação do público-alvo da “Foreign Affairs” por ela mesma, que poderia ser suspeita de autopromoção, é corroborada pelas avaliações bianuais recentes da Erdos & Morgan, uma das maiores companhias de pesquisa de mercado dos EUA e atuante no ramo desde 1947. Segundo elas, a “Foreign Affairs” tem estado frequentemente incluída entre os dez mais influentes meios. Em duas avaliações seguidas recentes, realizadas entre 2004 e 2006 por meio de consultas a “483 mil líderes de opinião americanos que formatam as políticas e as opiniões nos setores público e privado”⁴⁰ do país, a revista ficou em primeiro lugar como a mais influente. Este desempenho a colocou, segundo a pesquisa, à frente de todos os meios, tanto impressos como transmitidos, incluindo publicações de ampla circulação e marcada influência como “New York Times”, “Wall Street Journal”, “Economist” e “Washington Post”.

³⁷ SHOUP, L.H.; MINTER, W. *Op. cit.*, p. 59.

³⁸ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *Foreign Affairs*.

³⁹ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *Foreign Affairs*. Demographics.

⁴⁰ COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, *Foreign Affairs Again Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion-Leader Study*.

Ainda assim, não se pode caracterizar a “Foreign Affairs” como pertencente à categoria dos *mass media*, entendida como grupo de “tecnologias de mídia diversificadas que têm o objetivo de atingir uma ampla audiência por meio de comunicação em massa”.⁴¹ Conclusão esta corroborada, a meu ver, pela relativamente pequena circulação de sua edição impressa, restrita a 195 mil exemplares em junho de 2016, segundo levantamento da Alliance for Audited Media, dos EUA. Se considerarmos que com tal circulação ela não chega sequer perto das 100 maiores revistas dos EUA registradas no mesmo levantamento — a “Time”, com 3,032 milhões de exemplares semanais, ocupava o 13º lugar, e a última da lista, a “Fast Company”, ficava na casa dos 782 mil⁴² — a “Foreign Affairs” fica num posicionamento distante para ser classificada como *mass media* num país de 300 milhões de habitantes com um arraigado hábito de leitura e uma sólida imprensa com séculos de tradição.

Outro aspecto que, na minha opinião, a afasta dos *mass media* é o tamanho e a densidade dos artigos (em média 8 a 10 páginas, podendo chegar a 14 ou até 16) e seu caráter altamente especializado, claramente distanciando seu leitor-padrão dos de outras publicações da categoria — por mais instruído que seja e por mais interesse que ele possa ter em política externa. Quantos americanos, afinal, se interessariam por uma revista que traz um artigo de 16 páginas sobre as eleições cambojanas (“Autopsy of a Cambodian Election”/“Foreign Affairs”, setembro-outubro de 2015) ou que dedique outras 12 discutindo que lições as guerras de religião europeias dos séculos XVI e XVII podem trazer sobre o moderno Oriente Médio? (“From Calvin to Caliphate”/ “Foreign Affairs”, maio-junho de 2015). A Elite de Influência certamente sim. O que provavelmente ajuda a explicar como uma revista de circulação tão restrita, em se tratando do gigantesco mercado editorial americano, possa ser incluída entre os meios mais influentes do país: ao atingir diretamente a elite dominante, ela se torna um poderoso instrumento de lobby para os interesses mais caros ao núcleo dessa mesma elite.

O surgimento da “Foreign Affairs”, em 1922, ocorreu no ano seguinte à criação do CFR, uma vez que os fundadores da organização desejavam audiências maiores para os debates nos quais estavam envolvidos, pensando os rumos da política externa dos EUA no pós-guerra e uma nova inserção do país na ordem internacional. Daí para a

⁴¹ *Mass media*, Wikipédia.

⁴² *List of Magazines by Circulation#United States*, Wikipédia.

publicação de uma revista trimestral foi um pulo. Seu primeiro editor foi o professor Archibald Cary Coolidge, de Harvard, ex-integrante do grupo Inquiry de Wilson, secundado pelo ex-correspondente de guerra Hamilton Fish Armstrong (que sucedeu a Coolidge após sua morte em 1928, ficando no cargo até 1972). E no número de estreia, o ex-secretário de Guerra e de Estado Elihu Root, que conduzira a diplomacia americana entre 1905 e 1909, no governo de Theodore Roosevelt, definiu no artigo principal o objetivo da revista. “O controle das relações externas pelas democracias modernas cria uma nova e premente demanda por educação popular sobre assuntos internacionais”⁴³, diz ele, aparentemente pregando uma nova era de participação ativa da opinião pública na condução da política exterior. E continua, alegando que os cidadãos dos países democráticos “exigem saber o que está acontecendo e ter a oportunidade de expressar suas opiniões em todos os estágios dos procedimentos diplomáticos”.⁴⁴

Nesse primeiro número também já ficaram claras duas características que acompanhariam a revista até os dias atuais: a presença de articulistas de grosso calibre e a abertura ao debate. Junto com Root, assinaram artigos o então primeiro-ministro e chanceler da Tchecoslováquia, Eduard Benes, e o futuro premier francês André Tardieu. A “Foreign Affairs” alcançou destaque após o fim da Segunda Guerra Mundial, com redesenho do papel dos EUA no mundo — depois da recaída no isolacionismo do entreguerras. A condição de superpotência dos EUA e a Guerra Fria tornaram as relações internacionais, de uma vez por todas, assunto de interesse crucial para os americanos. Dentro de seu novo status, nas décadas seguintes a revista serviu de palco de importantes discussões que marcaram as relações internacionais: foi em suas páginas que George F. Kennan delineou a estratégia de contenção da União Soviética, em 1947, e que Samuel Huntington propôs sua famosa teoria do “choque de civilizações”, em 1993.

Na qualidade de instrumento de lobby, no entanto, é de se depreender que a “Foreign Affairs” não se constitua unicamente num “palco democrático” para o enfrentamento de diferentes visões de mundo, com a intenção de dar subsídios a seus leitores para a formação de uma opinião independente, como Root — ex-secretário de Guerra e de

⁴³ ROOT, Elihu. A Requisite for the Success of Popular Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol. 1, n. 1, setembro de 1922.

⁴⁴ *Ibid.*

Estado e influente advogado corporativo de Wall Street — deu a entender no número de estreia. Daí que a abertura ao debate é tangenciada pelo objetivo que a revista se propôs já naquela ocasião, o de “guiar a opinião pública americana”⁴⁵ na definição do papel que os EUA deveriam desempenhar no mundo, papel este que tem por base os interesses das elites por trás da criação do CFR — das quais o próprio Root era um ilustre e icônico representante. Embora a “Foreign Affairs” indicasse que se dedicaria à tarefa “sem identificar-se com uma escola de opinião, mas mantendo-se aberta a ideias divergentes”⁴⁶, tal promessa pode ser interpretada como uma estratégia da revista, a qual se permite assim ter uma abertura para incluir falas diversas de modo a aumentar seu capital simbólico dentro da sociedade americana, que tem como um de seus valores básicos, desde sua formação, a liberdade de expressão e a diversidade de opiniões. Como diz o acadêmico americano Walter Russell Mead,

O respeito às tradições nacionais é um dos mais fortes e valiosos traços do caráter nacional. Ele se fundamenta em dois elementos: a admiração pelos princípios que nos deram origem, refletida na intensidade da atração que as ideias do iluminismo da época da independência ainda exercem na mente dos norte-americanos; e o simples reconhecimento de que, sob sua orientação, a república estadunidense tem desfrutado de uma existência política e materialmente muito mais feliz do que qualquer outra nação de dimensões comparáveis, na história do mundo.⁴⁷

Entre os temas que vêm frequentando de forma consistente as páginas da “Foreign Affairs” há décadas está o relacionamento entre Estados Unidos e Israel. Os dois países têm experiências de tempo bastante distintas, embora culturalmente se assemelhem em aspectos fundamentais de sua constituição como nação. O primeiro remete sua gênese aos pioneiros peregrinos chegados apenas quatro séculos atrás, e que, num pequeno pedaço da América do Norte, começaram lentamente a construir um país. Fugindo da perseguição política e religiosa na velha Europa, encontraram refúgio e liberdade em novas terras do outro lado do oceano. O segundo, por sua vez, tem sua Gênese enraizada nos relatos bíblicos datados de mais de dois milênios e meio, em que crenças religiosas e registros históricos se mesclaram no que veio a ser o principal argumento

⁴⁵ SHOUP, L.H.; MINTER, W. Op. cit., p. 18.

⁴⁶ Ibid, p. 18.

⁴⁷ MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, p. 144.

de legitimação da reconstrução de um país que há muito deixara de existir. Na Terra Prometida por Deus aos hebreus, num pedaço do que hoje se conhece como Oriente Médio, passado e presente de uniram quando os perseguidos pelo faraó e pelo Fürher — embora separados por milhares de anos — buscaram também refúgio, atravessando os mares.

Apesar da enorme distância entre os momentos cruciais constitutivos de suas respectivas identidades, os dois países vivem num mesmo tempo recente em sua entrada na esfera da política internacional. Ambos podem referir-se a 1945 e aos anos imediatamente posteriores como marco axial para sua estreia em cena. O fim da Segunda Guerra abriu-lhes novas possibilidades: para um, de recriar seu passado de ativa potência regional, com eventuais ações mundiais, em presente de atuante superpotência planetária; para o outro, de transformar o presente da possibilidade de vir-a-ser num futuro de plena existência. Com o término do conflito, os EUA — um país fundado pouco menos de dois séculos antes e que assumiu uma dimensão territorial continental, mas até então frequentemente hesitante em atuar em escala mundial — enterraram de vez a propensão ao isolacionismo do qual relutavam por vezes em sair. Já Israel, ainda apenas uma pequena promessa agarrada a memórias históricas e religiosas milenares, tornou-se então realidade, aproveitando o momento favorável para renascer na História, o que de fato ocorreria em 1948.

Assim sendo, é a partir do enquadramento nesse momento histórico que pretendo estabelecer o ponto de partida do recorte temporal para os efeitos desta análise. Julgo necessário, porém, fazer um breve retrospecto para situar historicamente a questão a fim de que se entenda a forma como ela se apresentava no quadro internacional da época.

A ideia do renascimento de um Estado judeu na Palestina ressurgiu com força no fim de século XIX, como fruto de uma mistura do sentimento nacionalista que varria a Europa e da intensificação do antissemitismo arraigado em diversos países com minorias judaicas importantes. Foi nesse momento que o jornalista judeu austro-húngaro Theodor Herzl lançou a ideia de que seu povo só viveria em tranquilidade num país próprio, onde constituísse a maioria. Chamado de sionismo, em referência a “Sion” (um dos nomes de Jerusalém), o movimento teve como plataforma de lançamento a publicação do livro “Der Judenstaat” (“O Estado judeu”), por Herzl em 1896. A proposta logo ganhou adeptos e de utopia passou a ser considerada um objetivo

tangível, construído aos poucos por um grupo de incansáveis pioneiros — tanto intelectuais, que a defendiam junto a governos, na imprensa e nos fóruns internacionais na Europa e nos EUA, como braçais, que a colocavam em prática nos assentamentos judaicos na Palestina então sob domínio otomano e, depois, britânico.

Os dois conflitos mundiais tiveram papel preponderante na realização do sonho sionista. A Primeira Guerra abriu caminho internacional para o reconhecimento oficial das aspirações dos judeus de retorno à terra ancestral a fim de estabelecer uma entidade política. Em campo de batalha oposto ao Império Otomano, o Reino Unido, em 1917, patrocinou a chamada Declaração Balfour, em que o secretário de Relações Exteriores britânico, Arthur Balfour, indicava a intenção de seu país de facilitar o estabelecimento de um “lar nacional” para os judeus na Palestina no pós-guerra. Terminado o conflito com derrota dos Impérios Centrais (entre os quais se encontrava o Otomano) em 1918, o território foi posto sob um mandato britânico outorgado pela Liga das Nações em 1922, abrindo as portas a um período de imigração intensificada de judeus, sobretudo após a ascensão do nazifascismo na Europa na década de 1930. A Segunda Guerra, na qual a população judaica da Europa foi dizimada no Holocausto, gerou novo ímpeto migratório entre os sobreviventes do genocídio após 1945. A soma de todos estes fatores, ocorridos nas primeiras décadas do movimento sionista, levou a população judaica na Palestina a subir de entre 2% e 5%, no fim do século XIX, a cerca de 32% nas vésperas da partilha, em 1948.⁴⁸

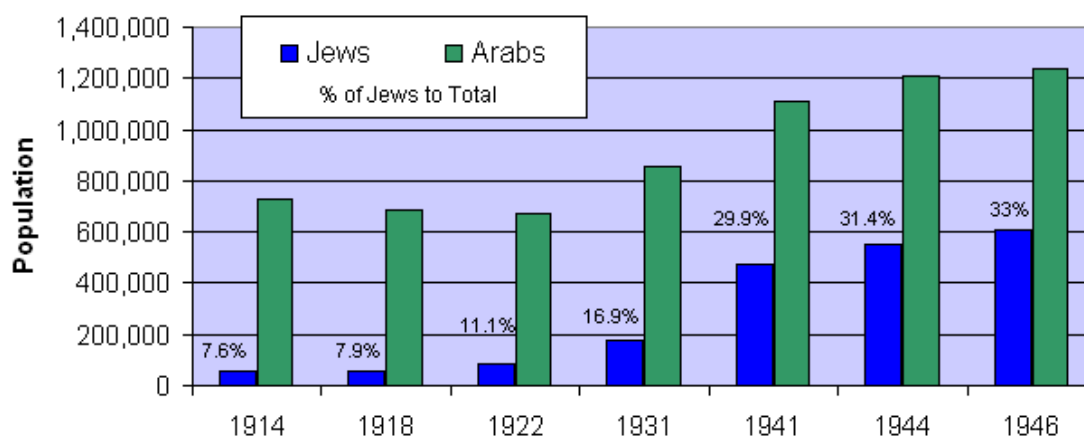


Figura 1 - Divisão étnica da população da Palestina

⁴⁸ *Demographic History of Palestine*, Wikipédia.

Tal incremento não ocorreu sem reação da população árabe local, que era esmagadoramente majoritária quando começou o fenômeno da imigração em massa de judeus após o início do sionismo e articulou seu próprio movimento nacional a partir da década de 1920. A crescente hostilidade entre as duas comunidades em suas reivindicações à mesma terra atingiu o ápice na Revolta Árabe, entre 1936 e 1939, quando a violência se espalhou e o governo do Reino Unido viu-se na contingência de rever sua posição de favorecimento aos judeus. Com a aproximação da Segunda Guerra e o temor de alienar o apoio árabe durante o conflito iminente, o governo britânico consolidou sua nova postura no White Paper, de maio de 1939, em que mantinha o apoio à noção de “lar nacional”, mas rejeitava a ideia de um Estado judeu independente ou a partilha da Palestina.

Findo o conflito mundial em 1945, árabes e judeus retomaram o confronto, cuja intensificação levou o Reino Unido a desistir do mandato sobre a região, remetendo a resolução da chamada Questão Palestina à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). Em 29 de novembro de 1947 — após recomendação por uma comissão designada em maio — a Assembleia Geral da ONU finalmente votou a Resolução 181, aprovando a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e um árabe, com a manutenção de status internacional em Jerusalém, cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas (cristianismo, islamismo e judaísmo).

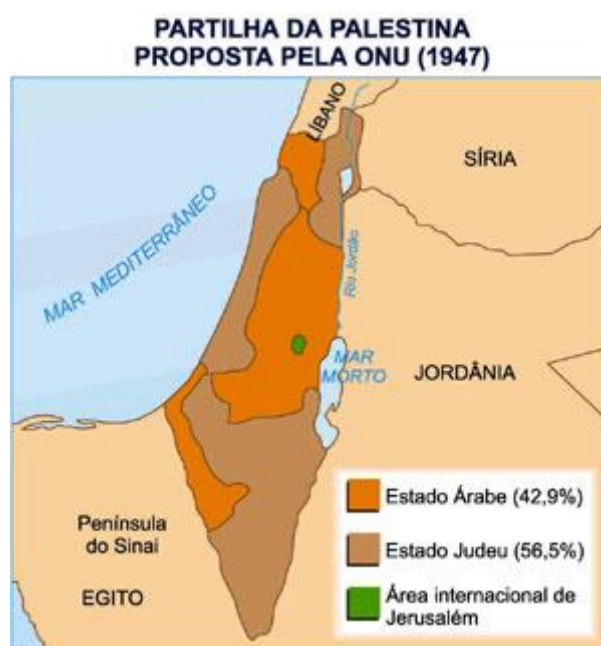


Figura 2 - Mapa da partilha da Palestina

É nesse momento que situo o início do recorte temporal de minha pesquisa, quando os Estados Unidos surgiram como superpotência e foram pela primeira vez chamados a se posicionar de forma oficial em relação a um Estado judeu na Palestina, alinhando-se entre os 33 países que deram seu “sim” à partilha (contra 13 votos, dez abstenções e uma ausência). Tal apoio não se deu, entretanto, sem uma ampla mobilização dentro da sociedade americana de adeptos e opositores da proposta sionista, envolvendo a opinião pública, grupos de interesse, a imprensa e o governo num vigoroso debate sobre qual postura adotar. Como lembra o historiador americano-israelense Michael B. Oren,

“A questão palestina tinha alienado amplos segmentos do Congresso e do público americano do establishment de política externa. No início de 1947, o cisma também tinha começado a bifurcar a Casa Branca. [...] O debate desenrolou-se intensamente tanto dentro da Casa Branca como fora dela, enquanto a situação na Palestina decaía rumo à guerra aberta.”⁴⁹

A decisão final favorável ao Estado judeu, tomada pelo presidente Harry Truman contra o posicionamento dos departamentos de Estado e Defesa e da Agência Central de Inteligência (CIA) — e não sem hesitações por parte do próprio mandatário — explicitou a falta de consenso interno que deu, no lado americano, o tom no relacionamento dos dois países nas décadas subsequentes, objeto deste estudo. Contra um pano de fundo que incluía a emergência dos Estados Unidos como superpotência e sua rivalidade planetária com a União Soviética na Guerra Fria, tal relacionamento, como dito anteriormente, enfrentou muitos solavancos ao longo do caminho, estando longe de configurar uma aliança totalmente harmônica. Ainda assim, os Estados Unidos tornaram-se o aliado indispensável que garantiu a sobrevivência e a supremacia militar de Israel no Oriente Médio. Como lembra o analista americano Mitchell G. Bard, especializado em política externa dos EUA e em Oriente Médio e diretor da Jewish Virtual Library,

“tanques, mísseis e aviões novos são caros e Israel não pode bancar suas necessidades sozinho. Portanto, a ajuda americana constante é vital à sua segurança. Além disso, os inimigos de Israel têm muitos

⁴⁹ OREN, Michael B. *Power, Faith and Fantasy – America in the Middle East 1776 to the Present*. Nova York: W.W. Norton & Company, Inc, 2007, p. 489.

fornecedores, enquanto Israel depende quase que inteiramente dos Estados Unidos para manter sua estrutura.”⁵⁰

Embora não tenha sido assim desde o início, este foi, nas últimas décadas, um dos pilares do compromisso assumido — e rigorosamente cumprido — pelos EUA com Israel, dentro de um quadro de rivalidade regional árabe-israelense, inserido até determinado momento num panorama mais amplo da disputa entre as superpotências. Minha pesquisa abrange dois terços do período em que se desenrolou esse confronto, terminado com a derrota da URSS com a queda do Muro de Berlim em 1989. Não me pareceu necessário, no entanto, percorrer todo o caminho até o fim, uma vez que antes disso a aliança entre os EUA e Israel já tinha se consolidado em sua forma atual. Assim, julguei conveniente estabelecer como ponto final a Guerra do Yom Kippur, em 1973, que levou os americanos ao extremo de mobilizarem suas forças militares para impedir um eventual ataque soviético a Israel, numa demonstração inequívoca do valor dado ao aliado no Oriente Médio. A análise, porém, engloba as edições da “Foreign Affairs” até o início de 1975, para que pudessem ser incluídos os artigos sobre os efeitos da guerra na economia mundial com a devastação causada pelo choque do petróleo. Entre os dois conflitos que constituíram os marcos escolhidos, creio ser possível situar os aspectos mais importantes da forma como ocorreu a construção — e a manutenção — da aliança entre americanos e israelenses, vistos a partir de sua dimensão estratégica.

O debate historiográfico em torno desse tema tem se estruturado em torno de três eixos principais. De um lado, há os defensores da visão de que o apoio americano a Israel decorre sobretudo da ação de um poderoso lobby que defende ferrenhamente os interesses do país junto aos detentores do poder nos Estados Unidos, assim como diante da opinião pública americana. Entre os mais conhecidos proponentes dessa visão, que ganhou visibilidade a partir dos anos 1980, estão o cientista político John Mearsheimer e o professor de Relações Internacionais Stephen Walt, autores do livro “The Israel lobby and U.S. Foreign Policy” (2007) citados aqui anteriormente. Na obra, os dois alegam que a rede de sustentação a Israel foi construída de uma maneira que põe os interesses desse país antes mesmo dos interesses nacionais dos Estados Unidos, e por

⁵⁰ BARD, Mitchell G. *Mitos e Fatos – A verdade sobre o conflito árabe-israelense*. São Paulo: Sefer, 2004, p. 294.

vezes os contraria. “Esta situação não tem precedentes na História política americana”,⁵¹ alegam, questionando em seguida: “Por que os Estados Unidos têm adotado políticas que põem em perigo sua própria segurança a fim de fazer avançar os interesses de outro Estado?”.⁵² Mearsheimer e Walt propõem que nem interesses estratégicos compartilhados nem imperativos morais contundentes podem explicar “o notável nível de apoio material e diplomático que os Estados Unidos fornecem a Israel”.⁵³ Essa interpretação sobre a aliança americano-israelense não é restrita aos dois autores. Vários outros compartilham dessa visão, em graus variados de concordância com sua afirmativa básica, como o ex-deputado americano Paul Findley, autor de “They Dare to Speak Out: People and Institutions Confront Israel’s Lobby” (1985); o jornalista Edward Tivnan, que publicou “The Lobby” (1987); e o ex-subsecretário de Estado George Ball, coautor de “The Passionate Attachment” (1992) com seu filho Douglas; e a ativista e autora Alison Weir, que publicou “Against our Better Judgment: the Hidden History of How the U.S. was Used to Create Israel” (2014).

Contraopondo-se a essa interpretação há uma outra corrente afirmando que o apoio americano a Israel decorre do próprio interesse nacional dos Estados Unidos — que enxerga no país um aliado primordial no Oriente Médio — e/ou da proximidade cultural entre os dois povos. Tal visão é proposta por autores como o professor de Harvard Alan Dershowitz, um dos mais proeminentes defensores de Israel nos EUA, o historiador Herbert Druks, e Mitchell G. Bard, especialista em Oriente Médio e diretor da Jewish Virtual Library. Dershowitz em “The Case for Israel” afirma que EUA e Israel são aliados, cada qual com seus interesses nacionais a defender, e que “o próximo mas independente relacionamento” entre os dois países é “baseado em princípios recíprocos de democracia, igualdade e domínio da lei”.⁵⁴ Já Bard afirma em “Mitos e fatos — a verdade sobre o conflito árabe-israelense” que “a relação entre EUA e Israel está baseada nos pilares gêmeos de valores compartilhados e interesses mútuos”.⁵⁵ Druks, por sua vez, propõe em “The Uncertain Friendship: the U.S. and Israel from Roosevelt to Kennedy” e “The Uncertain Alliance: the U.S. and Israel from Kennedy to the Peace Process” que “a política externa dos Estados Unidos em relação a Israel tem

⁵¹ MEARSHEIMER, J; WALT, S. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy. *Middle East Policy*, Fall 2006, p. 30.

⁵² *Ibid.* Loc. cit.

⁵³ *Ibid.* Loc. cit.

⁵⁴ DERSHOWITZ, A. *Em defesa de Israel*. São Paulo: Nobel, 2004, p. 300.

⁵⁵ BARD, M. *Op. cit.*, p. 306.

sido baseada em autointeresse soberano”, e que “presidentes americanos apoiaram Israel quando acharam conveniente aos melhores interesses dos EUA”.⁵⁶ Para ele, não há uma contradição entre a ação e os interesses dos EUA, pelo contrário. E as considerações políticas de natureza puramente racional se sobrepõem às demais na definição das posições dos tomadores de decisão em Washington.

Um terceiro grupo são os que misturam as duas perspectivas acima, como o historiador americano Norman Finkelstein, para quem o lobby pró-Israel, apesar de sua influência, não tem se mostrado crucial na definição das políticas dos EUA para o Oriente Médio como um todo, mas somente na questão palestina. Segundo ele, que expôs sua visão no artigo “The Israel Lobby” (2006), o aliado americano serve aos interesses de Washington no Oriente Médio, e por isso recebe seu apoio, mas mesmo no caso do conflito palestino-israelense, a influência do lobby terá o limite imposto pela delimitação do interesse fundamental das elites dos EUA — que, segundo Finkelstein, é indiferente à ocupação dos territórios palestinos, deixando assim o caminho livre para a ação do grupo de pressão. Uma perspectiva parecida é assumida por Patrick Tyler, ex-correspondente no Oriente Médio e autor de “A World of Trouble”, sobre as relações dos EUA com a região desde a Guerra Fria. Para ele, Israel tanto se transformou num “indispensável aliado dos EUA”⁵⁷ como também exerceu pressão sobre seguidos governos americanos para resistir a “iniciativas diplomáticas americanas que não estivessem em conformidade com o interesse nacional” israelense⁵⁸ — por vezes “mesmo em detrimento do interesse nacional dos EUA”.⁵⁹ À mesma vertente de pensamento se filia Beverley Milton-Edwards, da School of Politics da Queens University Belfast, autora de “The Israeli-Palestinian Conflict”, segundo quem a “uma combinação de fatores, incluindo a dívida que a América sente ter para com Israel, o impacto do lobby pró-Israel, assim como interesses materiais em termos de relações entre os dois Estados, continua a responder pela política externa americana em relação a Israel”.⁶⁰ Pensamento semelhante ao dos historiadores árabe-americano Ussama Makdisi e americano-israelense Michael B. Oren, que esmiúçam, o primeiro, o

⁵⁶ DRUKS, Herbert. *The Uncertain Alliance: the U.S. and Israel from Kennedy to the Peace Process*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 2001, p. 59.

⁵⁷ TYLER, P. *A World of Trouble - The White House and the Middle East: from the Cold War to the War on Terror*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009, p. 123.

⁵⁸ *Ibid*, p. 173.

⁵⁹ *Ibid*, p. 175.

⁶⁰ MILTON-EDWARDS, Beverley. *The Israeli-Palestinian Conflict*. London: Routledge, 2009, p. 172.

relacionamento dos Estados Unidos com os países árabes desde 1820, e o segundo, o envolvimento do país no Oriente Médio desde 1776. De acordo com Makdisi,

O que ocorreu nos últimos 60 anos, em outras palavras, foi o desenvolvimento de uma associação dos Estados Unidos com Israel em diversos níveis políticos, econômicos e militares, mas também institucionais, educacionais e culturais. Isto mesmo foi produto de enorme esforço, representação e política por parte de uma miríade de indivíduos e organizações.⁶¹

Minha perspectiva neste trabalho inclui-se neste último grupo, como já tive a oportunidade de discorrer num estudo anterior em que apontei o perigo de se simplificar o debate sobre uma questão tão complexa como o sólido apoio dos Estados Unidos a Israel ao atribuí-lo unicamente ao lobby, embora ele seja uma força que não possa ser desprezada nem ignorada. “Parece-me que a identificação entre americanos e israelenses”, apontei na ocasião, “têm raízes culturais mais profundas e me inclino a crer que elas tenham um peso não imediatamente reconhecível à primeira vista, mas que acaba se revelando igualmente importante na formulação dessa política”.⁶² A partir da análise da “Foreign Affairs”, é onde vamos mergulhar agora, embora o foco desta dissertação sejam as argumentações estratégicas contidas na “Foreign Affairs”, e não destrinchar representações culturais ou o papel do lobby pró-Israel nos EUA.

⁶¹ MAKDISI, U. *Faith Misplaced – The Broken Promise of U.S. Arab Relations: 1820-2001*. New York: Public Affairs, 2010, p. 362.

⁶² LINO, F.H.S. *Americanos e israelenses: dois povos, identidades paralelas*. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 14.

CAPÍTULO 1 - UM PANO DE FUNDO GERAL DA QUESTÃO

1.1 O Oriente Médio como tema de debate

A significativa mudança de status dos Estados Unidos para a condição de superpotência após 1945 não gerou de imediato, nas páginas da “Foreign Affairs”, o interesse pela região tratada neste estudo que seria justificado nesses primeiros anos em que, como apontado por vários estudiosos, “o papel da América como potência ocidental proeminente no Oriente Médio tomou formato”.⁶³ Dado o objetivo da “Foreign Affairs” expresso em sua fundação, de constituir-se num fórum especializado de debates para a orientação da ação dos EUA no mundo, os articulistas estranhamente deram escassa atenção à região, numa demonstração de que o tema, naquele momento preciso, era secundário nas preocupações dos formuladores da política externa americana. Ao puxar — ou não — um assunto para suas páginas e dedicar-lhe espaço de análise, a revista sinaliza nessa decisão editorial quais questões considera importantes para cada época. Nesse sentido, o fato de um tema aparecer na publicação é tão significativo como ele ser ignorado, e tais escolhas tornam-se, assim, termômetros que indicam os assuntos que mobilizam as paixões e os interesses de seus editores e de seu público-alvo. É importante, então, determo-nos por um momento na aparição do Oriente Médio como tema constante — e não marginal — das discussões na “Foreign Affairs”.

Chama a atenção, em primeiro lugar, a escassa atenção dada ao Oriente Médio entre os anos de 1945 e 1951. Este subcorte temporal inicial de discussão deve-se ao fato de 1945 marcar o fim da Segunda Guerra e o começo de um período mais intenso de reordenamento da ordem internacional, e 1951, a publicação na “Foreign Affairs” (na edição de abril) do primeiro artigo sobre Israel — ou seja, somente quase três anos após a fundação do moderno Estado judeu em maio de 1948. No total, o conjunto do Oriente Médio tem um fraco desempenho nas páginas da “Foreign Affairs” nesse período. Nas 23 edições de julho de 1945 (a primeira após o fim da Segunda Guerra na Europa) a janeiro de 1951 (a última antes do artigo de “estreia” de Israel), entre 293 artigos publicados, apenas 8 (2,7%) foram dedicados à região. A título de comparação, a remota Mongólia e o acanhado Ceilão (atual Sri Lanka) foram alvo de 2 artigos cada (totalizando 4, portanto, correspondendo a 1,35% do total) nesse mesmo período.

⁶³ COTTAM, Richard. U.S. Policy in the Middle East. In: AMIRAHMADI, Hooshang. *The United States and the Middle East*. Albany: State University of New York Press, 1993, p. 35.

Fato considerado hoje um dos mais marcantes do século XX e amplamente coberto pela mídia tradicional, a independência de Israel — em meio a uma guerra do recém-nascido país com cinco de seus vizinhos árabes — constituiu-se num não-acontecimento no entendimento da “Foreign Affairs”, que a ignorou por completo, e a seus desdobramentos imediatos, por três anos após sua materialização. E entre julho de 1945 e janeiro de 1951, o conflito entre judeus e árabes pela posse de terras no Oriente Médio recebeu apenas uma rápida menção na edição de janeiro de 1946, no artigo “Strategy of Territorial Decisions”, de Isaiah Bowman, em que o autor trata não de questões específicas, mas sim de circunstâncias e fatores gerais envolvidos em transferências territoriais entre nações a partir do ponto de vista do interesse americano.



Figura 3 - Primeira página do ‘New York Times’ no dia da Independência de Israel (15-5-1948)

Então, se como diz o historiador francês François Dosse sobre os meios de comunicação de massa, “cada vez mais, é através deles que o acontecimento existe”, e que “para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência”⁶⁴, podemos inversamente deduzir que, para o Council on Foreign Relations, os tumultuados eventos ocorridos no Oriente Médio

⁶⁴ DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 260.

nessa época praticamente não existiram, pois não constituíam alvo do interesse maior dos EUA. De outra forma, como justificar que uma instituição que se dedica a orientar as escolhas de política externa americanas simplesmente tenha passado ao largo do tema por tanto tempo? E isso considerando-se que a partir de 1947, como ressalta a historiadora Cristina Pecequilo, “o internacionalismo tornou-se uma realidade na política externa dos Estados Unidos e pela primeira vez na História o país estava verdadeiramente engajado na condução dos negócios mundiais, em uma posição de hierarquia e hegemonia”.⁶⁵

A partir de abril de 1951 até outubro de 1956, quando ocorreu a intervenção franco-britânico-israelense em Suez contra o Egito — abortada pela dupla e inusitada pressão conjunta de EUA, sob o comando do presidente Dwight Eisenhower, e da URSS, dirigida por Nikita Krushev — 15 artigos se seguirão dedicados ao Oriente Médio (tido como um todo ou em parte) ou de alguma forma referindo-se à região. Em 7 artigos, Israel é o tema principal (4) ou coadjuvante (3). Um fluxo de artigos, portanto, bem maior do que o anterior. Um ano significativo é o de 1954, com 5 artigos sobre Oriente Médio — um recorde que nos 30 anos englobados por esta pesquisa só seria igualado em 1965. Não por coincidência, provavelmente, em agosto de 1953 os EUA tenham realizado sua primeira intervenção direta na região no pós-guerra, orquestrando a derrubada do premier nacionalista iraniano Mohammad Mossadegh, suspeito de simpatias pela URSS em plena Guerra Fria. A consolidação do interesse da “Foreign Affairs” segue a da Casa Branca de Eisenhower (empossado em janeiro de 1953), cujo secretário de Estado era John Foster Dulles, que “encarava o comunismo como um mal global” e [...], “junto com seu irmão, Allen [...], chefe da CIA, jurou livrar o Oriente Médio daqueles que providenciavam uma porta de entrada para os russos”. Daí que “o primeiro alvo desta campanha foi Mohammad Mossadegh”.⁶⁶

Com a campanha de Suez, é possível notar-se esse novo perfil do interesse americano na região, expresso tanto na quantidade dos artigos publicados na “Foreign Affairs” como na identidade dos articulistas e na abordagem dos temas. O próprio conflito, ocorrido em outubro de 1956, já é mencionado em dois artigos na edição de

⁶⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 165.

⁶⁶ OREN, M.B. Op. cit., p. 510 e 511.

abril de 1957 — um claro contraste com a Guerra de Independência de Israel, em 1948/49, solenemente ignorada por três anos. Suez, então, passa a ser um acontecimento, como reconhecido no artigo “From doctrine to policy in the Middle East”, em que John C. Campbell, diretor de Estudos Políticos do CFR, avalia o envolvimento dos EUA no Oriente Médio, indicando que “após anos de evasão e demora, este país assumiu um novo e mais ativo papel de liderança” na região e que uma forma de capitalizar isso é “aproveitar o prestígio obtido por nosso posicionamento contra as recentes invasões do Egito”.⁶⁷ O próprio título já é indicativo da preocupação de elaborar uma política clara de atuação no Oriente Médio por parte dos EUA — o que é reforçado na edição de julho no artigo “Strategy of the Middle East”, de Hanson Baldwin, editor militar do “New York Times”. Já não mais são a Europa e a Ásia Oriental as únicas fronteiras do chamado “mundo livre” na Guerra Fria.

Nas 5 edições seguintes ao conflito, até janeiro de 1958, 5 artigos foram publicados tendo o Oriente Médio como tema central, e mais um como tema subsidiário. E além de sua afirmação como assunto de debate para articulistas dos EUA, a região entrou também na pauta dos políticos, saindo da esfera até então limitada a diplomatas, acadêmicos e funcionários do governo. Em outubro de 1957, o então senador e futuro presidente John Kennedy discorre amplamente sobre Oriente Médio no artigo “A Democrat Looks at Foreign Policy”, em que admite que os “eventos [...] conspiraram para pôr em andamento a influência dos Estados Unidos”⁶⁸ naquela região.

Como explicar, então, que aos olhos da “Foreign Affairs” a Guerra de Independência de Israel tenha ficado invisível em 1948/49, e a Campanha de Suez, em 1956, tenha obtido status integral de acontecimento, levando à manifestação não somente de especialistas, mas também de políticos como um senador por Massachusetts? A meu ver, a resposta pode ser encontrada na mudança da conjuntura histórica ocorrida nesse meio tempo, que solidificou as preocupações da classe dirigente dos Estados Unidos numa nova representação do papel do país no mundo, ampliando sua área de atuação.

⁶⁷ CAMPBELL, John C. From doctrine to policy in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 35, n. 3, abril de 1957.

⁶⁸ KENNEDY, John Fitzgerald. A Democrat Looks at Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

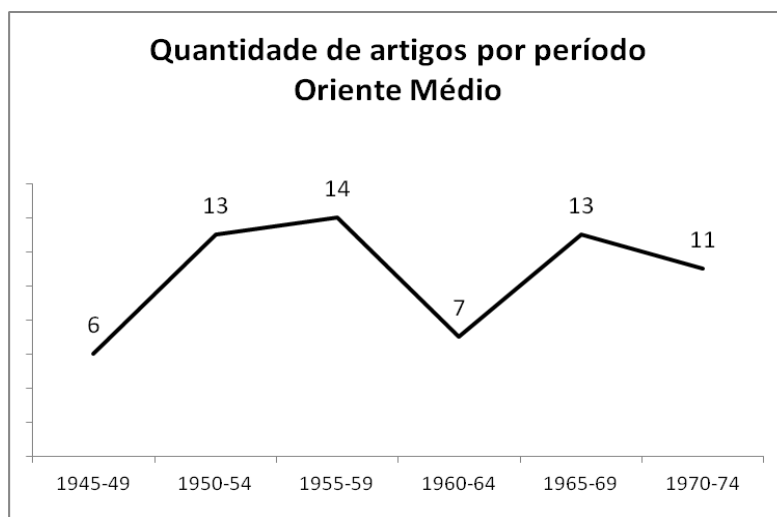


Tabela 1- Artigos sobre Oriente Médio na 'Foreign Affairs'

Em 1948, o planeta recém-saído da Segunda Guerra acabava de entrar na Guerra Fria, e as atenções dos líderes de ambos os lados estavam voltadas para a formação e consolidação dos dois blocos. O destino da Europa, o papel dos EUA na nova ordem internacional e a defesa do “mundo livre” eram os principais alvos de debate em Washington naquele momento, dominado pela formulação, em 1947, da Doutrina Truman, que implicava “a contenção da expansão da União Soviética e de sua ideologia, o comunismo”.⁶⁹ Foram os anos da Guerra Civil Grega (1946-49), do Plano Marshall (1948), da constituição da Alemanha Oriental, da formação da Otan, do triunfo da Revolução Chinesa no Oriente, da bomba atômica soviética (1949). “Para Truman”, aponta o professor de Ciência Política Steven L. Spiegel, da Universidade da Califórnia em Los Angeles, “a Palestina era um aborrecimento de baixa prioridade”.⁷⁰ A partir de 1950, porém, a ação dos EUA adota “um caráter realmente global”, transcendendo ações que “estavam exclusivamente centradas na Europa, a despeito da retórica universalista da proteção de todos os povos livres adotada em 1947”.⁷¹ Em 1956, por outro lado, os campos já estão fixados em seus núcleos: o Pacto de Varsóvia está formalizado (1955), os EUA já se lançaram à formação de alianças militares regionais, como o Pacto de Bagdá (1955), e o nacionalismo pan-arabista já fizera sua estreia com

⁶⁹ PECEQUILO, C.S. Op. cit., p. 157.

⁷⁰ SPIEGEL, Steven L. *The other Arab-Israeli Conflict – Making America’s Middle East Policy from Truman to Reagan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985, p. 16.

⁷¹ PECEQUILO, C.S. Op. cit., p. 156.

Gamal Abdel Nasser, no Egito, a partir de 1952, além de Israel já ser um ator na cena internacional.

Uma avaliação da quantidade de artigos publicados na “Foreign Affairs” por divisão regional e período de tempo joga maior luz sobre essa mudança. Na década transcorrida entre 1945 e 1954, a Europa (sem a URSS) foi tema de 150 artigos, superando em larga escala as outras regiões, os Estados Unidos e a União Soviética. No mesmo período, a Ásia foi alvo de 63 artigos; o Oriente Médio, de 19; a África, de 18; a América Latina e o Caribe, de 13; o EUA, de 39, e a URSS, de 30. Já na década seguinte, entre 1955 e 1964, observa-se uma acentuada modificação, com queda dos artigos sobre Europa para 97, e ascensão das outras regiões: Ásia (79), África (30), América Latina e Caribe (29), Oriente Médio (21), EUA (48) e URSS (48). Note-se que a Europa foi a única região que registrou diminuição no número de artigos. Tal tendência se mantém em linhas gerais na década seguinte, entre 1965 e 1974, período em que a Europa foi tema principal de 69 artigos. A Ásia, por sua vez, deu um pulo para 102, acompanhando a Guerra do Vietnã e a ascensão da China. América Latina e Caribe (30) e Oriente Médio (24) também registraram subida, embora pequena, enquanto a África caiu para 20 e a URSS, para 22.

Já os EUA continuaram em ascensão como tema, registrando 68 artigos. Um subcorte que acompanha as tendências apontadas anteriormente é a quantidade de artigos sobre o Reino Unido, o mais antigo e importante aliado dos EUA. Considerado à parte da Europa, o país segue o mesmo rumo que o continente na “Foreign Affairs”, caindo sucessivamente como foco de interesse e/ou preocupação nas três décadas usadas como base para a avaliação: de 23 artigos (1945-54), para 18 (1955-64) e finalmente para 5 (1965-74).

Em termos numéricos, a atenção ao Oriente Médio registrou aumento seguido nessas três décadas, embora não tão impressionante como outras regiões. Como já apontado antes, 1954 registrou um recorde com 5 artigos, mas desde o ano de estreia de Israel na revista, 1951, o Oriente Médio passara a figurar de forma diferenciada no radar dos editores da “Foreign Affairs”, seguindo o que a historiadora Cristina Pecequilo apontou como a globalização dos interesses americanos a partir de 1950. Se for feito um outro subcorte temporal, fica clara tal tendência. Nos seis anos transcorridos do início de 1945 ao fim de 1950, 7 artigos tiveram a região como tema, em 24 edições. Em comparação,

nenhum outro período de seis anos consecutivos (contados a partir de qualquer edição escolhida) desde 1951 até o início de 1975 (fim do nosso estudo) registrou menos de 11 artigos, com picos de 19 e média geral de 14.

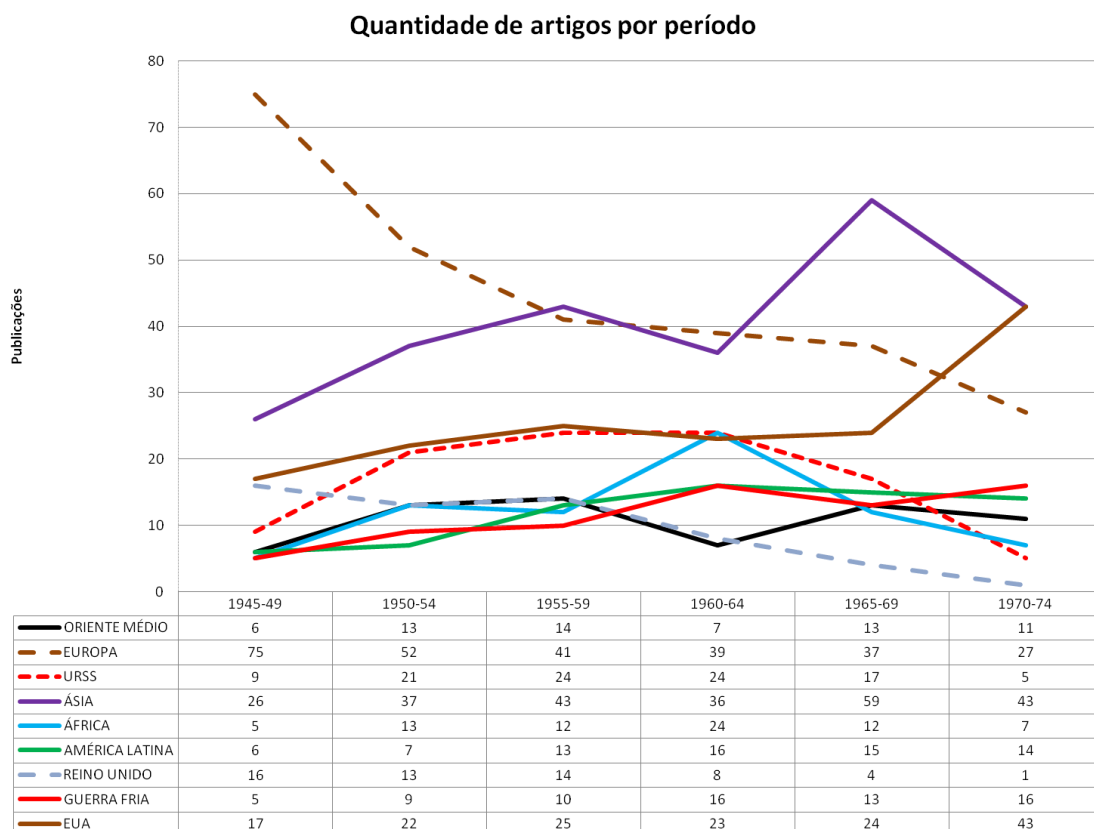


Tabela 2 - Artigos na 'Foreign Affairs' por região e tema

Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar que os acontecimentos de agosto de 1953 no Irã e de outubro de 1956 no Egito foram pontos de inflexão na política americana para o Oriente Médio. Mossadegh, derrotado, foi eliminado como ameaça, já Nasser, vitorioso, logo tornou-se uma, pois “dentro de um ano após a Crise de Suez, a agitação nasserista estava solapando os governos pró-ocidentais por toda a área” e “a América, entretanto, estava virtualmente impotente para resistir a essa ofensiva”.⁷² À constatação de Eisenhower a Dulles de que “temos de agir agora ou cair fora do Oriente Médio”⁷³, seguiu-se um pedido de US\$ 400 milhões ao Congresso dos EUA “para

⁷² OREN, M.B. Op. cit., p. 517.

⁷³ EISENHOWER, D. Apud OREN, M.B. Op. cit., p. 517.

ajudar a fortalecer os países do Oriente Médio contra qualquer Estado ‘controlado pelo comunismo internacional’”.⁷⁴ Suez, então — visto pela perspectiva de sua inclusão nos debates da “Foreign Affairs” — encaixa-se na indicação de Dosse de que “o acontecimento tratado pelo historiador deve ceder ao que fez dele sua singularidade, sua irregularidade”.⁷⁵ Com isso, diz ele, evita-se “o risco simplesmente de desaparecer como mero elo que passa de um instante a outro seguindo um simples esquema causal segundo o qual o que precede determina imediatamente o que se segue”.⁷⁶

Assim, o Oriente Médio entra em definitivo na pauta dos Estados Unidos, e o conflito árabe-israelense, nesse momento, passa a ser construído dentro de uma perspectiva de Guerra Fria, em que Washington ainda pendula entre um e outro lado, sem o favorecimento explícito a Israel demonstrado em tempos posteriores. Como diz o secretário Dulles em outubro de 1957, “os EUA reconhecem que, no caso de tais disputas, todos os méritos não estão de um só lado”.⁷⁷

1.2 O embate entre realistas e liberais

Ao ser captado no radar de preocupações dos Estados Unidos, o Oriente Médio em geral e o conflito árabe-israelense em particular incorporam-se a uma outra questão mais ampla que funciona como pano de fundo de todas as discussões de política internacional nesse momento crucial do pós-guerra: o debate entre os realistas e os chamados idealistas ou liberais. As diferentes visões embutidas na condução da diplomacia dos EUA para a região desde sempre se apresentaram em estado de tensão permanente. Choques foram perenes entre os que tinham uma concepção mais estrita do interesse nacional americano, privilegiando a avaliação geopolítica e estratégica — posição identificada com os realistas — e os que também enxergavam um pano de fundo moral na atuação externa dos Estados Unidos, classificados como liberais (para fins deste trabalho, utilizarei este termo, em vez de idealistas, para evitar o potencial pejorativo deste último termo). Mas constatar tal oposição não significa dizer que ela se constituísse numa dicotomia irreconciliável entre as duas posições, com fronteiras

⁷⁴ OREN, M.B., Op. cit., p. 517.

⁷⁵ DOSSE, F. Op. cit., p. 144.

⁷⁶ Ibid, p. 144.

⁷⁷ DULLES, John Foster. Challenges and Response in United States Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

intransponíveis separando os dois grupos, uma vez que frequentemente as ideias defendidas por uns e outros se encontravam nos mesmos atores, contribuindo ainda mais para complicar a tarefa de elaboração de uma política consistente de Washington para o Oriente Médio.

Antes de entrar na análise do embate entre realistas e liberais, julgo importante apresentar em linhas gerais os dois campos de pensamento. Ambos têm algo em comum com o nascimento da “Foreign Affairs”: estão inseridos dentro de uma disciplina — as Relações Internacionais — que surgiu em decorrência da Primeira Guerra Mundial, a fim de pensar o sistema internacional e buscar formas de impedir a repetição do devastador conflito. A delimitação dos dois grupos principais ficou por conta do historiador e ex-diplomata britânico Edward Carr, que em 1939 publicou “Vinte anos de crise”. Na obra, ele sustenta que o debate nas relações internacionais em seus primeiros anos centrou-se na oposição entre os que chamou de realistas — defensores de uma “visão menos utópica e mais sintonizada com as dimensões do poder e do interesse que permeiam a política internacional”⁷⁸ — e os denominados idealistas, focados em problemas ético-morais e determinados a “estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico”.⁷⁹ Em suma, segundo Carr, uns viam o mundo como era, e outros, como deveria ser.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial enterrou momentaneamente qualquer chance de predominância do campo liberal, levando à supremacia dos realistas no mundo pós-conflito. É então que nasce o Estado de Israel, no mesmo ano (1948) em que Hans Morgenthau publica seu “Política entre as nações”, marco da teoria realista nas relações internacionais. Como não podia deixar de ser, a “Foreign Affairs” se converteu em palco constante do embate entre as duas visões, com seguidos autores posicionando-se por um lado ou por outro. Com a Guerra Fria em pleno andamento e a rivalidade global com a União Soviética aprofundando-se a cada instante, muitos articulistas não se preocuparam em dar uma fachada moral para a ação externa dos EUA, focando no que os realistas viam como essencial na ação de um Estado no anárquico sistema internacional: a aquisição de poder para a manutenção de sua sobrevivência como ator nesse sistema. Aí encontra-se embutido o conceito de equilíbrio de poder, que nesse

⁷⁸ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 4.

⁷⁹ *Ibid.* Loc. cit.

momento estabelece-se sobre uma bipolaridade em que “cada polo tende a controlar seus aliados, ao passo que as potências menores procuram se colocar sob a proteção de uma das grandes potências”.⁸⁰ Sendo assim, para um realista como o historiador britânico Max Beloff, futuro lorde pelo Partido Conservador do Reino Unido, nada mais natural do que defender no artigo “No Peace, no War”, em janeiro de 1949, que

Por causa do poder de atração de que a URSS dispõe, os Estados Unidos adquiriram, mais ou menos involuntariamente como podemos acreditar, um poder de atração próprio. Não é que disponham de uma ideologia de amplo apelo — a bajulação retórica a palavras como liberdade e democracia não deve nos cegar aqui — mas sim que todos aqueles temerosos que seus interesses, materiais ou culturais, estejam em perigo pelos russos estão fadados a buscar o apoio da única potência numa posição de dar apoio eficazmente. Ao longo do processo, é claro, os Estados Unidos estão fadados a encontrar-se na companhia de alguns protegidos muito estranhos. Mas enquanto a política mundial for forçada pelos russos a um nível de *ou-ou*, é difícil ver como isso possa ser evitado.⁸¹

Tal pragmatismo é repetido por outros autores, como o czar realista da política externa dos EUA nos anos 1960 e 1970, Henry Kissinger. Em outubro de 1956, o futuro assessor de Segurança Nacional e secretário de Estado, então ainda um intelectual ligado a vários centros de estudo (incluindo o CFR), ao refletir sobre a diplomacia americana afirma haver

um padrão duplo [...] em toda política externa: internamente, a política externa é justificada como todas as outras políticas em termos de padrões absolutos; mas no exterior, o que é definido como justo internamente torna-se um programa a ser comprometido por negociação.⁸²

A visão realista, no entanto, não reina absoluta, apesar de seu predomínio entre os círculos tomadores de decisão nas décadas imediatas à Segunda Guerra, “em um mundo em que Estados egoístas e interessados em acumular poder eram os principais ou

⁸⁰ NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Op. cit., p. 30.

⁸¹ BELOFF, Max. No Peace, No War. *Foreign Affairs*, vol. 27, n. 2, janeiro de 1949.

⁸² KISSINGER, Henry. Reflections on American Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol. 35, n. 1, outubro de 1956.

únicos atores”.⁸³ O realismo é constantemente confrontado pelos liberais, que a todo momento buscam princípios morais e éticos nas ações externas dos atores estatais, “afirmando a possibilidade de transformar o sistema de Estados em uma ordem mais cooperativa e harmoniosa”.⁸⁴ Tarefa árdua num período histórico marcado por uma intensa rivalidade entre dois blocos ideológica, política, econômica, cultural e socialmente opostos, cujas estratégias centrais de atuação e sobrevivência no cenário internacional passam, inclusive, pela possibilidade de destruição física mútua com os novos arsenais nucleares indisponíveis às gerações anteriores.

A despeito das dificuldades, entretanto, não foram poucos os que nela se engajaram — e para isso trataram de lembrar os Estados Unidos de suas origens. Como o historiador e sociólogo austro-americano Frank Tannenbaum, que já em 1951 se contrapunha a Morgenthau na “*Foreign Affairs*”, citando-o expressamente num artigo em que analisava a tradição americana nas relações internacionais. Para ele, foi “o compromisso americano com o ideal de igualdade jurídica e integridade moral dos Estados”, e não a busca pura e simples de poder, que “explica a nossa participação em duas guerras mundiais”.⁸⁵ Segundo Tannenbaum, “as doutrinas de ‘política de poder’ agora sendo pregadas por intelectuais persuasivos como o professor Hans J. Morgenthau da Universidade de Chicago são uma negação desta tradição e um repúdio às lições da experiência americana”.⁸⁶ A mesma trilha argumentativa é percorrida pelo governador de Nova York e ex-secretário de Estado assistente Nelson Rockefeller em 1960, no artigo “*Purpose and Policy*”. De acordo com ele,

A futura direção do mundo depende de se os valores de dignidade humana e irmandade entre os homens, cuja expressão na América tem inspirado tantas novas nações, podem receber um significado relevante para o nosso tempo. [...] Tudo isso impacta seriamente na natureza de nosso debate sobre política externa.⁸⁷

Entre os instrumentos que Rockefeller lista para a consecução da “contribuição histórica” que os EUA têm a dar estão “o fervor — e a humildade — com os quais podemos nos tornar dignos da comunidade maior da Humanidade, cuja vida, em

⁸³ NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Op. cit., p. 80.

⁸⁴ Ibid, p. 61.

⁸⁵ TANNENBAUM, Frank. The American Tradition in Foreign Relations. *Foreign Affairs*, vol. 30, n. 1, outubro de 1951.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ ROCKEFELLER, Nelson. Purpose and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 38, n. 3, abril de 1960.

dignidade e segurança e liberdade, é nosso propósito nacional supremo”.⁸⁸ É importante ressaltar que os argumentos de Tannenbaum e Rockefeller vêm de um intelectual (o primeiro) e um político (o segundo), numa demonstração de que a defesa da aplicação dos ideais liberais na política externa — ao menos no que diz respeito à manifestação pública por parte dos autores — perpassa tanto as camadas formadoras de opinião como as tomadoras de decisões dos Estados Unidos.

Como dito anteriormente, no entanto, as duas visões não são mutuamente excludentes, como deixam claro o já citado Carr e o também teórico de Relações Internacionais John H. Herz, o premiado autor de “Political Realism and Political Idealism” (1951). Judeu alemão fugido para os EUA, Herz, “ao passo que privilegiava o realismo, considerava que qualquer forma de realismo puro, sem um ideal e sem um potencial transformador, não seria sustentável no longo prazo”.⁸⁹ As duas linhas de pensamento seriam, dessa forma, não antagônicas, e sim complementares. Nos EUA, muitas são as vozes que pregam um equilíbrio de dosagem de ambas e seu convívio na formulação da política externa americana.

É a posição de McGeorge Bundy, professor de História da Política Externa dos EUA em Harvard e membro do CFR — onde participara de um seletivo grupo que incluía o ainda general e futuro presidente Dwight Eisenhower, o futuro chefe da CIA Allen Dulles, e George Kennan, futuro embaixador em Moscou e autor da influente teoria de contenção da URSS — que anos mais tarde seria assessor de Segurança Nacional de Kennedy e Lyndon Johnson. Ao dissecar o perfil dos dois candidatos às eleições presidenciais de 1952 — Eisenhower pelo Partido Republicano, e Adlai Stevenson pelo Democrata — no tocante à política externa, McBundy diz que

Raramente dois rivais americanos personificaram de forma mais conspícua aquela combinação de sagacidade prática e profunda qualidade moral que é central ao conjunto de nossa tradição. Nada em todo o seu equipamento é mais importante para o futuro da política externa americana. Sem convicção moral um homem pode ter a *finesse* de Bismarck e ainda assim não ser capaz de conduzir a América. A qualidade dessas nomeações, e seu amplo apelo mundo afora, são uma refutação clara daqueles autores recentes que nos

⁸⁸ ROCKEFELLER, Nelson. Op. cit.

⁸⁹ NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Op. cit., p. 36.

exortam a pôr de lado as trivialidades dos temas morais e concentrar no que concebem ser o belo realismo da política. Esses homens são estudiosos pobres de política e menosprezam o que deviam exaltar. A política é inevitavelmente o lugar de encontro de tudo que é humano, e as convicções que têm animado a América não poderiam estar ausentes mesmo se quiséssemos. Podemos tirar orgulho e conforto do grande e evidente fato de que o próximo presidente americano, a não ser que haja um acidente, será um homem que entende totalmente que ideais nacionais e realidades políticas têm seu significado mais profundo quando tomados em conjunto.⁹⁰

Essa simbiose de ideais nacionais e realidades políticas a que se refere Bundy, na verdade, pode ser observada nos EUA desde muito cedo em suas relações com outros povos e nações, numa indicação da dificuldade teórica de estabelecer fronteiras claras e precisas entre adeptos de uma e outra corrente. Na ideologia do Destino Manifesto, definida na década de 1840 durante a expansão do país rumo ao Oeste, já ficava patente que a conquista de novas terras escorava-se num autoconcedido direito moral que conciliava a expansão territorial (e mais tarde a imperial) com a imagem benevolente que o povo americano fazia de si próprio. Alexis de Tocqueville renunciou essa configuração em seu clássico “Democracia na América”, lançado em dois volumes em 1835 e 1840. “Há nesta gradual e contínua marcha da raça europeia rumo às Montanhas Rochosas algo providencial; é como um dilúvio de homens que sobe incessantemente e se encorpa a cada dia pela mão de Deus”.⁹¹

Ao transformar Deus em batedor das caravanas de colonos e das tropas americanas que avançavam continente adentro, Tocqueville se antecipou apenas em alguns anos ao editor John L. O’Sullivan, criador em 1845 da expressão que definiria o ímpeto da expansão dos EUA, que em breve tomaria metade do México e continuaria a expulsão das tribos indígenas de suas terras. “Acompanhando toda essa agressividade estava a ideia de que os Estados Unidos estariam dando as bênçãos da liberdade e da democracia a mais povos”⁹², diz o historiador Howard Zinn. Nessa assertiva, ele encontra o apoio de Frank Costigliola e Thomas G. Paterson, que apontam a prevalência no país de uma “grande narrativa da excepcionalidade americana”, em que “os Estados

⁹⁰ BUNDY, McGeorge. Imperatives of Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 31, n. 1, novembro de 1952.

⁹¹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc, 2010, p. 606.

⁹² ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492 to present*. Nova York: Harper Perennial, 1995, p. 152.

Unidos, a despeito de alguns erros, geralmente usam seu poder para objetivos benignos, uma crença que tornou mais fácil acobertar alguns escândalos de política externa”.⁹³ Segundo os dois historiadores, “muitos líderes [dos EUA] obtiveram pelo menos apoio doméstico inicial ao colocarem intervenções externas em termos da grande narrativa”.⁹⁴ A historiadora Cecília Azevedo também focou na questão ao constatar que desde os tempos coloniais a ideia de “América” ganhou um contorno espiritual, e não físico, ao se tornar a encarnação de todas as potencialidades do Novo Mundo como fiadora da liberdade e da igualdade. “Essa ideia acabou por constituir o núcleo de um discurso inaugural, base de uma ordem mítica, esteio da identidade nacional norte-americana”.⁹⁵

Em “Democracy & Diplomacy”, o historiador Melvin Small completa o quadro dessa mescla de idealismo e pragmatismo por trás das decisões dos líderes americanos na política externa, desde George Washington:

Em todos os casos, candidatos convenciam a si próprios que suas posições em relação àquelas decisões nada tinham a ver com as eleições iminentes. Na verdade, há pouca evidência *documental* [grifo do autor] para demonstrar o contrário; poucos líderes admitiriam em público — ou mesmo para seus diários — que tais motivos de autointeresse estavam por trás de suas políticas externas.⁹⁶

Mesmo Woodrow Wilson, apontado como grande paradigma de presidente de ideais liberais, autor dos famosos 14 Pontos com que se propunha a remodelar o mundo após a devastação da Primeira Guerra a fim de estabelecer uma ordem internacional harmônica e livre de conflitos, não escapa de ser visto também como um líder bem realista. Para o historiador britânico Ian Kershaw, por trás do idealismo de Wilson “estava o objetivo calculado de domínio econômico global por parte dos Estados Unidos e um mundo no pós-guerra construído à imagem americana”.⁹⁷

⁹³ COSTIGLIOLA, Frank; PATERSON, Thomas G. Defining and Doing the History of United States Foreign Relations: a Prime. In: HOGAN, Michael; PATERSON, Thomas G. *Explaining the History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 11 e 12.

⁹⁴ *Ibid*, p. 13.

⁹⁵ AZEVEDO, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. *Tempo*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, vol. 6, n. 11, julho de 2001, p. 111-129.

⁹⁶ SMALL, Melvin. *Democracy & Diplomacy — The Impact of Domestic Politics on U.S. Foreign Policy, 1789-1994*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 165.

⁹⁷ KERSHAW, Ian. *De volta do inferno – Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 131.

Dessa forma, a tentativa de equilibrar ideais nacionais (ou pessoais) e realidades políticas muitas vezes levou a posicionamentos ambivalentes. Foi o caso do próprio presidente Harry Truman, que no momento crucial do sonho sionista de recriação do Estado judeu na Palestina, em 1947 e 1948, pendulou entre o apoio e a rejeição. “Sua leitura da Bíblia”, lembra Michael B. Oren, “o tinha levado a aceitar a noção da restauração judaica na Terra Santa e a unir-se, em 1941, ao Comitê Cristão Americano para a Palestina, de orientação sionista”.⁹⁸ Mas, continua o historiador, “conspicuamente, quando 77 senadores votaram em favor de uma comunidade judaica em 1944, Truman não estava entre eles”.⁹⁹ Como presidente, ele sofreu dupla pressão externa. Por um lado, era imprensado por líderes árabes; por evangélicos americanos que tinham interesses em resguardar o trabalho de um século e meio de ação missionária no Oriente Médio; por americanos ligados aos negócios do petróleo; ou pelo establishment diplomático de Washington, temeroso das consequências, para os EUA e seus aliados na Europa, do apoio à criação de um Estado judeu. Por outro, havia boa parte da imprensa, “agitada pela piedade pelas vítimas do Holocausto a apoiar alguma forma de independência judaica na Palestina”, assim como o público, que em 1947, segundo pesquisas, “por uma proporção de dois para um era a favor de um Estado judeu”.¹⁰⁰ Além disso, havia a poderosa, numerosa e bem-organizada comunidade judaica americana, que, como lembrou o próprio Truman, tinha um peso não desprezível no funcionamento do sistema democrático dos EUA. “Tenho de responder a centenas de milhares que estão ansiosos pelo sucesso do sionismo”, ressaltou ele, continuando: “Não tenho centenas de milhares de árabes entre meus eleitores”.¹⁰¹

Internamente, Truman estava partido por um lado entre suas próprias convicções morais e religiosas, e por outro entre os cálculos estratégicos que tinha de fazer como presidente de uma superpotência com interesses, agora, estendendo-se por todo o planeta — além das considerações eleitorais pertinentes a um político americano com o cargo que ocupava. Religioso a ponto de aos 15 anos já ter lido a Bíblia de cabo a rabo três vezes, ele era, como dito anteriormente, simpático à ideia do renascimento de um Estado judeu, noção que se fortalecia com o drama vivido pelos sobreviventes do Holocausto vagando sem rumo pela Europa no pós-guerra ou internados em campos de

⁹⁸ OREN, M.B. Op. cit., p. 484.

⁹⁹ Ibid. Loc. cit.

¹⁰⁰ Ibid, p. 488.

¹⁰¹ TRUMAN, Harry. apud OREN, M.B. Op. cit., p. 484.

refugiados. Mas do lado oposto de sua consciência havia o temor de descontentar os árabes, cujo abundante petróleo já era um fator de peso a ser considerado na geopolítica internacional, e também a desconfiança de que um futuro Estado judeu pudesse, a partir das simpatias dos sionistas socialistas que estavam à frente do empreendimento, alinhar-se à URSS. Segundo Oren,

Contra o dano previsto que o reconhecimento (do Estado de Israel) iria infligir à imagem dos Estados Unidos no mundo árabe, o impulso que ele concederia aos soviéticos, e os imensos fardos que podia colocar sobre as defesas ocidentais, o presidente tinha de pesar a necessidade de fazer justiça aos sobreviventes do Holocausto e responder às simpatias públicas pelo sionismo. Ele tinha de considerar o envolvimento passado da América no Oriente Médio — um legado de apoio a movimentos nacionalistas, tanto árabes como judeus, e pelas vítimas da opressão e da guerra — junto com os interesses vitais da América na região, no presente e no futuro.¹⁰²

Dentro desse complexo quadro, aponta o historiador, o presidente prometeu agir como estadista, e não apenas baseado no cálculo político, e manter-se “acima das correntes contrárias e dos protestos árabes e formular sua política para a Palestina ‘não à luz do petróleo, mas à luz da justiça’”.¹⁰³ Dividido entre as preocupações da incipiente Guerra Fria, as demandas político-eleitorais domésticas e sua própria consciência, Truman superou afinal quaisquer dúvidas que ainda pudesse ter e, às 18h11m de 14 de maio de 1948 — apenas 11 minutos após Israel declarar sua independência do outro lado do oceano — fez saber ao mundo que os Estados Unidos reconheciam o nascente Estado judeu.

O posicionamento pendular de Truman repetiu-se ao longo de outras Presidências posteriores, com seguidos ocupantes da Casa Branca equilibrando-se entre interesses conflitantes e suas próprias convicções sobre a questão árabe-israelense, enquanto tomava formato e se fortalecia a sólida aliança que hoje existe entre os Estados Unidos e Israel. É significativo, porém, que a multiplicidade de atores envolvidos na elaboração da política externa americana propicie a existência de brechas de influência mesmo a partir de escalões inferiores. No intenso debate sobre a conveniência da criação de um

¹⁰² OREN, M.B. Op.cit., p. 499.

¹⁰³ Ibid, p. 488.

Estado judeu na Palestina no governo Truman, por exemplo, “em pontos críticos, indivíduos que favoreciam os sionistas e eram respeitados pelo presidente tiveram mais peso do que os esforços de funcionários do Gabinete e da burocracia”¹⁰⁴ que tinham uma posição claramente contrária.

1.3 O papel da opinião pública

Ao escolher uma revista como instrumento de avaliação de políticas adotadas por um país na esfera internacional, creio ser necessário contrastar tal opção com o papel que a imprensa e a opinião pública podem desempenhar na definição dos rumos seguidos por seu governo. Sobretudo em se tratando dos Estados Unidos, país que conta com uma antiga e poderosa imprensa e uma vigorosa opinião pública. Mas não se pode iniciar tal avaliação sem se ressaltar que a opinião pública é um conceito polêmico que ainda não encontra consenso entre os estudiosos do tema. O historiador francês Pierre Laborie reconhece tal circunstância quando diz que “abordar o estudo da opinião é efetivamente descobrir, atrás das aparências enganosas de uma realidade familiar, um terreno instável, referências fugidias, reflexos incertos”.¹⁰⁵

Em que pese ela nem existir para uns, ou ser desprovida de valor analítico para outros, este estudo adota a definição de Laborie — ele próprio um crítico exacerbado do conceito, ao qual faz inúmeras restrições, mas com que acaba trabalhando como historiador — de que a opinião pública é “um fenômeno coletivo, reflexo e afirmação de uma posição dominante dentro de um grupo social”,¹⁰⁶ mas cujas “instabilidade e adaptação incessante à conjuntura” lhe dão “uma plasticidade que acentua sua particularidade e relativiza a confiabilidade de avaliações pontuais”.¹⁰⁷ Por posição dominante, porém, não se deve entender uma homogeneidade de opiniões, e sim a prevalência daquelas que, enquanto a conjuntura lhe for favorável, refletirão o pensamento majoritário da sociedade ou a percepção pública do que ele venha a ser. E sempre tendo em mente as ressalvas postas por Laborie sobre o conceito de opinião pública, lembrando que “as manifestações explícitas e visíveis dão apenas uma

¹⁰⁴ SPIEGEL, S.L. Op. cit., p. 19.

¹⁰⁵ LABORIE, P. De l'opinion publique à l'imaginaire social. *Vingtième Siècle*, 1988, v. 18, n. 1, p. 102.

¹⁰⁶ LABORIE, P. Op. cit., p. 103.

¹⁰⁷ Ibid, p. 104.

legibilidade parcial à opinião” e que “a realidade da opinião não depende de sua expressão manifesta”.¹⁰⁸

Feitas as ressalvas, porém, creio ser justo em cima dessa plasticidade da opinião pública citada por Laborie que procuram atuar os autores de artigos ao exprimirem seus pontos de vista nas páginas da “Foreign Affairs” ou de qualquer outra publicação, visando a reforçar visões de mundo e percepções já estabelecidas ou, ao contrário, modificá-las. Ao fazê-lo, eles se enquadram na categoria dos “formadores de opinião”, que, segundo o historiador americano Melvin Small, constituem nos Estados Unidos o topo da pirâmide da opinião pública, “um pequeníssimo círculo social formado por funcionários governamentais, líderes nacionais e celebridades respeitadas, editores e jornalistas”.¹⁰⁹ A estes se juntam, no caso da “Foreign Affairs”, formadores de opinião do resto do planeta, uma vez que a revista é uma publicação que recebe em todas as suas edições contribuições variadas de articulistas de inúmeros países — ainda que a maioria dos artigos seja escrita por americanos. Todos em busca de contribuir para moldar ou — no caso dos articulistas que a ela pertençam — disseminar o pensamento da Elite de Influência que tem as rédeas do poder nos EUA.

Vale lembrar que o país conta com uma ativa imprensa que se constitui historicamente num dos mais importantes canais de expressão da opinião pública. Já no fim da Guerra de Independência, em 1783, havia 43 jornais em funcionamento, número que em 1810 chegava a 366 (sendo 27 deles diários). Na virada do século XIX para o XX, os EUA contabilizavam 2.226 jornais diários e 14 mil semanários, respondendo por mais da metade dos jornais publicados no planeta.¹¹⁰ Se, como afirmou Laborie, “a opinião não é uma categoria universal, e sim uma construção que resulta de sua própria história e que contribuiu para produzi-la”¹¹¹, temos aí um poderoso instrumento nessa construção.

No âmbito do conflito árabe-israelense e do posicionamento dos EUA em relação à questão, que é o que nos interessa aqui, ambos os lados contribuíram com uma

¹⁰⁸ LABORIE, P. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 83.

¹⁰⁹ SMALL, M. *Public Opinion and Historians: interdisciplinary perspectives*. Apud NETO, L.S. Uma pequena América no Oriente. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 21.

¹¹⁰ History of American Newspapers, *Wikipedia*.

¹¹¹ LABORIE, P. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*, p. 79.

quantidade significativa de artigos. O presente estudo parte da perspectiva de que tais formadores de opinião — fossem eles árabes, israelenses, americanos ou mesmo europeus — buscavam influenciar, nas páginas da “Foreign Affairs”, os rumos da opinião pública dos Estados Unidos a partir de seu topo com vistas a criar um quadro favorável a suas demandas e a fortalecer sua visão de mundo, inclusive dentro desse próprio topo. “A competição entre árabes e judeus para influenciar presidentes dos EUA a fim de ganhar a vantagem nos debates no Congresso ou a superioridade moral junto à opinião pública é agora um aspecto permanente da política externa americana”¹¹², diz o jornalista Patrick Tyler, que cobriu o Oriente Médio e Washington para o “New York Times” e o “Washington Post”. No caso da “Foreign Affairs”, sendo ela uma revista voltada para o lobby, essa competição entre os dois povos insere-se dentro do objetivo principal da publicação de reforçar o ponto de vista do establishment. Algo que fica sugerido no relatório anual de 1951 do CFR, no qual se diz que

Ao falar de esclarecimento do público, é bom ter em mente que o Conselho escolheu como sua função o esclarecimento dos líderes de opinião. Estes, por sua vez, cada um em sua esfera, disseminam o conhecimento obtido aqui em círculos cada vez mais amplos.¹¹³

Na consecução desta autoconcedida tarefa de “esclarecimento da opinião”, o CFR não contou apenas com a “Foreign Affairs”. Um dos instrumentos utilizados foram os chamados Comitês de Relações Exteriores (CRE), instituídos a partir de 1938 em dezenas de cidades americanas agregando “homens que ocupem posições de liderança em suas comunidades” com o objetivo duplo de “influenciar o pensamento de líderes locais, e fornecer ao Conselho e ao governo dos Estados Unidos informações sobre tendências de pensamento sobre relações exteriores país afora”.¹¹⁴ Por meio dos CREs, “o Conselho tem sido capaz de espalhar suas ideias sobre as políticas (a adotar no país) a grupos de prestígio ao nível local, tais como homens de negócios, advogados, educadores e jornalistas que disseminam essas ideias a um público mais amplo”.¹¹⁵ Um aspecto importante dos comitês é que além dos encontros regulares de seus membros nas comunidades das quais fizessem parte, também deveriam reunir-se numa conferência anual em Nova York, de modo a consolidar seus laços pessoais e

¹¹² TYLER, P. Op. cit., p. 16.

¹¹³ SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust*, p. 31.

¹¹⁴ Ibid, p. 30.

¹¹⁵ Ibid, p. 31.

institucionais numa ampla rede cujo núcleo era o CFR. Livros publicados por grupos de estudos sobre temas específicos envolvendo membros do CFR — por vezes até 20 em funcionamento num determinado momento — também foram um dos instrumentos de “esclarecimento da opinião”. Entre 1953 e 1972, 90 foram publicados. Dentro desse quadro, creio ser possível concluir-se que a “Foreign Affairs” vem servindo de linha direta de comunicação entre o núcleo do CFR e seus inúmeros postos avançados espalhados pelo país, disseminando a um público mais amplo as linhas gerais das posições defendidas pela instituição, definidas no eixo Nova York-Washington.

Nesse sentido, é preciso destacar o fato de que tal tentativa de influência só ocorre por ser o país, numa definição formal, uma democracia, onde diferentes correntes lutam pelo comando do Estado, com espaço para amplo debate público sobre os rumos a tomar. Fosse o país uma ditadura, com estrito controle de um determinado grupo sobre o aparato de poder, tal espaço seria, na melhor das hipóteses, limitado, e na pior, inexistente. E uma revista como a “Foreign Affairs” — porta-voz que seja de um desses grupos, como antes citado — não se daria nem ao luxo ou veria a necessidade de abrir-se a visões diferentes para aumentar seu capital simbólico, e sim seria única e exclusivamente uma espécie de “diário oficial” de um consenso forjado no topo e forçado de cima para baixo às demais instâncias do Estado. Em suas páginas, os articulistas da “Foreign Affairs” familiarizados com o processo interno de tomada de decisões nas democracias — e particularmente nos EUA — deixaram abundantes testemunhos sobre como viam o papel da opinião pública na definição dos rumos da política externa em regimes constituídos através da vontade das urnas. “Argumentos públicos nem sempre afetam as políticas, mas são importantes, não obstante, por seu impacto na visão de formuladores de políticas atuais e futuros”¹¹⁶, corrobora Steven L. Spiegel. No mesmo caminho vai o sociólogo e demógrafo francês Alain Girard quando diz que “a opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita contra ela, nem sem ela”.¹¹⁷

¹¹⁶ SPIEGEL, S.L. Op. cit., p. 10.

¹¹⁷ GIRARD, Alain. A opinião pública, apud BECKER, Jean-Jacques. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 203.

Para o veterano diplomata britânico Harold Nicolson, escrevendo em 1961, o mundo desde a Primeira Guerra passou por uma transformação de valores que incluiu “uma nova ou ‘democrática’ concepção de relações internacionais”¹¹⁸. Segundo ele,

Antigamente, a conduta dos assuntos externos era confiada a uma pequena elite internacional que compartilhava o mesmo tipo de background e desejava preservar o mesmo tipo de mundo. Hoje, espera-se que as massas tenham um interesse nos assuntos externos, saibam os detalhes das controvérsias atuais, cheguem às suas próprias conclusões, e tornem essas conclusões efetivas por meio da imprensa e do Parlamento.¹¹⁹

No caso dos Estados Unidos, o próprio papel do país na nova ordem que se constituiu após o fim da Segunda Guerra, em 1945, assumindo um status de superpotência com atuação planetária, teve de ser chancelado e legitimado pela aprovação da opinião pública. Sem seu consentimento, destacam vários autores, os presidentes do pós-guerra teriam tido dificuldades de sustentar uma política externa consistente, arriscando-se ao destino de Woodrow Wilson, que depois de ajudar a engendrar a Liga das Nações viu o país ficar fora dela por oposição do Senado americano, porta-voz de um período de recaída dos EUA no isolacionismo após participação crucial no primeiro conflito mundial. Num artigo de 1962 em que faz um balanço da evolução da política externa americana por ocasião dos 40 anos da “Foreign Affairs”, seu então editor, Hamilton Fish Armstrong (no cargo desde 1928), discorre sobre o tema:

O conhecimento de que tinham o apoio de uma opinião pública informada e politicamente consciente trouxe força interior e confiança aos nossos presidentes e secretários de Estado; e convenceu os líderes estrangeiros com quem eles tinham de lidar que os Estados Unidos iam ‘manter o rumo’.¹²⁰

Embora haja autores como o filósofo espanhol Julián Marías (“The Unreal America”/“Foreign Affairs”, julho de 1961) que defendem a ideia de que a opinião pública é forte nos EUA, mas tem pouca influência sobre sua política externa, muitos outros, como Armstrong, pensam o contrário. McGeorge Bundy, ex-assessor de

¹¹⁸ NICOLSON, Harold. Diplomacy then and now. *Foreign Affairs*, vol. 40, n. 1, outubro de 1961.

¹¹⁹ NICOLSON, Harold. Op. cit.

¹²⁰ ARMSTRONG, Hamilton Fish. Then and now. *Foreign Affairs*, vol. 41, n. 1, outubro de 1962.

Segurança Nacional dos presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson e um dos arquitetos da escalada do envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã, em meados dos anos 1960, expõe seu ponto de vista já fora do cargo, em janeiro de 1967. Diante de um país conflagrado internamente com amplos segmentos em franca e crescente oposição à guerra, Bundy diz que

Por trás de cada engajamento sério e sustentado dos Estados Unidos há uma decisão expressa ou implícita de que essa ação é importante para a segurança e o bem-estar dos próprios Estados Unidos. Políticas que não puderem reivindicar essa justificativa de forma persuasiva não perduram, por mais atraente que possam ser por um período ou entre parte de nosso público. O compromisso americano em qualquer lugar é apenas tão profundo quanto a continuada convicção dos americanos de que seu próprio interesse o requeira.¹²¹

Tal percepção sobre o laço que une a extensão do compromisso americano e a opinião pública do país é tratada por vários articulistas da “Foreign Affairs”, ficando mais evidente nesse momento de contestação cada vez maior à participação dos Estados Unidos no conflito no Sudeste Asiático — uma guerra que não tinha caráter de defesa contra uma ameaça existencial ao país e acabou lhe custando a vida de mais de 50 mil cidadãos, além de um trauma profundo a toda uma geração. Falando a partir de uma visão de dentro do centro do poder, pouco após deixar o posto de secretário de Imprensa do presidente Lyndon Johnson — cargo que exerceu entre 1965 e 1967 — o jornalista Bill D. Moyers lembra que há “uma tradição básica na política externa dos EUA”. Segundo ele,

Nosso sistema assume um senso de participação pelo povo na tomada de decisões nacionais críticas. Quando esse senso de envolvimento está ausente, quando o público se sente excluído dos julgamentos que são feitos em seu nome, uma política está condenada desde seu princípio, não importa o quão teoricamente válida ela possa ser.¹²²

Se o crescente senso de exclusão do povo americano da decisão de permanecer no Vietnã foi fundamental para o fim da guerra, algo semelhante ocorreu em outro sistema democrático em que os governantes igualmente tinham de alguma forma levar em conta

¹²¹ BUNDY. McGeorge. The End of Either/Or. *Foreign Affairs*, vol. 45, n. 2, janeiro de 1967.

¹²² MOYERS, Bill D. One Thing we Learned. *Foreign Affairs*, vol. 46, n. 4, julho de 1968.

os anseios da opinião pública. Segundo conta o historiador Jean-Jacques Becker, a retirada francesa da Argélia — onde uma guerra de independência estava em andamento desde 1954 — só foi tornada possível porque a opinião pública da França evoluiu, entre o fim da década de 1950 e o início dos anos 1960, para uma posição de que seria impossível manter o país sob controle de Paris. Foi só então, diz ele, que o presidente Charles de Gaulle pôde, em 1962, “conduzir a França à aceitação da independência argelina”. Para Becker, tal exemplo é indicativo

Da intervenção da opinião pública no processo histórico: não existe política que possa se desenvolver por muito tempo — pelo menos num Estado democrático e provavelmente também um pouco nos outros — sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da opinião pública.¹²³

1.4 O Executivo, o Congresso e os formuladores da política externa americana

No caso mais específico deste estudo, o sistema ao qual Moyers se refere, a democracia americana — que Abraham Lincoln definiu como “o governo do povo, pelo povo e para o povo” — em seus quase dois séculos e meio de constante aperfeiçoamento desenvolveu-se como uma entidade política baseada em pesos e contrapesos, no qual um poder contrabalança o outro para evitar abusos em seu exercício. Essas engrenagens foram construídas sobretudo para seu funcionamento interno, mas, com o tempo, foram incorporadas parcialmente na execução da política externa. Excluindo-se o Judiciário, que na área das relações internacionais nada interfere, o Executivo viu ao longo do século XX o Legislativo cada vez mais imiscuir-se na tarefa de administrar o relacionamento dos Estados Unidos com o resto do mundo.

Essa invasão das prerrogativas da Casa Branca e de suas agências executoras ocorreu principalmente após a Segunda Guerra, quando o país foi alçado a um novo papel na ordem internacional. Com orçamentos bilionários dedicados às suas relações externas na forma de assistência econômica ou militar — o Plano Marshall, de reconstrução da Europa no pós-guerra, é exemplo — nada mais natural que isso ocorresse no país cuja independência começou com um grito de “*no taxation without representation*”, por parte de contribuintes que queriam ter voz sobre a forma como

¹²³ BECKER, J.J. Op. cit., p. 205.

seus impostos eram gastos pelas autoridades. E a transformação não ocorreu sem que fosse amplamente discutida nas páginas da “Foreign Affairs”. Num artigo de julho de 1959, o senador Humphrey Hubert, da Comissão de Relações Exteriores do Senado, já indicava os contornos de um novo ativismo do Legislativo que tomava corpo.

O advento da diplomacia total e a nova posição dos Estados Unidos no mundo têm aumentado o papel do Senado na formulação da política externa muito além do que tinha sido previsto pelos criadores da Constituição, que enxergavam a participação na elaboração de tratados e na avaliação de nomeações presidenciais como suas duas funções principais. Embora ainda cruciais, estas duas responsabilidades hoje constituem quantitativamente apenas uma pequena parte das responsabilidades de política externa do Senado.¹²⁴

Ainda que a autoridade primária na condução das relações internacionais dos EUA esteja nas mãos do presidente da República, com o auxílio imediato de seu secretário de Estado e do Conselho de Segurança Nacional, a política externa americana, em seu formato final, acaba sendo o resultado da ação de uma multiplicidade de agentes, tanto ligados ao Executivo como ao Legislativo. Uma rápida vista do crescimento vertiginoso do aparato de relações internacionais dos EUA desde a entrada do país na Segunda Guerra, em 1941, dá a dimensão da complexidade da tarefa. Em 1962, apenas duas décadas depois de Pearl Harbor, o Departamento de Estado tinha passado de uma acanhada pasta ministerial com cerca de mil funcionários para uma gigantesca organização comandando mais de 38 mil pessoas, incluindo aí a Agência para o Desenvolvimento Internacional, com seus 17 mil empregados. De 78 embaixadores e ministros, passou-se a mais de 270 embaixadas, consulados e consulados-gerais. Somente a embaixada em Paris subiu de 78 funcionários para mais de 700, contando-se também os de 23 agências que funcionavam na representação diplomática (contra apenas quatro agências 21 anos antes). Em 1976, a Câmara dos Representantes e o Senado, por sua vez, criaram suas comissões de Inteligência, com atribuições de supervisão numa área de atividade externa que anteriormente era de atribuição exclusiva do Executivo e suas agências. Entre 1947 e 1978, o número de funcionários das comissões do Congresso aumentou de menos de 500 para mais de 3.000, sendo que triplicou na Comissão de Relações Internacionais da Câmara apenas entre 1971 e esse

¹²⁴ HUMPHREY, Hubert H. The Senate in Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 37, n. 4, julho de 1959.

último ano. Outro passo importante foi dado com o estabelecimento do processo de definição do Orçamento federal no Congresso, em 1974, que deu aos parlamentares instrumentos de atuação em novas áreas — incluindo as relações internacionais.

De olho nesse processo de mudança, 13 anos após o senador Humphrey, o historiador Arthur Schlesinger Jr., cronista dos anos Kennedy na Casa Branca, já podia dizer num artigo de 1972 que

Em áreas mais claramente dependentes do poder de alocação de verbas, notadamente na assistência internacional, o Congresso nem então nem depois hesitou em amarrar os programas executivos com toda forma de prescrições de caráter exortativo, estipulações rígidas e especificações detalhadas, frequentemente contra o desejo executivo [...]. Este esforço do Congresso em formatar a política externa por meio de alocações de verbas não enfraqueceu nos anos subsequentes; e a maior dependência da política externa das alocações significou que, nesse setor pelo menos, a Presidência perdeu poder para o Congresso. Quando Monroe emitiu a Doutrina Monroe, ele não buscou consentimento dos congressistas, mas quando Kennedy fez seu apelo pela Aliança para o Progresso, ele estava à mercê do Congresso em cada passo ao longo do caminho.¹²⁵

Numa avaliação das transformações ocorridas a que dedicou um artigo em 1978, o secretário de Estado assistente para Assuntos Legislativos do governo Carter, Douglas J. Bennet Jr., afirma que

O Congresso aumentou o tamanho de seus staffs, devotando mais mão de obra a temas de política externa e militares. Porque os legisladores podem ser mais confiantes no aconselhamento e na informação que recebem, eles frequentemente perseguem suas próprias preocupações de política externa em vez de aquiescer à liderança do Congresso ou do ramo executivo.¹²⁶

¹²⁵ SCHLESINGER JR, Arthur. Congress and the Making of American Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 51, n. 1, outubro de 1972.

¹²⁶ BENNET JR, Douglas J. Foreign Policy and the Democratic Process: Congress in Foreign Policy: Who needs it?, *Foreign Affairs*, vol. 57, n.1, Fall 1978.

Para o ex-subsecretário de Estado Chester Bowles, escrevendo alguns anos antes, “esta extraordinária multiplicação de atividades e agências reflete a complexidade e interdependência de nosso mundo moderno”.¹²⁷

É certo, porém, que a intervenção do Legislativo federal na política externa dos EUA, embora já um fato reconhecido, variou de intensidade nas últimas décadas dependendo do perfil do ocupante da Casa Branca, mas tomou corpo sobretudo com o desastre da Guerra do Vietnã e as cicatrizes que ela deixou na sociedade americana. O conflito, no qual os EUA mergulharam de cabeça a partir de meados dos anos 1960, foi um divisor de águas em muitos sentidos, numa década já profundamente marcada por mudanças tectônicas no país com movimentos negros e gays reivindicando direitos civis, feministas lutando por igualdade, jovens desertando do serviço militar e aderindo à contracultura, e universitários transformando instituições de ensino em trincheiras pacifistas. “De um ponto de vista de longo prazo”, avaliou o historiador Howard Zinn sobre as mudanças ocorridas nos EUA, “algo talvez mais importante tinha acontecido. A rebelião em casa estava se espalhando além do tema da guerra no Vietnã”.¹²⁸ E os efeitos na condução da política externa americana, de uma maneira geral, também se fizeram sentir. O diagnóstico foi feito a quatro mãos num artigo de 1978 por Lee H. Hamilton, deputado e membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, e Michael H. van Dusen, diretor de Pessoal da Subcomissão de Europa e Oriente Médio da mesma comissão.

Três décadas atrás, o presidente Harry Truman podia gabar-se que ele sozinho era a força dominante nos assuntos externos americanos [...] O trauma nacional sobre o Vietnã pôs fim a essa fase, tanto em termos de consenso (e a ênfase dominante nos temas de segurança que o acompanhava) como em termos de disposição popular e dos congressistas em aceitar a liderança executiva como fora no período 1950-68. Ao longo da última década, e especialmente desde 1974, o Congresso assumiu um papel cada vez maior nos temas de segurança, e simultaneamente a importância central nos assuntos econômicos — sempre uma responsabilidade maior dos congressistas — jogou o Congresso mais para a dianteira. Vagarosa e dolorosamente no começo, mas depois mais rápido e com muito menos esforço, o

¹²⁷ BOWLES, Chester. *Toward a New Diplomacy. Foreign Affairs*, vol. 40, n. 2, janeiro de 1962.

¹²⁸ ZINN, H. *Op. cit.*, p. 492.

Congresso assentou o alcance total de sua autoridade, e seus membros desenvolveram tanto a preocupação como a capacidade profissional de participar num novo raio de ação de decisões de política externa. E o sucesso inicial no impulso de reafirmar poderes negligenciados levou o Congresso a se envolver ainda mais profundamente na própria execução das políticas. O Congresso está hoje então, sem sombra de dúvida, desempenhando um papel grandemente ampliado na política externa.¹²⁹

No rastro dessa mudança ocorreu uma outra, que serviu para consolidar de vez o novo papel do Legislativo: a mistura cada vez maior dos temas da política interna com aqueles identificados com a externa, fato que não se limitou aos EUA e se acelerou com o processo de globalização. O historiador francês Pierre Milza, analisando o fenômeno de forma ampla, afirmou que “não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o *interior* e o *exterior*, mas interações evidentes entre um e outro, com entretanto a primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo”.¹³⁰ O então prefeito de Nova York e em breve pré-candidato democrata (fracassado) à Casa Branca, John V. Lindsay, diagnosticou a metamorfose desencadeada pela Guerra do Vietnã num artigo em outubro de 1971 — adequadamente intitulado “For a New Policy Balance”.

Entre os muitos traumas infligidos pelo pesadelo do Vietnã está a conscientização — para muitos americanos o choque do reconhecimento — de que política externa e doméstica se fundiram numa teia sem costuras de preocupações interligadas. É agora quase impossível identificar qualquer assunto, condição ou interesse de significado nacional que não seja afetado por tendências e circunstâncias internacionais, e que por sua vez não afete algum aspecto da política externa dos Estados Unidos.¹³¹

Finalizando, é importante ressaltar que conquanto caiba ao presidente dar o tom geral da política externa americana, sua execução acaba nas mãos de atores que frequentemente têm objetivos contrários e agendas próprias. Se o presidente, como um maestro, escolhe a partitura e conduz o andamento da orquestra, os músicos sob seu comando não são apenas meros executores, mas, também, intérpretes com virtuosismo

¹²⁹ HAMILTON, Lee. H.; VAN DUSEN, Michael H. Foreign Policy and the Democratic Process: Making the Separation of Powers Work. *Foreign Affairs*, vol. 57, n. 1, Fall 1978.

¹³⁰ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, R. Op. cit., p. 370.

¹³¹ LINDSAY, John V. For a New Policy Balance. *Foreign Affairs*, vol. 50, n. 1, outubro de 1971.

próprio capazes de interferir no formato final da obra apresentada. Como diz Steven Spiegel,

Os fatores críticos determinando o conteúdo da orientação política americana são: as crenças básicas do presidente, os indivíduos nos quais ele depende para aconselhamento, e o resultante sistema de tomada de decisões que converte ideias em políticas. [...] No fim, a orientação política só pode ser entendida pelo exame das prioridades de política externa, das crenças filosóficas, do sistema de tomada de decisões e das personalidades-chave de uma administração.¹³²

Dentro desse quadro, os sionistas e seus aliados nos Estados Unidos souberam criar, ao longo de décadas, uma rede de apoio dentro do Congresso que se tornou crucial na sustentação do relacionamento especial entre os dois países. Tal rede, no entanto, não será objeto de estudo nesta dissertação. Para fechar este primeiro capítulo, é necessário que antes nos debruçemos sobre uma questão fundamental em qualquer discussão envolvendo a comunicação humana.

1.5 O discurso sobre o conflito árabe-israelense

A profusão de artigos refletindo a recém-adquirida importância do Oriente Médio para os formuladores da política externa americana chama a atenção a um outro fenômeno que não é possível deixar de lado na análise de um *corpus* documental como o que embasa este trabalho. Sendo a “Foreign Affairs” uma revista analítica de longos e bem fundamentados artigos — e não de reportagens — seu objetivo básico é influenciar o debate dos temas abordados. Para tanto, seus articulistas elaboram discursos cuja intenção é maximizar o potencial de convencimento de suas palavras e argumentos. Entendendo-se o discurso como “a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”,¹³³ de acordo com a definição da linguista Eni Orlandi, é importante, a meu ver, destrinchar esse processo a fim de compreender a forma como os participantes de tais debates se utilizam da “Foreign Affairs” como plataformas de suas ideias.

¹³² SPIEGEL, S. L. Op. cit., p. 10.

¹³³ ORLANDI, Eni P. Análise de discurso – princípios e procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2009, p. 15.

A mediação feita pelo discurso, diz Orlandi, não é neutra, e necessita de uma compreensão maior para que nós não caiamos na ingênua pressuposição de que somos, como sujeitos produtores das mensagens, independentes. “Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”,¹³⁴ lembra ela, e os discursos são elaborados sob condições de produção que interferem em seus rumos. Imperceptivelmente, somos influenciados por relações de força que conferem mais ou menos poder às palavras segundo o lugar ocupado por quem as profere; pelas relações de sentido de um discurso com outro; pela antecipação de que nos valem ao ajustar o que vamos dizer aos ouvidos de quem nos dirigimos.

Antes de seguir adiante, se vamos falar das condições de produção dos discursos, é preciso delimitar com um pouco mais de clareza o que entendemos por discurso neste trabalho. Segundo Orlandi, é a “palavra em movimento, prática de linguagem” e também o “homem falando”, “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e sua história”.¹³⁵ Nesse sentido, ela destaca que, de uma perspectiva discursiva, a língua não é abordada como um sistema abstrato de signos com vida própria e independente, mas sim como “língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”.¹³⁶

Dentro desse quadro, é possível perceber que Orlandi bebe na fonte do pensamento do filósofo e historiador francês Michel Foucault, para quem, como indica Rosa Maria Bueno Fischer, o discurso “existe sob condições ‘positivas’, na dinâmica de um feixe de relações” e “há condições de aparecimento histórico de um determinado discurso, relativas às formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos)”.¹³⁷

Com tal afirmação, Foucault faz um ataque frontal à ideia de um fundamento originário para a verdade histórica, a qual ele acusa de ser “uma espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da

¹³⁴ ORLANDI, Eni P. Op. cit., p. 10.

¹³⁵ Ibid, p. 15.

¹³⁶ Ibid, p. 16.

¹³⁷ FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault – arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 95.

História a tornou inalterável”.¹³⁸ A verdade nada mais é, então, do que uma construção a partir de discursos inventados que ganham valor de verdade em determinadas circunstâncias. Não existiria, assim, uma natureza humana eterna e essencial, mas sim uma natureza humana construída a partir de um ponto de vista histórico.

Nessa perspectiva, quem detém a possibilidade de controlar os discursos controla também poder. Ruth Wodak e outros autores apontam

uma “relação dialética entre atos discursivos particulares e as situações, instituições e estruturas sociais nas quais eles estão inseridos: os contextos situacionais, institucionais e sociais formatam e afetam o discurso, e, por sua vez, o discurso influencia a realidade política e social. Em outras palavras, o discurso constitui a prática social e ao mesmo tempo é constituído por ela.”¹³⁹

Ao influenciar a realidade política e social, o discurso torna-se um fator-chave no ordenamento de qualquer sociedade. Nesse sentido, aponta Rosa Maria Bueno Fischer, ainda numa perspectiva foucaultiana, a mídia tem um papel importante “como veículo de divulgação e circulação dos diversos discursos considerados ‘verdadeiros’”, e é possível dizer que “hoje praticamente todos os discursos sofrem uma mediação ou um reprocessamento através dos meios de comunicação”.¹⁴⁰ Não à toa a imprensa já foi descrita como o Quarto Poder — ao lado dos três tradicionais que compõem a estrutura política dos Estados contemporâneos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Tal mediação feita pelos meios de comunicação surgiu no rastro da massificação da mídia, que no século XX passou a atingir amplas camadas da população de forma mais abrangente. O historiador francês François Dosse também ressalta a importância dessa transformação, em sua análise da questão do renascimento do acontecimento na esfera da historiografia nas últimas décadas do século XX, ao apontar que “é impossível separar artificialmente o que é um acontecimento de seus suportes de produção e de difusão”.¹⁴¹

¹³⁸ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, p. 17.

¹³⁹ WODAK, R. ET alii. *The discursive construction of national identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999, p. 8.

¹⁴⁰ DOSSE, F. Op. cit., p. 86.

¹⁴¹ Ibid, p. 260.

Dentro desse contexto, encontramos a “Foreign Affairs”, não como parte dos *mass media*, mas com especificações já discutidas anteriormente na introdução. Entre elas, o fato de que a revista é uma publicação da elite para a elite, tomada em seu aspecto tanto de formadora de opiniões como de tomadora de decisões. Portanto, suas escolhas editoriais — o que aparece ou não em suas páginas, quem fala sobre o quê e quando — espelham os interesses do Council on Foreign Relations, embutindo uma multiplicidade de discursos, assim como uma heterogeneidade de sujeitos. É sobre eles que vamos discorrer agora, focando nas condições de produção dos discursos citadas anteriormente por Orlandi.

A primeira delas tem a ver com a forma como os articulistas de “Foreign Affairs” são escolhidos por seu lugar de fala — a posição que um indivíduo ocupa e que legitima seu discurso, dando-lhe autoridade para se pronunciar sobre tal ou qual assunto, pois, segundo Foucault, “quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente e esse discurso que veicula saber é gerador de poder”.¹⁴²

Como já foi citado anteriormente, a revista é uma das mais conceituadas do mundo na área de relações internacionais, com um conselho de diretores e articulistas de primeiríssima linha. Tendo por trás de si a elite dos EUA e feita com foco nessa mesma elite, a publicação é um palco VIP de opinião, atraindo assim líderes políticos, chefes militares, acadêmicos e diplomatas entre os mais influentes em suas áreas de atuação. Tal fato é facilmente explicável pelo status atingido pela revista, o que lhe permite escolher a dedo pessoas de lugares de fala acessíveis a apenas um seletivo número de publicações. Entre seus articulistas é comum encontrar presidentes e primeiros-ministros, chanceleres, reitores das melhores universidades, comandantes de alta patente, acadêmicos conceituados, todos ávidos por defender seus pontos de vista diante de um público leitor que, dentro e fora dos EUA, compõe a nata dos formadores de opinião e dos tomadores de decisões do planeta. Não são muitos os veículos para os quais tais pessoas se dispõem a dedicar seu precioso tempo escrevendo um artigo opinativo.

Assim, temos um processo que se retroalimenta: por ser uma revista de alto nível orientada à elite do país mais poderoso do planeta, a “Foreign Affairs” atrai articulistas de primeiro nível de todo o mundo; e estes, por sua vez, têm interesse em expor suas

¹⁴² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 37.

opiniões e convicções nas páginas da publicação, contribuindo para manter o prestígio dela.

Apenas para ficar no período e no escopo da pesquisa, na edição de abril de 1954, por exemplo, o secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, escreveu um artigo sobre políticas para a paz e a segurança de seu país, enquanto na edição de julho, o comandante da Legião Árabe da Jordânia, tenente-general J.B. Glubb, defendia as posições jordanianas sobre o conflito com Israel. Em janeiro de 1955, foi a vez de o comandante do Estado-Maior das Forças Armadas de Israel, general Moshe Dayan, expressar-se nas páginas de “Foreign Affairs” num longo arrazoado em defesa do país diante do mundo árabe. No mesmo número, o presidente Gamal Abdel Nasser desfiava seus argumentos sobre o novo regime que passou a comandar o Egito a partir da derrubada da monarquia em 1952.

Difícilmente alguém discordaria de que os quatro personagens acima citados — exemplos das figuras que frequentam o espaço editorial da revista — estão no topo da cadeia de tomada de decisões de seus países, e que opiniões por eles expressas não são apenas meras formulações teóricas de articulistas comumente encontrados na mídia, e sim possíveis e prováveis políticas de governo e de defesa, dada a alta posição que ocupam nas hierarquias locais. Assim sendo, quando Dulles fala que “a pedra angular da segurança para as nações livres deve ser um sistema coletivo de defesa”¹⁴³ — num mundo cujo ordenamento pós-guerra está marcado pelo enfrentamento entre os blocos comunista, liderado pela URSS, e capitalista, encabeçado pelos EUA — obviamente deve-se esperar que as palavras do secretário de Estado americano, pelo lugar de fala de onde ele escreve, indiquem não apenas um conselho acadêmico, mas sim uma política em estudo ou já em concretização por parte de Washington.

O mesmo ocorre quando Dulles discorre sobre a percebida situação em que alguns países “próximos à órbita soviética onde os governos nacionais não conseguem manter Forças Armadas adequadas sem nossa ajuda” (dos EUA), e diz, sobre a assistência americana na Indochina, que “as apostas lá são tão altas que seria culpável não contribuir para as forças que lutam para resistir contra a opressão comunista”.¹⁴⁴

A partir da noção de relação de forças na produção do discurso, exposta por Orlandi, segundo a qual “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”,¹⁴⁵

¹⁴³ DULLES, John Foster. Policy for Security and Peace. *Foreign Affairs*, vol. 32, n. 3, abril de 1954.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ ORLANDI, E. Op. cit., p. 39.

da mesma forma que o filho adolescente ouve da mãe, ao chegar de madrugada, a recriminação “isso são horas?!?”, Dulles, como condutor da política externa dos EUA, delinea sua receita de contenção da URSS, núcleo da citada “opressão comunista”. E, assim como o filho faltoso pode esperar punição da mãe pelo atraso, Moscou também pode esperar, do discurso de Dulles, que os EUA se contraponham à expansão da influência do Kremlin; e os países que enfrentarem essa ameaça, por sua vez, também podem contar com o governo americano. “Se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno”, aponta Orlandi. Segundo ela, “como nossas sociedades são constituídas por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno”.¹⁴⁶ Dulles, o poderoso chefe da diplomacia dos EUA de janeiro de 1953 a abril de 1959, é o professor nesse caso, não o aluno.

Quando escreve, o secretário de Estado americano não está jogando palavras ao vento. No embate interno no governo dos EUA sobre o crescente envolvimento do país no suporte ao regime do Vietnã do Sul, ameaçado por uma insurgência doméstica e um vizinho comunista, Dulles sai vencedor. Ele alega, segundo o jornalista e historiador Stanley Karnow, “que os Estados Unidos não ‘tinham opção’, exceto em fortalecer (o regime de Ngo Dinh) Diem, ‘nem que seja para ganhar tempo’”.¹⁴⁷ E, completa Karnow, “a operação para ganhar tempo iniciou-se com uma assistência americana de US\$ 300 milhões”¹⁴⁸ ainda nos anos 1950. O artigo de Dulles em “Foreign Affairs” torna-se, à vista disso, a justificativa pública de uma política já adotada pelo governo dos EUA.

Outra das condições de produção do discurso apontadas por Orlandi discernível em artigos da “Foreign Affairs” é a capacidade de antecipação, que permite ao sujeito da mensagem “colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”. Assim, explica a autora, “ele antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem”.¹⁴⁹ É um jogar para a plateia inconsciente. Diz Orlandi:

Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um

¹⁴⁶ ORLANDI, E. Op. cit., p. 39 e 40.

¹⁴⁷ KARNOW, Stanley. *Vietnam – a history*. New York: Viking Press, 1983, p. 220.

¹⁴⁸ Ibid. Loc. cit.

¹⁴⁹ ORLANDI, E. Op. cit., p. 39.

interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.¹⁵⁰

O artifício da antecipação fica claro nos artigos de Moshe Dayan, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Israel, e de Nasser, o presidente do Egito, na edição de janeiro de 1955. Ambos os líderes se dirigem diretamente ao povo americano, usando linguagem e referências históricas facilmente identificáveis por este, na expectativa consciente ou não de maximizar os efeitos de seus discursos e atrair a simpatia por suas argumentações. Afirma Dayan que

Em quase nenhum lugar de Israel pode um homem viver ou trabalhar além do alcance fácil do fogo inimigo [...] Assim, o termo ‘segurança de fronteira tem pouco significado no contexto da geografia de Israel. O país inteiro é uma fronteira, e todo o ritmo da vida nacional é afetado por qualquer atividade hostil do território dos Estados vizinhos. [...] Um cidadão americano que pode cruzar um vasto continente sem ver um rosto estrangeiro, e muito menos hostil, pode requerer uma quantidade não usual de imaginação e humildade para entender o caráter único da vulnerabilidade que a geografia impõe ao povo de Israel.¹⁵¹

Além do didatismo óbvio para tornar mais compreensível o assinalado drama israelense, Dayan faz uso de uma noção cara aos americanos: a de “fronteira”, imagem sobre a qual os EUA se construíram ao longo do século XIX. De acordo com a historiadora Mary A. Junqueira, o mito do Oeste — como o imaginário americano incorporou a noção de “fronteira” — “atravessa toda a sociedade norte-americana de forma mobilizadora”.¹⁵² Segundo ela, “se é ainda uma referência, é porque o apelo do Oeste encontra ressonância naquela sociedade”.¹⁵³ Junqueira explica que “os americanos usam a palavra *border* para a linha de delimitação entre dois países, e *frontier* “para a linha divisória entre a civilização e o *wilderness* (região erma,

¹⁵⁰ ORLANDI, E. Op. cit., p. 39.

¹⁵¹ DAYAN, Moshe. Israel’s border and security problems. *Foreign Affairs*, vol. 33, n. 2, janeiro de 1955.

¹⁵² JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos – a consolidação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 61.

¹⁵³ *Ibid*, p. 61.

‘despovoadá’, que provoca sensações de temor ou reverência no homem civilizado)”.¹⁵⁴ Em seu artigo, no trecho acima citado, Dayan usa justamente o termo *frontier* — embora o vocábulo *border* fosse mais preciso e justificável em questões de relações internacionais entre Estados — apelando assim aos sentimentos mais profundos dos americanos, tais como explicitados pelo então governador de Nova York e futuro vice-presidente dos EUA, Nelson Rockefeller, num artigo em 1960.

Pela maior parte de sua história, este continente tirou inspiração do que veio a ser conhecido como a fronteira. A fronteira geográfica não mais existe. Contudo, fronteiras continuamente passaram a existir por meio da descoberta, não somente física mas intelectual. Onde quer que as pessoas se empenhem por liberdade e dignidade humana, aí uma fronteira é traçada.¹⁵⁵

Além disso, de forma sutil, dado o uso da palavra nos EUA, Dayan também deixa transparecer, sem a necessidade de dizê-lo diretamente, que Israel, na qualidade de *frontier*, é o limite entre a civilização e o *wilderness*.

Já Nasser, que nesse momento busca firmar-se como o maior líder nacionalista do mundo árabe, mas ainda não se afastou do Ocidente e dos EUA, como viria a fazer em pouco tempo, ajusta seus argumentos no texto “The Egyptian Revolution” para tentar sensibilizar a opinião pública americana. No artigo, ele procura aliviar as preocupações de Washington de que os movimentos nacionalistas árabes e africanos, com intensa atividade no processo de descolonização que se seguiu ao fim da Segunda Guerra, estejam infiltrados de comunistas — um convite à hostilidade dos EUA em época de Guerra Fria. Para o líder egípcio,

Não seria sábio da parte dos Estados Unidos assumir essa visão das atividades nacionalistas, lideradas por patriotas sinceros cujo único desejo é ver suas nações livres de dominação estrangeira. Os americanos reconhecem que isto é o direito inalienável de todo homem, contudo, hesitam em apoiar esses nacionalistas por medo de contrariar alguma potência colonial que tenha se recusado a acompanhar os tempos.¹⁵⁶

¹⁵⁴ JUNQUEIRA, M.A. Op. cit., p. 58.

¹⁵⁵ ROCKEFELLER, N. Op. cit.

¹⁵⁶ NASSER, Gamal Abdel. The Egyptian revolution. *Foreign Affairs*, vol. 33, n. 2, janeiro de 1955.

Nasser faz uso primoroso e inteligente da capacidade de antecipação ao lançar mão de diversos vocábulos e expressões que provavelmente sabe terem efeito sobre o imaginário do povo americano — a começar pelo próprio título do artigo, “A revolução egípcia”. Sozinho, ele nada indicaria em termos do uso que pode ser inferido de sua escolha para intitular a peça de opinião do líder egípcio. No entanto, com as referências que vêm em seguida, delinea-se uma forte sugestão de que Nasser buscou fazer um paralelo com a Revolução Americana, nome que designa, nos Estados Unidos, a independência do país da Inglaterra no fim do século XVIII.

Logo na abertura, Nasser fala dos “direitos inalienáveis” à libertação do domínio estrangeiro, usando conhecida expressão que aparece no início da Declaração de Independência dos EUA — documento de 4 de julho de 1776 que é a certidão de nascimento do país, e que lista entre tais direitos a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Como disse Arthur C. Brooks, presidente do centro de estudos American Enterprise Institute num artigo no “New York Times” em 2013, “esta aliança moral conecta os Patriarcas Fundadores (dos EUA) a cada um de nós hoje”.¹⁵⁷ Nasser escolheu bem ao usar a expressão como forma de criar empatia com seu público-alvo.

Quando fala em “potência colonial”, também recorre ao imaginário e às lembranças históricas dos americanos, recordando-lhes suas próprias lutas contra a metrópole britânica 170 anos antes. O líder egípcio adverte, ainda, os americanos de que o que pode semear um campo fértil para a penetração comunista é sua cegueira em reconhecer a justiça da luta de outros “patriotas” — termo de uso corrente entre americanos como a imagem de si próprios. Tal fato é ilustrado por pesquisas e na cultura popular do país, como no filme “O patriota”, grande sucesso de bilheteria lançado em 2000, com Mel Gibson no papel de um fazendeiro que luta na Guerra de Independência dos EUA contra os britânicos. Ou em “Independence Day”, de 1996, em que o feriado de 4 de Julho (da Independência) marca o dia em que os americanos, sob o comando de seu presidente, lideram uma batalha mundial contra uma invasão extraterrestre que ameaça a raça humana de extermínio. Um estudo de 2015 do Roper Center da Universidade de Cornell, no estado de Nova York, atesta: “Pesquisas de opinião pública confirmam o que observadores internacionais têm notado com frequência: os americanos são um povo muito patriótico”.¹⁵⁸ Pesquisas feitas entre 1987 e 2012 indicam que os níveis de

¹⁵⁷ BROOKS, Arthur C. A formula for happiness. *The New York Times*, 14/12/2013.

¹⁵⁸ YANKEE DOODLE POLLING: *Public Opinion on patriotism*.

americanos que concordaram completa ou fortemente com a proposição “Eu sou muito patriótico” giraram sempre em torno de 90% dos entrevistados.¹⁵⁹ Não há razão para supor que fosse diferente quando Nasser escreveu seu artigo, seis décadas antes.

Mais adiante, o líder egípcio afirma que

Não haveria qualquer infiltração comunista em qualquer parte do Oriente Médio e da África se os Estados Unidos conseguissem desenvolver uma política corajosa — e a única moralmente correta — de apoiar aqueles que estão ansiosos para livrar-se da dominação e exploração estrangeira.¹⁶⁰

Neste momento, Nasser não se mostra de modo algum um líder nacionalista hostil aos EUA — pelo contrário, ele busca seu favorecimento. E nisso, lança mão novamente de um argumento com bastante ressonância entre seu público-alvo, pois “a propensão para dar um sentido moral às coisas [...] é uma das mais duradouras características americanas”,¹⁶¹ como aponta o historiador Robert Middlekauf. Como se pode depreender, Nasser estava bem assessorado sobre a cultura política, os valores e os ideais do povo americano quando escreveu seu artigo na “Foreign Affairs”.

A terceira e última condição de produção do discurso citada por Orlandi diz respeito à relação de sentidos. Segundo essa noção, “não há discurso que não se relacione com outros” e “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”.¹⁶² Assim, cada discurso funciona como uma espécie de elemento de uma rede mais ampla, formando um processo sem início específico nem fim determinado. Tudo o que é dito, já foi dito ou ainda será.

No *corpus* documental examinado na “Foreign Affairs” no escopo deste trabalho, é possível identificar exemplos dessa relação de sentidos. Em “Israel, the Emergence of a Democracy”, o então embaixador israelense nos EUA, Abba Eban, faz a primeira incursão de um funcionário do recém-criado Estado nas páginas da revista, em abril de 1951 — três anos após a independência. Nele, o futuro chanceler diz que

¹⁵⁹ YANKEE DOODLE POLLING: *Public Opinion on patriotism*.

¹⁶⁰ NASSER, G.A. Op. cit.

¹⁶¹ MIDDLEKAUF, R. A ritualização da Revolução Americana. In: COBEN, S.; RATNER, N. *O desenvolvimento da cultura norte-americana*. Rio de Janeiro: Editora Anima, 1985, p. 76.

¹⁶² ORLANDI, E. Op.cit., p. 39.

cercado por todas as suas fronteiras terrestres por Estados árabes hostis, Israel foi levado a compensar seu isolamento regional com uma tentativa de estabelecer laços fortes com países mais distantes e alcançar um estado seguro na comunidade mundial organizada.¹⁶³

Em janeiro de 1955, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Israel, Moshe Dayan, diz em “Israel’s Border and Security Problem” que “não há nenhum outro Estado na comunidade mundial cujo próprio direito de existência seja tão persistentemente ameaçado por todos os seus vizinhos contíguos”.¹⁶⁴ Mais adiante, Dayan completa que “Israel enfrenta esses perigos múltiplos sem nenhuma perspectiva segura de assistência de qualquer lado”.¹⁶⁵

Vemos aqui uma memória discursiva comum a muitos israelenses em seu discurso moderno, mas que não é referida diretamente no texto: o mito bíblico de Davi contra Golias — o gigante filisteu repaginado agora em árabe. Parte da narrativa histórica que compõe a identidade do povo judeu desde a Antiguidade, Davi não é citado explicitamente no texto, mas claramente sai das páginas da Bíblia para as da “Foreign Affairs”, relacionando diretamente dois discursos separados por milênios de distância.

Tal perspectiva é abertamente reconhecida por historiadores israelenses ditos revisionistas, que contestam versões criadas pela narrativa oficial sionista, como Avi Shlaim e Benny Morris. Segundo Shlaim,

A versão sionista tradicional retrata a guerra de 1948 como uma simples luta bipolar sem barreiras entre um adversário árabe monolítico e um minúsculo Israel. De acordo com essa versão, sete exércitos árabes invadiram a Palestina, após o término do mandato britânico, com um único objetivo em mente: estrangular o Estado judeu tão logo ele viesse ao mundo. A luta subsequente foi uma luta desigual entre um Davi judeu e um Golias árabe. O nascente Estado judeu travou uma batalha desesperada, heroica e finalmente bem-sucedida pela sobrevivência contra uma superioridade esmagadora.¹⁶⁶

Coincidentemente, dois Davis lideram a consolidação de Israel como Estado independente em momentos críticos de sua História: o rei bíblico, na virada do século

¹⁶³ EBAN, Abba. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

¹⁶⁴ DAYAN, M. Op. cit.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Editora Fissus, 2004, p. 73.

XI a.C. para o X a.C., e o líder sionista David Ben-Gurion, no início da segunda metade do século XX.

1.6 Os dois papéis estratégicos de Israel

A irrupção de Israel na cena internacional, em 1948, deu-se em pleno início do confronto entre gigantes que marcaria quase toda a segunda metade do século XX: a Guerra Fria, opondo os Estados Unidos e o bloco capitalista de um lado, e a União Soviética e seus satélites socialistas do outro. Tal conflito levou muitos países a escolherem lados, colocando-se desde o começo inquestionavelmente junto a um ou outro campo. Uma quantidade de países, por outro lado, tentou aproveitar a situação e fazer de suas lealdades uma mercadoria no tabuleiro geopolítico internacional, acessível a quem se dispusesse a fazer a maior oferta. Esse fato já era observado naquela época nas páginas da “Foreign Affairs”.

Geralmente, as atitudes no Oriente Médio em relação ao Ocidente tendiam a ser ambivalentes. (...) Em sua diplomacia, os governos da região logo se lançaram a jogar as Potências Ocidentais mais remotas contra aquelas mais à mão, e as grandes guerras europeias foram aproveitadas como oportunidades para assegurar mais independência. (...) De sua perspectiva estreita, muitos moradores do Oriente Médio — e especialmente árabes, que não têm tido qualquer contato direto com a Rússia — tendem a ver o presente conflito mundial como apenas mais uma disputa entre dois grupos de Potências europeias. Mais uma vez a tentação é aproveitar-se da tensão entre as potências para promover suas próprias aspirações políticas.¹⁶⁷

O marco inicial do confronto pode ser rastreado até o discurso do presidente Harry Truman ao Congresso dos EUA, em 12/3/1947, solicitando US\$ 500 milhões em ajuda à Grécia e à Turquia, dois países então sob pressão direta da União Soviética, que expandia sua área de influência pela Europa Oriental no imediato pós-guerra. Ao justificar o requerimento, Truman definiu-o em termos da obrigação dos Estados Unidos de se contrapor à ameaça do comunismo onde quer que ela se apresentasse. Com isso, o governo americano sugeria “que os Estados Unidos ficavam de prontidão

¹⁶⁷ RUSTOW, Dankwart A. Defense of the Near East. *Foreign Affairs*, vol. 34, n. 2, janeiro de 1956.

para defender novas fronteiras em outras partes do mundo — lugares bem além das definições de segurança nacional de antes da guerra”.¹⁶⁸

Tal compromisso foi detalhado no NSC 68, um memorando do Conselho de Segurança Nacional entregue a Truman em abril de 1950 e considerado o documento que definiu as bases da segurança nacional dos EUA nas décadas seguintes. O memorando secreto, escrito primariamente pelo diretor de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado, Paul Nitze — autor também de vários artigos na “*Foreign Affairs*” — delineava a percepção da extensão da ameaça soviética para os EUA e seus interesses vitais junto ao chamado “mundo livre”. “A União Soviética” dizia o documento, “diferentemente de aspirantes prévios à hegemonia, é animada por uma nova fé fanática, antítese à nossa própria, e busca impor sua autoridade absoluta ao resto do mundo”.¹⁶⁹ A partir dessa percepção, o NSC 68 propunha uma política mais agressiva para salvaguardar a posição americana no mundo. Suas conclusões — confirmadas, na visão de Washington, pela eclosão da Guerra da Coreia em junho daquele ano, quando a metade comunista invadiu a metade capitalista da Península Coreana — foram a justificativa para o rearmamento dos EUA no pós-guerra e para uma política de reforço aos aliados dos EUA. “Na ausência de decisão afirmativa de nossa parte, o resto do mundo livre quase certamente vai se tornar desmoralizado. Nossos amigos se tornarão mais do que um peso para nós; eles podem eventualmente se tornar um incremento positivo ao poder soviético”,¹⁷⁰ diz um trecho da NSC 68 ao exortar a assistência às nações amigas.

Mais adiante, já em seu encerramento, o documento continua, ressaltando o perigo real e iminente aos EUA e seu modo de vida — da forma percebida por seus autores — constituído pela URSS em seus “desígnios de dominação mundial”, e indicando que “o reforço das capacidades políticas, econômicas e militares do mundo livre (...) são o único meio fora a guerra que eventualmente pode forçar o Kremlin a abandonar seu presente curso de ação”.¹⁷¹ Estava dado o roteiro inicial que levaria a bandeira americana a tremular sobre mais de 700 bases militares espalhadas planeta afora nas décadas seguintes.

¹⁶⁸ GARDNER, Lloyd C. *Three Kings — the rise of na American Empire in the Middle East after World War Two*. New York: The New Press, 2009, p. 3.

¹⁶⁹ NATIONAL SECURITY COUNCIL. *A Report to the National Security Council NSC- 68*, p. 4. Truman Library. University of Missouri.

¹⁷⁰ *Ibid*, p. 24.

¹⁷¹ *Ibid*, p. 64 e 65.

A Doutrina Truman foi a rubrica essencial sob a qual os Estados Unidos projetaram seu poder globalmente após a Segunda Guerra Mundial — moldando tal ação como uma luta ideológica global e permitindo o tipo de política inquestionável de gastos militares/internacionais maciços que ainda damos como certa no início do século XXI. Foi a fundação ideológica para a ‘Presidência imperial’.¹⁷²

Entre as novas fronteiras a serem defendidas, o Oriente Médio ocupava um lugar de destaque nas avaliações estratégicas de Washington. Ponte entre a Europa e a Ásia, a região era crucial por diversos motivos. Um deles é por ali encontrar-se o Canal de Suez, ligando o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, e encurtando a rota marítima entre o Ocidente e o Oriente em mais de dez mil quilômetros. Segundo avaliações da época, sem o canal, o número de navios necessários para fazer a ligação entre o Atlântico e Índico teria de dobrar.¹⁷³ Além disso, a região era vista como uma importante base para um contra-ataque à União Soviética, uma vez que se encontra em seu flanco sul e porque “a fronteira ao longo da Turquia ao Afeganistão é a única região onde o poder soviético não se expandiu além de suas fronteiras de 1939”.¹⁷⁴ O Oriente Médio seria, assim, “uma cunha entre as posições de força soviética na Europa Oriental e no Leste da Ásia”.¹⁷⁵ Outro aspecto primordial que, nos dias de hoje, está intrinsecamente ligado à ideia de Oriente Médio, é o petróleo. Entre 1938 e 1953, a produção mundial do combustível mais do que dobrou, mas no Oriente Médio ela multiplicou-se sete vezes, aumentando a participação da região de 6% para 20% do total produzido no planeta. E, mais do que isso, dois terços das reservas conhecidas do mundo na época se encontravam no Oriente Médio, que supria 80% da demanda da Europa Ocidental.

Dadas as considerações feitas anteriormente, é possível agora partir para a avaliação do papel estratégico vislumbrado para Israel dentro das páginas da “Foreign Affairs” por articulistas de origens diversas. Dois aspectos se destacam, cada um deles analisado num capítulo próprio: a dimensão política de estabilizador regional dada a Israel, e a dimensão militar de aliado potencial contra a URSS na Guerra Fria. Curiosamente, veremos posições diametralmente antagônicas. Começemos com a primeira dimensão, a política

¹⁷² Ibid, p. 3.

¹⁷³ RUSTOW, D.A. Op. cit.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Ibid.

CAPÍTULO 2 – O ESTABILIZADOR REGIONAL

2.1 Amigo fiel e recurso estratégico dos EUA

Embora sua geração fundadora tivesse imigrado da Europa Central e Oriental para o Oriente Médio a bordo de um sonho socialista — cuja face mais visível eram as propriedades agrícolas coletivas chamadas kibbutzim — Israel teve nos Estados Unidos e na comunidade judaica americana fortes aliados que contribuíram para tornar possível o sonho do Estado independente. Tal apoio encontrou expressão tanto política quanto econômica, fortalecendo-se nas décadas posteriores, embora não estivesse isento de variações de intensidade, hesitações e até mesmo confrontos episódicos ao longo de seu desenvolvimento subsequente — o que ocorre ainda hoje, sem que tal fato ameace a solidez da aliança.

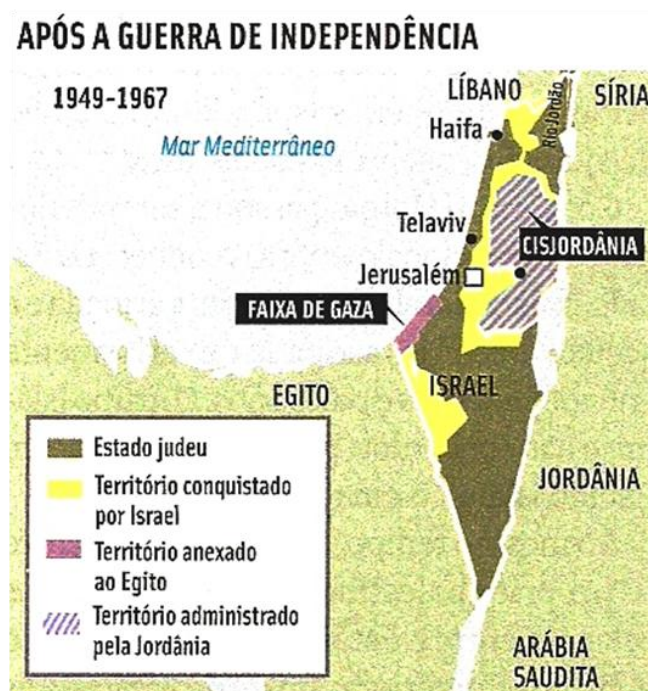


Figura 4 - Israel após a independência

Logo, desde o início da Guerra Fria, o país evitou o leilão internacional e buscou posicionar-se decididamente sob o guarda-chuva de Washington. Tal postura seguia uma estratégia defendida pelo fundador do Estado de Israel, David Ben-Gurion, para se

contrapor à oposição árabe ao movimento sionista. Segundo o historiador israelense Avi Shlaim, tal oposição levou Ben-Gurion a

buscar apoio de um poder externo para compensar a fragilidade do movimento sionista. Sua orientação para uma grande potência era mais prática do que ideológica. Ao longo de sua carreira, ele defendeu uma orientação otomana, uma britânica e uma americana. As mudanças de orientação foram ditadas pela ascensão e queda da influência dessas grandes potências.¹⁷⁶

Na perseguição dessa estratégia, na “Foreign Affairs”, articulistas representativos dos interesses de Israel ou mais alinhados a eles procuraram vender o novo Estado judeu como um recurso estratégico para os Estados Unidos no Oriente Médio, um aliado confiável numa região em que governos de países árabes recém-independentes seriam hostis aos americanos ou, na melhor das hipóteses, vagamente leais.

Já no primeiro artigo sobre Israel na revista, em abril de 1951, o embaixador israelense nos EUA, Abba Eban, em meio a uma série de argumentos de fundo cultural, vai enumerando sutilmente as razões por que seu país seria uma boa aquisição ao rol de aliados americanos na região — que, naquela ocasião, ainda não incluía Israel da forma decisiva como viria a ocorrer em décadas seguintes. Para pôr de lado quaisquer dúvidas sobre aonde as experiências e afinidades socialistas de Israel poderiam levar o país, Eban lembra que “há algo de inusitado no grau com que empresas livres convivem lado a lado com as mais avançadas formas de organização cooperativa e coletiva”.¹⁷⁷ O mais famoso diplomata de Israel deixa claro aqui que o Estado judeu é, antes de mais nada — e a despeito de qualquer experiência econômica heterodoxa — uma sociedade de base capitalista, fundada na livre empresa. Longe, portanto, da fúria estatizante e dos ideais coletivistas que moviam as economias do bloco comunista e que tanto inquietavam os líderes e as elites dominantes das chamadas democracias liberais.

Mais adiante, Eban afirma que mesmo que a paz com os árabes não se realize, Israel “vai se esforçar para manter sua linha vital através do Mediterrâneo e do Atlântico até suas fontes de sustentação e alimentação no Mundo Ocidental”.¹⁷⁸ Uma clara declaração de lealdade aos Estados Unidos e seus principais aliados na Europa, embora ele logo em

¹⁷⁶ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 55.

¹⁷⁷ EBAN, Abba. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

¹⁷⁸ Ibid.

seguida assegure que Israel “não tem compromissos nem alianças exceto sob o abrangente telhado das Nações Unidas”.¹⁷⁹

Uma década e meia mais tarde, Eban — agora vice-premier do governo trabalhista de Levi Eshkol — amplia a argumentação num artigo de julho de 1965, ressaltando o sucesso que Israel vinha tendo em garantir sua própria sobrevivência e os efeitos que, a seu ver, tal fato gerava no sistema internacional.

A manutenção de um equilíbrio local de segurança no Oriente Médio responde a amplos interesses internacionais. As crises de nossos tempos têm sua origem em pequenas nações às quais faltam ou estabilidade interna ou um equilíbrio de forças local. Vietnã, Congo, Chipre, Iêmen e a República Dominicana ilustram essa verdade. Em cada caso, um vácuo ou desequilíbrio de segurança num pequeno país arrasta a comunidade mundial para um envolvimento perigoso. Uma tensão local torna-se um perigo internacional. Esta experiência contribui para explicar por que há um apoio mais aberto e efetivo hoje do que antigamente para a manutenção de um prudente equilíbrio de segurança na área árabe-israelense.¹⁸⁰

Embora Eban não mencionasse diretamente um interesse americano na sobrevivência e na estabilidade de Israel, note-se a menção ao Vietnã, ao Congo e à República Dominicana, três países emblemáticos do envolvimento de Washington na Guerra Fria, alvos de intervenções militares diretas dos Estados Unidos (Vietnã e República Dominicana) ou de maquinações políticas que levaram à derrubada do governo local (Congo). No caso do Vietnã, no momento em que Eban escrevia, começava a configurar-se o aumento exponencial da participação dos EUA no conflito no Sudeste Asiático, que terminaria uma década mais tarde com 51 mil americanos mortos e o maior fracasso internacional de Washington no pós-guerra — uma tragédia com amplas repercussões que rompeu o consenso interno sobre a orientação da política externa do país. Em sua argumentação, então, o vice-premier deixa sutilmente no ar a sugestão de que a estabilidade de Israel — uma pequena nação como as por ele citadas¹⁸¹ — é um

¹⁷⁹ EBAN, Abba. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

¹⁸⁰ EBAN, Abba. Reality and Vision in the Middle East — an Israeli view. *Foreign Affairs*, vol. 43, n. 4, julho de 1965.

¹⁸¹ Eban certamente se referia à importância dessas nações no quadro geopolítico internacional, porque o Congo, com seus 2,345 milhões de quilômetros quadrados de território (o 11º maior país do planeta), dificilmente poderia ser considerado pequeno em termos de tamanho.

garantidor de que o país não será causador de situações que arrisquem mergulhar as grandes potências em conflitos que não são seus.

Os supostos efeitos benéficos que Israel teria sobre a manutenção de um equilíbrio na ordem internacional que fosse do interesse do Ocidente também aparecem num artigo a meio caminho entre os dois de Eban, publicado na edição de abril de 1959. Em “Israel and the Afro-Asian World”, Arnold Rivkin argumenta que a amizade israelense com nações africanas é um contraponto às tentativas de Nasser — já neste momento transformado num bicho-papão nacionalista para o Ocidente — de ganhar proeminência no continente. Segundo o autor, diretor do Projeto de Desenvolvimento Político e Econômico Africano do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o papel que o líder egípcio vislumbra para seu país na África

geralmente tem significado uma barragem de propaganda anti-Ocidente e anti-Israel e uma colmeia de atividade conspiratória contra regimes no poder em Estados africanos independentes assim como em territórios dependentes. Sob essas circunstâncias, para uma nação africana estabelecer relações próximas com Israel é ao mesmo tempo corajoso e útil.¹⁸²

Além disso, num continente em pleno processo de descolonização — no ano seguinte, 17 territórios coloniais vão declarar independência, juntando-se à comunidade internacional e ao jogo da Guerra Fria — Rivkin ressalta que “as vantagens que Israel encontra em suas crescentes relações com os Estados da África e da Ásia são compartilhadas geralmente pelo mundo livre”.¹⁸³ E, não menos importante, ele argumenta que a assistência econômica e técnica de Israel “contribui para a força de uma quantidade de jovens e incertos países na Ásia e na África” e “oferece um modelo econômico como uma alternativa ao oferecido pela União Soviética”.¹⁸⁴ Uma barreira política ao turbulento Nasser e um caminho alternativo ao comunismo — duas condições que dificilmente poderiam ser ignoradas por Washington.

Voltando a Eban, mais à frente no artigo ele outra vez professa a afinidade israelense com os Estados Unidos e seus aliados europeus, ao afirmar, minimizando os efeitos do isolamento do país por seus vizinhos árabes, que “os mercados, amizades, contatos científicos e vocação internacional de Israel podem, se necessário, ser encontrados na

¹⁸² RIVKIN, Arnold. Israel and the Afro-Asian World. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 3, abril de 1959.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

Europa, na comunidade atlântica e entre os Estados em desenvolvimento além da cerca árabe”.¹⁸⁵ Dentro da visão exposta pelo veterano estadista, Israel seria não somente um amigo do Ocidente, mas também um fator de estabilidade regional que poderia ajudar a evitar crises com potencial de se tornarem confrontos mais amplos.

Treze anos mais tarde, as afinidades mútuas dos Estados Unidos com Israel já estavam bem estabelecidas e tinham se tornado “um relacionamento especial”, expressão usada pelo presidente Jimmy Carter, num longo distanciamento da observação feita por Abba Eban em 1951 de que o Estado judeu não tinha “compromissos nem alianças” com qualquer outro país:

Temos um relacionamento especial com Israel. É absolutamente crucial que ninguém em nosso país ou mundo afora jamais duvidem que nosso compromisso número um no Oriente Médio é proteger o direito de Israel de existir, de existir permanentemente, e de existir em paz. É um relacionamento especial.¹⁸⁶

O caráter especial desse relacionamento, entretanto, já é reconhecido nas páginas da “Foreign Affairs” muito antes de Carter expressá-lo de forma tão contundente. Autores de origem árabe ou americana não judaica já o apontavam nos anos 1950. Num artigo em janeiro de 1952, o embaixador do Líbano nos EUA, Charles Malik, dá a dimensão emocional do impacto que a criação de Israel, apenas quatro anos antes, causara ao mundo árabe. Segundo ele, “a existência de Israel apresenta um desafio sério e real à existência árabe” e “o destino do Oriente Médio está agora interligado com o de Israel”.¹⁸⁷ Reconhecendo o feito histórico da fundação do moderno Estado judeu, Malik põe em dúvida sua capacidade de manter-se, nas décadas seguintes, num ambiente totalmente hostil, cercado por nações árabes muçulmanas com as quais o novo país não se encontra em paz — na avaliação de Malik, por sua própria culpa. O diplomata libanês aponta aí o dedo acusador para os que julga responsáveis pela situação que levou o Oriente Médio “a um novo estágio crítico de acontecimentos”.¹⁸⁸

Para ele,

¹⁸⁵ EBAN, Abba. Reality and Vision in the Middle East — an Israeli view. *Foreign Affairs*, vol. 43, n. 4, julho de 1965.

¹⁸⁶ JEWISH VIRTUAL LIBRARY. U.S. Presidents & Israel: Quotes About Jewish Homeland & Israel.

¹⁸⁷ MALIK, Charles. The Near East: The Search for Truth. *Foreign Affairs*, vol. 30, n. 2, janeiro de 1952.

¹⁸⁸ Ibid.

Uma coisa pode ser dita com certeza. Se a presente arrogância, o desafio e a ambição persistirem; e se Israel for a cada vez confirmado em seus sentimentos de que será favorecido — só porque os Estados Unidos, devido à posição dos judeus neste país, a certas peculiaridades bem conhecidas no sistema político e social americano, à disseminada ignorância nos Estados Unidos sobre as reais condições no Oriente Médio, e também a uma certa genuína e bem-intencionada bondade de coração por parte do povo americano, irão no momento crucial decisivamente alinhar-se a Israel contra seu mundo imediato — então, temo, nunca haverá paz no Oriente Médio, e os Estados Unidos não podem ser totalmente inocentes da responsabilidade por esta situação.¹⁸⁹

Em janeiro de 1958, John S. Badeau, americano de cepa arabista, presidente da Near East Foundation e ex-presidente da Universidade Americana no Cairo (1945-53), também define a relação dos Estados Unidos com Israel nos seguintes termos:

Para nós, Israel representa nosso interesse mais antigo na área. Antes mesmo da Doutrina Truman — na verdade, antes da emergência do Estado de Israel — há registro de o Congresso como sendo favoravelmente inclinado em direção ao plano vislumbrado pela Declaração Balfour. E durante o período interveniente de isolamento, nós expressamos da forma que pudemos um interesse e uma preocupação pelo sucesso desse experimento. A continuidade de Israel como um Estado independente certamente representa um compromisso básico de política externa dos Estados Unidos, em parte porque é resultado de ação das Nações Unidas e em parte porque é uma obrigação nacional que nós voluntariamente assumimos.¹⁹⁰

2.2 Uma amizade custosa

Badeau não descuida de um outro aspecto pelo qual “Israel representa uma prioridade”¹⁹¹ para os EUA: a presença, em território americano, de uma considerável comunidade judaica, que constitui uma substancial base de apoio ao novo Estado. O autor, no entanto, sem qualquer compromisso visível na defesa dos interesses de Israel como Eban ou Dayan — por ligações étnico-religiosas ou políticas — faz uma ressalva

¹⁸⁹ MALIK, Charles. Op. cit.

¹⁹⁰ BADEAU, John S. The Middle East: Conflict in Priorities. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 2, janeiro de 1958.

¹⁹¹ Ibid.

importante de caráter estratégico à aliança com o Estado judeu, que, para ele, acaba se tornando mais pesada para os EUA do que deveria ser, prejudicando o próprio interesse nacional americano no Oriente Médio.

Contudo, há um outro ponto de vista do qual Israel *não* [grifo do autor] é uma prioridade. Claramente, o impasse entre Israel e o mundo árabe é uma das maiores barreiras ao nosso exercício exitoso de influência na área. Se qualquer outro pequeno país constituísse uma barreira similar numa área crítica do mundo, nós provavelmente estaríamos preparados para agir com considerável vigor para resolver a situação e ganhar para nós mesmos uma muito necessária boa vontade.¹⁹²

Essa avaliação do interesse nacional dos EUA no Oriente Médio, sem a inclusão obrigatória de Israel no seu núcleo, é compartilhada na mesma época por outra dupla de arabistas americanos num artigo publicado poucos meses após o de Badeau, em julho de 1958. Em “Toward a Policy for the Middle East”, Richard H. Nolte, futuro embaixador no Egito por um breve período de três semanas durante a crise da Guerra dos Seis Dias (1967), e William R. Polk, do Center for Middle Eastern Studies, da Universidade de Harvard (falaremos dele mais detalhadamente adiante), alertam que os EUA não devem temer o nacionalismo árabe nem considerá-lo uma força inimiga, mas sim encontrar uma forma de acomodação com essa potente locomotiva ideológica no Oriente Médio. Para eles, “se os Estados Unidos quiserem perseguir seus objetivos com sucesso no Oriente Médio, devem entender que a força social e política decisiva em operação lá é o nacionalismo árabe, e devem chegar a termos com ele”.¹⁹³ Para tanto, Nolte e Polk advertem os tomadores de decisões em Washington que “um necessário primeiro passo em formular uma política americana para o Oriente Médio é identificar os objetivos básicos americanos lá”.¹⁹⁴

No artigo são apontados diversos aspectos da política externa dos EUA para a região que os dois autores consideram equivocados e que, por isso, abrem espaço para o aumento da influência da União Soviética entre os árabes. Entre eles estão as idas e vindas com Nasser, que terminaram com a retirada da oferta de financiamento americano para a represa de Assuã, vital para o Egito, e a visão estereotipada dos povos

¹⁹² BADEAU, John S. The Middle East: Conflict in Priorities. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 2, janeiro de 1958.

¹⁹³ NOLTE, Richard H.; POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 4, julho de 1958.

¹⁹⁴ Ibid.

árabes como atrasados e subdesenvolvidos, além de uma postura hostil em relação ao nacionalismo árabe. “No longo prazo”, alertam, “a política externa numa dada área não pode ter sucesso a menos que leve em consideração os desejos e medos dominantes dos povos que vivam ali”.¹⁹⁵ Na lista de tais desejos, eles enumeram “uma ânsia por justiça social, desenvolvimento econômico, industrialização e reformas internas”, além de uma “cada vez maior vontade de não somente ser independentes e unidos, mas também de ficar de fora das grandes esferas de conflito de poder”.¹⁹⁶ Donde os dois especialistas concluem que “o nacionalismo no Oriente Médio é então, basicamente, uma força construtiva”.¹⁹⁷

Ao pregarem uma abordagem menos hostil e mais compreensiva dos objetivos das forças nacionalistas árabes em ação naquele momento da História, Nolte e Polk — sempre tendo em vista o interesse nacional dos EUA, foco do artigo, contra o pano de fundo da Guerra Fria — ponderam que Washington deve ser mais equilibrada em seu tratamento de Israel para não suscitar percepções indevidas de favorecimento americano ao Estado judeu.

Desde essa ação americana [o apoio à criação de Israel em 1948], meio bilhão de dólares de ajuda dos Estados Unidos foram dados a Israel, equivalendo a duas ou três vezes as somas destinadas a todos os Estados árabes juntos, e mesmo a doações privadas americanas foi dada uma natureza quase oficial ao receberem isenções fiscais. Nestas e em outras formas os árabes encontraram evidências espicaçantes de sua própria inadequação, falta de prestígio a nossos olhos, e inferioridade. O resultado, apesar dos muitos milhões de dólares em várias formas de ajuda que foram dados aos árabes, tem sido emprestar grande ímpeto às características negativas do nacionalismo árabe e torná-lo hostil aos Estados Unidos.¹⁹⁸

Ao defenderem a acomodação com o nacionalismo árabe em nome dos interesses maiores dos Estados Unidos, Nolte e Polk de maneira alguma pregam que Israel seja deixado de lado. Muito pelo contrário, em sua argumentação, eles alegam que se tornarem clara a intenção de se engajarem militarmente na defesa da paz no Oriente

¹⁹⁵ NOLTE, Richard H.; POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 4, julho de 1958.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Ibid.

Médio contra agressão externa, os Estados Unidos assegurariam não somente sua posição como baluartes da defesa de Israel, como de qualquer outro Estado pacífico no Oriente Médio. Na opinião dos dois, tal postura seria aceitável para os nacionalistas árabes. “A chave é o tratamento igual, justiça, uma lei. Os árabes não aceitarão menos que isso”.¹⁹⁹ Ou seja, nada de tratamento diferenciado para Israel se os Estados Unidos querem atingir seus objetivos estratégicos no Oriente Médio.

No contexto dos anos 1950, então, é de se depreender que Israel não só — ao menos na visão dos autores sem ligação alguma com o país — não constituísse um ativo estratégico para os Estados Unidos no Oriente Médio, mas justamente o contrário. Lembremos que a década foi marcada, na região mas também fora dela, pela tentativa de montar alianças militares ao estilo da Otan, que servissem como barreiras a um possível avanço soviético no caso da eclosão da tão esperada Terceira Guerra Mundial. À Aliança Atlântica, em 1949, seguiram-se a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Seato, na sigla em inglês), em 1954; o Pacto de Bagdá, em 1955, juntando Reino Unido, Irã, Iraque, Turquia e Paquistão (os EUA ficaram formalmente de fora, mas foram patrocinadores); uma fracassada tentativa de colocar de pé a Organização de Defesa do Oriente Médio (Medo), torpedeada pela oposição do Egito. A acordos bilaterais de defesa, preferiam-se os esquemas multinacionais, que aumentassem o poder de fogo dos países envolvidos.

2.3 Republicanos, democratas e outros em concordância

Com os republicanos na Casa Branca sob a batuta de Eisenhower entre 1953 e 1961, e John Foster Dulles no comando do Departamento de Estado, Israel certamente não desfrutou do tratamento privilegiado que teria em tempos futuros, a despeito de toda a afinidade repetidamente professada pelos dirigentes americanos. No episódio de Suez, em 1956, Eisenhower chegou mesmo a ameaçar não somente Israel, mas o Reino Unido e a França, em nome dos interesses estratégicos mais amplos dos Estados Unidos de contenção da União Soviética. Para Dulles, era preciso rever o que considerava serem os erros do governo Truman no Oriente Médio, que fizeram com que a “política

¹⁹⁹ NOLTE, Richard H.; POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 4, julho de 1958.

americana lá tivesse sido menos que equilibrada”.²⁰⁰ O novo secretário de Estado linha-dura considerava que “o desafio era desviar a atenção do Oriente Médio do conflito árabe-israelense e canalizar as emoções para uma cruzada anticomunista mundial”.²⁰¹ Sempre o cão de guarda contra a expansão do comunismo — para ele “uma ameaça maior ao desenvolvimento pacífico e ordeiro do tipo de comunidade internacional que o povo americano deseja” e um “credo repugnante àqueles que acreditam na supremacia do espírito”²⁰² — Dulles alerta, num artigo em outubro de 1957, para a penetração soviética no Oriente Médio.

Recentes políticas soviéticas no Oriente Médio são indesculpavelmente enganosas. Aquela área, rica em tradição cultural e religiosa, embora atingida por dissensão histórica e trágica pobreza, foi escolhida em 1955 para ser o cenário de uma nova caçada comunista pelo poder. A propaganda comunista habilmente buscou inflamar as animosidades. O governo soviético, valendo-se de equipamento de guerra semiobsoleto, estimulou uma corrida armamentista. Como resultado direto ou indireto, violência e amargura aumentaram e a pobreza abjeta foi mais firmemente consolidada na medida em que alguns governos hipotecaram a futura produtividade econômica de seus povos a fim de comprar armas soviéticas. Tem sido realmente uma performance cínica por aqueles que professam amar a paz e o desejo de melhorar a condição das massas.²⁰³

Mesmo entre críticos da política americana para o Oriente Médio não alinhados diretamente a Israel, mas simpáticos ao país, não se enxergam nas páginas da “*Foreign Affairs*”, neste momento, argumentos que favoreçam especificamente uma aliança com o Estado judeu. Num artigo de outubro de 1957, o jovem senador democrata por Massachusetts e futuro presidente, John F. Kennedy, desanca a política externa do partido rival no poder, encabeçada justamente pelo republicano Dulles, seu colega articulista na mesma edição. Em “*A Democrat Looks at Foreign Policy*”, Kennedy diz que “eventos internacionais nos meses recentes aceleraram em passo e têm acontecido num fluxo ainda não compreendido pela liderança de nosso país”.²⁰⁴ Kennedy referia-se à Crise de Suez, aos protestos na Polônia e à invasão da Hungria por forças soviéticas,

²⁰⁰ GARDNER, L.C. Op. cit., p. 145.

²⁰¹ Ibid. Loc. cit.

²⁰² DULLES, John Foster. Challenge and Response in United States Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ KENNEDY, John F. A Democrat Looks at Foreign Policy. *Foreign Policy*, vol. 36, n. 1, outubro de 1957.

fatos ocorridos em 1956. Apontando o dedo acusador ao governo republicano, que ele próprio substituirá ao vencer as eleições presidenciais de 1960, o senador lista o que enxerga como as mazelas e os descaminhos da política externa do país sob Eisenhower, entre eles o fato de que, “no Oriente Médio, desde a guerra, não há qualquer conceito claro geral de política americana”.²⁰⁵ Kennedy chega a dizer que “estávamos certos ao apoiarmos o estabelecimento do Estado de Israel, cujos vigor democrático e eficácia militar suportaram os duros testes do desafio e da agressão externos”.²⁰⁶ Apesar do comentário, no entanto, o senador não vai além desse elogio retórico, deixando de propor qualquer tratamento diferenciado para Israel. Muito pelo contrário: o que sua visão engloba é uma abordagem abrangente que contemple um número maior de atores regionais.

No fim, foi preciso a invasão franco-britânica de Suez para empurrar os Estados Unidos ao reconhecimento da necessidade de uma política mais ampla e de maior sustentabilidade. Não há falta de indicadores do que essa política poderia incluir — um fundo multilateral de desenvolvimento regional, o esquema do Rio Jordão, um pool de alimentos fazendo uso imaginativo de nossos excedentes agrícolas, um programa para refugiados árabes. O que faltava era uma liderança política ativa para romper a paralisia de objetivos.²⁰⁷

Observe-se que Kennedy não somente deixou de citar Israel nominalmente, como indicou especificamente a questão dos refugiados árabes — problema causado justamente pela criação do Estado judeu — como uma das possíveis e desejáveis áreas de ação americana na região. Dessa forma, por enquanto, nem republicanos nem democratas veem as necessidades de Israel como prioridades absolutas em suas avaliações estratégicas sobre a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A preocupação de Kennedy com os refugiados já havia sido antecédida nas páginas da “Foreign Affairs” alguns anos antes. De retorno de uma estada de um ano e meio para pesquisas no Oriente Médio, o ex-correspondente Don Peretz apontou em “The Arab Refugee Dilemma”, em outubro de 1954, que “o impacto psicológico e emocional desta situação há muito tempo existente [a questão dos refugiados] grandemente põe em

²⁰⁵ KENNEDY, J.F. Op. cit.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Ibid.

perigo a estabilidade do Oriente Médio e contribui para os riscos de guerra naquela área”.²⁰⁸ Segundo ele, “o fracasso em resolver o problema ainda é um dos principais obstáculos à paz entre judeus e árabes. Está bloqueando assistência técnica e econômica americana assim como planos de defesa aliados na área”.²⁰⁹ Peretz coloca a questão como central à estabilidade da região, um interesse maior dos Estados Unidos, e, ao criticar ambos os lados na disputa pelo que aponta como obstáculos à paz, ele não favorece Israel em sua avaliação, embora tampouco ponha os árabes sob uma luz mais benevolente.

Ainda em 1957, um pouco antes de Dulles escrever, o economista e consultor de petróleo Walter Levy, com passagem pelo Departamento de Estado entre 1942 e 1949, já se enquadrava no conselho dado pelo secretário de Estado para desviar a atenção do Oriente Médio do conflito árabe-israelense. Num artigo que versa sobre a importância do petróleo da região para o Ocidente no pós-guerra, Levy, um judeu alemão radicado nos Estados Unidos, argumenta que o “sucesso na proteção de nossos [dos EUA] interesses essenciais e os de nossos aliados no Oriente Médio”²¹⁰ depende da atuação simultânea em três linhas. A primeira delas é “ênfatar a comunidade de interesses entre os Estados do Oriente Médio e o Ocidente, e minimizar por meio disso as oportunidades para a intriga soviética”.²¹¹ Para atingir esse objetivo, Levy indica a necessidade de estabelecer com a maior quantidade possível dos principais países produtores e de trânsito de petróleo “uma relação continuada que os ataria mais firme e seguramente ao lado ocidental de modo a serem imunes à interferência e às tentações soviéticas que provavelmente persistirão enquanto a luta Leste-Oeste perdurar”.²¹²

Como de hábito, a Guerra Fria é o fator preponderante nas avaliações estratégicas — sejam elas de cunho militar, político ou econômico — feitas pelos articulistas. Dentro dessa perspectiva, Levy alerta para o fato de que a União Soviética “pode fazer capital político em cima da explosiva situação israelense”.²¹³ Para que o Ocidente atinja seus objetivos, argumenta, será necessário “um esforço para acomodar pelo menos os principais objetivos políticos e econômicos dos países árabes”.²¹⁴ Ao delimitar os

²⁰⁸ PERETZ, Don. The Arab Refugee Dilemma. *Foreign Affairs*, vol. 33, n. 1, outubro de 1954.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ LEVY, Walter J. Issues in International Oil Policy. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 2, abril de 1957.

²¹¹ Ibid.

²¹² Ibid.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Ibid.

limites desse esforço, fica claro o papel irrelevante vislumbrado para Israel dentro de sua visão estratégica sobre o Oriente Médio, a partir do que ele define como os princípios, as políticas e os interesses econômicos vitais dos Estados Unidos e do Ocidente. Levy lista como pontos inegociáveis a proteção dos países aliados do Pacto de Bagdá, dos interesses regionais do Reino Unido e da França, e dos direitos e interesses essenciais das corporações de petróleo americanas e de outras nações ocidentais. “Nossa política para o Oriente Médio deve assim ser baseada em amizade apoiada em força”,²¹⁵ ensina. Note-se que, entre as políticas vitais dos Estados Unidos, Levy não incluiu a defesa dos interesses de Israel.

2.4 O conservadorismo árabe na contramão do interesse americano

Na década seguinte, com a Guerra do Vietnã tornando-se a preocupação central dos Estados Unidos na área de política externa — levando em seu auge ao envolvimento de 500 mil militares no Sudeste Asiático — e em breve com suas imensas implicações internas, articulistas simpáticos a Israel continuaram a bater na tecla das vantagens advindas de uma composição americana com o país. Já foi citado anteriormente um artigo de Abba Eban de 1965 em que ele incensa uma suposta estabilidade regional assegurada pelo Estado judeu — uma espécie de seguro contra conflitos que pudessem arrastar para seu bojo as grandes potências. Nunca defendendo abertamente uma aliança ampla e incondicional dos Estados Unidos com Israel, Eban segue uma linha de argumentações sutis que também será trilhada menos de três anos depois por Bernard Lewis, um acadêmico judeu britânico-americano reconhecidamente favorável às causas israelenses, do qual falaremos mais adiante.

Por outro lado, articulistas sem vínculos claros com Israel continuam sem demonstrar uma inclinação por relações estratégicas preferenciais com o país. É o caso do já citado William K. Polk, que no artigo “The Nature of Modernization”, de outubro de 1965, esmiúça como a rápida modernização dos países do Oriente Médio está mudando a região internamente e a maneira como tal processo afeta suas relações com os Estados Unidos e o interesse americano. Polk é um desses intelectuais americanos que fazem uso da porta giratória entre governo e academia. Natural do Texas, é parente

²¹⁵ LEVY, W.J. Op. cit.

distante do presidente James K. Polk, que governou os EUA entre 1845 e 1849, e foi professor em várias universidades americanas, além de ter servido no governo federal entre 1961 e 1965, nomeado pelo presidente Kennedy, no Conselho de Planejamento Econômico do Departamento de Estado, focado no Oriente Médio e no Norte da África. Em 1967, na época da Guerra dos Seis Dias, serviu de conselheiro a McGeorge Bundy, representante do presidente Lyndon Johnson na crise.

Com tais credenciais, Polk adverte que na década seguinte, o Oriente Médio e o Norte da África “permanecerão inquestionavelmente cenário de turbulência, com marés montantes e vazantes de crises e com relações tensionadas com o mundo exterior”.²¹⁶ Ele, no entanto, toma o cuidado de acrescentar um outro e importante alerta de que “ocasionalmente, os forasteiros se esquecem” que as revoluções, a violência e as reviravoltas políticas na área “não são somente ligadas à intrusão soviética, mas têm suas raízes no século XIX, no grande trauma associado ao ‘impacto do Ocidente’”.²¹⁷ Tal avaliação torna-se um contrapeso à percepção de muitos analistas de relações internacionais e tomadores de decisões de que a subversão fomentada pela União Soviética é a causa principal das ameaças enfrentadas pelos interesses americanos no Oriente Médio. Pelo contrário, afirma Polk, “domesticamente, a revolução é fomentada, na verdade mais eficientemente fomentada, por regimes que são politicamente conservadores do que por aqueles que se consideram socialistas ou revolucionários”.²¹⁸ Dentro desse raciocínio — e ainda operando numa visão de mundo em que o principal componente é a Guerra Fria — Polk alega que “a melhor tática para os russos pode ser permanecer firmes em seu lugar enquanto as mecânicas da modernização social e da repressão política trabalham para criar a atmosfera apropriada para futura ação soviética”.²¹⁹

Alguns fatores devem ser avaliados no contexto em que Polk escreveu seu artigo em 1965. Ao longo da primeira metade dos anos 1960, os EUA foram confrontados com um Nasser cada vez mais assertivo e hostil na sua tentativa de tornar-se o líder incontestado do Mundo Árabe — entre outras ações, o presidente egípcio mergulhou seu país na guerra civil no Iêmen, entre 1963 e 1969, apoiando o lado socialista que também contava com apoio de Moscou. A instalação de um Estado socialista no flanco sul da

²¹⁶ POLK, William R. *The Nature of Modernization*. *Foreign Affairs*, vol. 44, n. 1, outubro de 1965.

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ *Ibid.*

²¹⁹ *Ibid.*

Arábia Saudita, um dos maiores e mais cruciais aliados americanos na região, não era certamente uma mudança geopolítica bem-vinda em Washington. Com isso, “a intervenção do Egito na situação no Iêmen confirmou aos olhos de formadores de políticas dos EUA que o papel de Nasser nunca seria construtivo”, deixando-o “além da redenção”,²²⁰ e “suas ambições no Oriente Médio ficaram no caminho de melhores relações com os Estados Unidos”.²²¹

Voltando ao artigo de Polk, após alertar que os regimes pós-revolucionários do Oriente Médio “veem o Ocidente como uma barreira às suas ambições originais” e por isso “frequentemente apoiam as políticas externas soviéticas” — o que é “particularmente o caso quando uma corrida de armas como a entre Israel e a R.A.U. [República Árabe Unida, como o Egito se denominava na época], ou Marrocos e Argélia, aumenta o valor da amizade soviética”²²² — ele próprio faz uma importante ressalva à capacidade de cooptação de Moscou na região.

A determinação de povos recentemente independentes em controlar seus próprios afazeres, a atitude cultural de seus povos, as energias liberadas por suas próprias revoluções e o equilíbrio de poder da Guerra Fria provavelmente lhes deu relativa imunidade à subversão soviética pela década vindoura.²²³

Ainda assim, Polk adverte que os Estados Unidos devem ser resilientes em suas relações internacionais e, “como a própria área, os interesses americanos no Oriente Médio são dinâmicos e devem ser sujeitos a revisões constantes”, sempre tendo em vista que “nosso interesse em impedir a intrusão soviética permanece”.²²⁴

2.5 A Guerra dos Seis Dias: de amigo distante a aliado *de facto*

Um outro artigo que vale citar nesses anos é o do historiador pró-Israel Bernard Lewis, mencionado — mas não dissecado — anteriormente. Em sua avaliação da Guerra dos Seis Dias, na edição da “Foreign Affairs” de janeiro de 1968, poucos meses

²²⁰ GARDNER, L.C. Op. cit., p. 206.

²²¹ DRUKS, Herbert. *The Uncertain Alliance – The U.S and Israel from Kennedy to the Peace Process*. Westport: Greenwood Press, 2001, p. 8.

²²² POLK, William R. Op. cit.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid.

após o conflito, Lewis faz um amplo arrazoado das causas do fracasso árabe e de suas implicações no confronto maior da Guerra Fria, sem, no entanto, nunca lançar-se numa defesa direta dos interesses ou da posição de Israel — mas deixando claro qual lado tinha, em sua visão, mais a oferecer em termos estratégicos.



Figura 5 - Expansão de Israel na Guerra dos Seis Dias

Antes de prosseguir, é preciso lembrar que a Guerra dos Seis Dias, travada entre 5 e 10 de junho de 1967, foi vencida por Israel contra uma coalizão envolvendo Egito, Síria e Jordânia. Em ataques-relâmpago aos adversários, Israel aniquilou o poderio aéreo dos três países árabes, deixando suas forças de terra à mercê da aviação e do bem treinado e bem equipado Exército israelense, que liquidou a fatura em poucos dias de combate. Como resultado, Israel tomou ao Egito a Península do Sinai e a Faixa de Gaza; conquistou as Colinas de Golã, pertencentes à Síria; e ocupou a Cidade Velha de Jerusalém e a Cisjordânia, até aquele momento sob controle da Jordânia. Ao fim do conflito, Israel quase quadruplicara de tamanho. “A Guerra dos Seis Dias foi a vitória militar mais espetacular da História de Israel”,²²⁵ definiu Avi Shlaim. Mas, lembra ele, o

²²⁵ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 298.

país “sofreu uma grande perda na frente diplomática: a ruptura das relações com a União Soviética”,²²⁶ aliada dos regimes egípcio e sírio. Segundo Shlaim, o afastamento entre os dois países “também estimulou Moscou a intensificar seu apoio diplomático e militar aos inimigos de Israel depois da guerra”.²²⁷

A vitória israelense e a ruptura das relações com a União Soviética abrem caminho para uma maior aproximação com os Estados Unidos, transformando as relações do pequenino Estado judeu às margens do Mediterrâneo com a superpotência anglo-saxã do outro lado do Atlântico. Segundo o historiador americano-israelense Michael B. Oren,

A guerra também foi crucial para as relações dos Estados Unidos com a região. Para os milhões de evangélicos americanos que sempre tinham valorizado Israel como o cumprimento das profecias bíblicas, a Guerra dos Seis Dias foi um ato de intervenção divina com o objetivo de apressar a chegada da era messiânica. Mas a vitória também persuadiu formadores de políticas americanos, muitos dos quais tinham anteriormente aconselhado contra a manutenção de relações próximas com o Estado judeu, a ver Israel como o pequeno mas musculoso par dos Estados Unidos na Guerra Fria.²²⁸

No artigo de Bernard Lewis, publicado apenas sete meses após a avassaladora vitória de Israel, já é possível depreender essa “transformação de Israel aos olhos americanos de amigo distante em aliado de facto”.²²⁹ Lewis lista alguns dos motivos para esta mudança no contexto do confronto Leste-Oeste. Segundo a argumentação de Lewis, que argutamente defende sua visão de mundo quando parece estar apenas explicando a situação no Oriente Médio, Israel livrou os Estados Unidos do perigo de um confronto direto com a União Soviética. “Foi este perigo”, avalia ele, “que tinha induzido o governo soviético, no auge da crise, a recuar de intervenção armada para salvar os árabes”.²³⁰ Se, para Lewis, um “erro de cálculo” levou Moscou ao risco de envolvimento num conflito de terceiros que poderia degenerar num confronto direto entre as superpotências, também “aos Estados Unidos, uma escolha bem mais terrível

²²⁶ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 298.

²²⁷ Ibid, p. 308.

²²⁸ OREN, M.B. Op. cit., p. 527.

²²⁹ Ibid, p. 527.

²³⁰ LEWIS, Bernard. *The Arab-Israeli War. Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

estava sendo preparada — abandonar Israel à destruição ou envolver-se numa guerra em terra no Sudoeste assim como no Sudeste da Ásia”.²³¹

Essa perspectiva é a mesma já apontada por Abba Eban três anos antes, quando reiterara o risco para as grandes potências dos conflitos em pequenos países desprovidos de estabilidade — grupo do qual ele exclui Israel. Lewis conclui que

felizmente para os Estados Unidos, tal escolha não foi necessária. Por meio de nenhum mérito próprio ou sabedoria em particular, as potências ocidentais emergiram de uma situação perigosa com o que se revelaram ser apenas feridas superficiais. (...) Elas tiveram sorte de que o Estado que era geralmente visto como seu protegido não precisou ser resgatado.²³²

Tal autossuficiência em termos de segurança, eximindo as grandes potências aliadas (leia-se, os Estados Unidos) da necessidade de uma intervenção direta com suas próprias tropas para salvar o país do que se apresentava, na percepção de muitos, como a possibilidade de destruição completa, não era um argumento de pouco valor naquele momento da Guerra Fria. No mesmo mês em que Lewis publicou seu artigo, os norte-vietnamitas, junto com a guerrilha comunista vietcong, lançaram a Ofensiva do Tet contra as forças americanas e suas aliadas locais no Vietnã do Sul. Num ataque coordenado iniciado na manhã de 31 de janeiro de 1968, mais de cem cidades sul-vietnamitas foram golpeadas simultaneamente. Embora ao final a ofensiva fosse repelida, teve efeitos que foram além do campo de batalha. “As cenas de combates nas ruas de Saigon, Hué, Quang Tri, Da Nang e outros 32 centros provinciais, transmitidas para os Estados Unidos, destroçaram a propaganda da Casa Branca. A guerra não estava sendo ganha — essa era a mensagem do Tet”.²³³

Mensagem esta que, de acordo com Laurence Shoup e William Minter, estava sendo assimilada nos círculos de comando nos Estados Unidos. Segundo eles, o consenso da linha-dura sobre a política a ser seguida no Vietnã fora mantido no período 1965-1967, que marcou o maior engajamento americano no Sudeste Asiático. Contudo, ressaltam, a Ofensiva do Tet “pôs em marcha uma série de eventos que levou a uma das mais

²³¹ LEWIS, Bernard. *The Arab-Israeli War*. *Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

²³² *Ibid.*

²³³ MAGNOLI, Demetrio. *Guerras da Indochina*. In: MAGNOLI, Demetrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 410.

notáveis reviravoltas na história da política externa americana”.²³⁴ Convocado pelo presidente Lyndon B. Johnson, o Senior Advisory Group on Vietnam — um grupo de estadistas e homens públicos mais experientes com o qual o chefe da Casa Branca se aconselhava sobre a guerra ao menos uma vez por ano — manifestou-se em peso contra a continuidade do conflito, que naquele ano atingiu o auge da concentração de tropas americanas no Sudeste Asiático, com o deslocamento de mais de 530 mil militares.

Em primeiro lugar, eles perceberam que a política anterior estava fracassando devido à resistência dos vietnamitas. Uma solução militar envolvendo a escalada [de tropas] não era mais obviamente possível. Em segundo lugar, o descontentamento doméstico e a insatisfação dentro dos Estados Unidos ameaçavam o controle de longo prazo da classe dominante sobre a nação. Em terceiro, as implicações econômicas — domésticas e internacionais — da escalada contínua eram sérias. Finalmente, as relações americanas com outros países estavam sendo afetadas adversamente pela guerra.²³⁵

Com um quadro desses, ganha peso o argumento de Lewis de que o Oriente Médio está sendo sombreado “pelos urgentes problemas no Leste da Ásia”, que “devem, cada vez mais, dominar o pensamento político e estratégico em Washington e Moscou”.²³⁶ Uma rápida olhada nas quatro edições da “Foreign Affairs” de 1968 corrobora essa avaliação, ao menos do lado americano. Dos 55 artigos publicados nesse ano, 11 tratam diretamente da Guerra do Vietnã, e outros 11 das relações Leste-Oeste — 40%, portanto, do espaço editorial da revista foram dedicados exclusivamente aos dois temas considerados mais prementes nas relações externas dos Estados Unidos, a partir da visão da revista.

Assim, Lewis acena com a possibilidade, “por mais remota que seja”, como ele próprio reconhece, de as potências se desengajarem “das areias movediças do Oriente Médio”.²³⁷ Tal oferta — altamente tentadora para um país já atolado até o pescoço num conflito externo das proporções da Guerra do Vietnã, e mergulhado numa situação de conflagração interna dela resultante — é tornada ainda mais sedutora por Lewis ao

²³⁴ SHOUP, L.; MINTER, W. Op. cit., p. 241.

²³⁵ Ibid, p. 243.

²³⁶ LEWIS, Bernard. The Arab-Israeli War. *Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

²³⁷ Ibid.

afirmar que, dadas as devidas garantias, os israelenses “sentem-se confiantes de que conseguem lidar com seus vizinhos árabes”.²³⁸ E ele finaliza: “O que Israel aprendeu é o que os vitoriosos sempre aprendem — que eles estavam certos desde o início”.²³⁹

2.6 O Oriente Médio e a segurança das superpotências

Uma abordagem diferente da de Lewis é vista, no entanto, na análise da guerra feita na mesma edição de janeiro de 1968, no artigo “The Arab-Israeli War” de Charles W. Yost, um veterano diplomata dos EUA que já fora embaixador na Síria e no Marrocos e dentro de um ano ocuparia a representação de Washington na ONU. Yost não poupa condenações a nenhum dos dois lados do conflito, e de passagem critica também as grandes potências. Na linguagem diplomática em que é treinado, abstém-se de classificar de “terroristas” os ataques de combatentes palestinos a Israel, um dos elementos que causaram o aumento da tensão entre árabes e israelenses no período que levou à guerra: para ele são “incursões” ou “incidentes”. O uso da nomenclatura contrasta com o do correspondente do “New York Times” em Israel, James Feron, que — numa reportagem de 12 de maio de 1967 citada pelo próprio Yost em seu artigo — diz que “alguns líderes israelenses decidiram que o uso da força contra a Síria pode ser o único meio de reduzir o crescente terrorismo”.²⁴⁰

Yost não se furta em acusar Israel de “retaliação desproporcional e fora de lugar” ao realizar ataques na “moderada Jordânia”, embora o foco principal das incursões em seu território fosse a “extremista Síria”, apontando “consequências consideráveis” para essas iniciativas militares.²⁴¹ Além disso, ele culpa os choques na fronteira sírio-israelense aos dois lados, e a retórica inflamada israelense pelo que classificou como a reação precipitada causada em Damasco, Cairo e Moscou nas semanas anteriores à guerra, aumentando a percepção nessas três capitais de que um ataque de Israel à Síria estava em vias de acontecer, com vistas a uma mudança de regime em Damasco. “As declarações públicas israelenses de 11 e 13 de maio, por isso, a despeito de qual tivesse

²³⁸ LEWIS, Bernard. *The Arab-Israeli War. Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ FERON, James, apud YOST, Charles W. *The Arab-Israeli War. Foreign Affairs*, vol. 46, n. 2, janeiro de 1968.

²⁴¹ YOST, C.W. *Op. Cit.*

sido sua intenção, podem bem ter sido a fagulha que acendeu a pólvora longamente acumulada”.²⁴² Yost também acusa o Egito e a ONU de agirem precipitadamente, e a retórica incendiária nas capitais árabes de terem introduzido um elemento a mais de exaltação “que não podia ter ficado sem seus efeitos em Israel”.²⁴³

O diplomata menciona que uma proposta do presidente Lyndon Johnson de organizar uma força-tarefa marítima internacional encabeçada pelos EUA para liberar a navegação no Estreito de Tiran — bloqueada por Nasser, e um dos motivos da guerra — não empolgou os congressistas americanos consultados sobre a proposta, sem “qualquer entusiasmo para arriscar um outro conflito em acréscimo ao Vietnã”.²⁴⁴ Tal postura é indicativa de que, apesar do amplo apoio de que desfrutava no Congresso americano, ainda havia restrições importantes ao envolvimento dos EUA nas causas do país. Ao fim, Yost faz seu diagnóstico sobre o conflito árabe-israelense.

Não haverá paz lá, nem segurança para seus habitantes ou para as grandes potências envolvidas, até que os árabes reconheçam que Israel, por mais injusta que sua criação lhes pareça, é um fato da vida, que tem tanto direito a existir quanto eles, que ameaçá-lo e persegui-lo, alimentar entre seus povos a falsa esperança sobre sua dissolução, é na verdade tanto uma ameaça à segurança árabe quanto à israelense, que os dois têm igualmente mais a ganhar do que a perder pela coexistência pacífica. Por outro lado, não haverá paz no Oriente Médio até que os israelenses reconheçam que a condição para sua sobrevivência a longo prazo como nação é a reconciliação com seus muito mais numerosos vizinhos árabes, que a sobrevivência não pode ser preservada indefinidamente por força militar ou expansão territorial, que exibições de inflexibilidade e arrogância não são modos eficazes de intercurso internacional, e que em particular não haverá segurança para Israel até que, qualquer que seja o custo político e financeiro, os milhões ou mais de refugiados palestinos tenha sido compensados, reassentados e tenham sua dignidade restaurada.²⁴⁵

Duro com os árabes, Yost não usa de palavras menos severas e contundentes nas acusações que faz aos israelenses por causa do fracasso do processo de paz no Oriente

²⁴² YOST, Charles W. Op. Cit.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid.

²⁴⁵ Ibid.

Médio. O país da relação especial é tachado de “inflexível e arrogante” e responsável pela perda da dignidade de milhões de refugiados palestinos arrancados das raízes de sua vida tradicional. Seu artigo contradiz, então, as argumentações de Eban de três anos antes sobre a utilidade que a estabilidade política de Israel teria para os Estados Unidos ao minimizar para os americanos o risco de envolvimento em conflitos alheios. Yost é claro ao afirmar que não haverá paz nem segurança para as potências envolvidas no Oriente Médio tanto devido ao comportamento árabe como ao israelense. Nessa visão, a relação especial não traz os benefícios propalados por seus defensores.

A questão da segurança para as grandes potências vinculada ao conflito na região volta à tona no artigo “Slogans and Realities”, publicado na edição de julho de 1969, de autoria de George W. Ball, subsecretário de Estado entre 1961 e 1966, nos governos Kennedy e Lyndon Johnson, e brevemente embaixador americano na ONU em 1968. Contrário à ideia de que a Guerra do Vietnã — da qual ele foi forte crítico, em relação à escalada do envolvimento dos EUA — tenha solapado o poder americano e a capacidade do país de se engajar na solução de problemas mundiais, Ball prega uma ação em conjunto com a União Soviética. “Todos exceto os desvairadamente românticos”, diz ele, “concordam que nunca atingiremos um sistema universal operacional até que as duas potências globais estejam preparadas para seguir linhas de ação paralelas, se não comuns, sobre um espectro de políticas razoavelmente amplo”.²⁴⁶

Tal ação conjunta, argumenta ele, não deve ser levada a cabo no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, devido ao que aponta como a impraticabilidade de entendimento num órgão que depende do consenso também de outras potências, o que praticamente paralisa sua capacidade de atuar efetivamente. E Ball deixa claros os motivos pelos quais considera necessário o entendimento entre Washington e Moscou para se engajarem na empreitada.

Hoje, a obtenção de estabilidade no Oriente Médio aparece alto no ranking de prioridades. Para os Estados Unidos, assim como para a União Soviética, o significado estratégico daquela área excede o da península do Sudeste Asiático por um fator de quatro ou cinco. É geograficamente muito mais perto do coração do poder (o que corresponde quase axiomáticamente ao coração do perigo). Ela contém vastos recursos de petróleo, que são não

²⁴⁶ BALL, George W. Slogans and Realities. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 4, julho de 1969.

somente um importante investimento dos Estados Unidos mas a principal fonte de energia para a Europa Ocidental. Incluindo o litoral Sul e Leste do Mediterrâneo, ela tem sido por séculos uma fonte de atração para governos russos. Inclui o Canal de Suez, que, embora não seja mais comercialmente importante para os Estados Unidos e, na melhor das hipóteses, um patrimônio cujo valor se perde com o tempo para o Egito, é de maior interesse estratégico para a União Soviética. Finalmente, é uma área fendida por paixão, na qual os Estados Unidos podem beneficiar-se de relações amistosas com ambos os lados mas têm compromissos emocionais e históricos com o Estado de Israel.²⁴⁷

É importante destacar que, em sua argumentação, Ball reconhece a relação especial entre seu país e Israel, mas ela assume caráter “emocional e histórico”, não estratégico. Dos dois recursos estratégicos citados ao enfatizar a importância do Oriente Médio, Israel é um produtor insignificante do primeiro (o petróleo) e inutilizou o segundo (o Canal de Suez), fechado com a guerra. Ball também ressalta que os Estados Unidos podem beneficiar-se da amizade com os dois lados na disputa árabe-israelense. O ex-subsecretário de Estado — que, nessa posição, por cinco anos esteve no núcleo da formulação da política externa dos EUA — reconhece as enormes dificuldades internas existentes em cada país envolvido no conflito para os dois lados se entenderem por conta própria, por falta de coesão ou consenso interno que permita ação rumo a uma paz definitiva. Mas, ainda assim, julga ser necessário tentar.

Em face dessas realidades, não temos opção razoável a não ser nos afastarmos da política passiva. A melhor — e talvez a única — esperança para a paz é que, por meio de negociação firme e paciente com a União Soviética, podemos ser capazes de acertar entre nós os termos concretos de um acordo que salvaguardaria os interesses tanto de Israel como de seus vizinhos árabes.²⁴⁸

Ball não tem melindres em propor uma atuação mais intrusiva para resolver problemas na área de interesse dos EUA. Para ele, a falta de um entendimento final de paz entre árabes e israelenses — e a nenhuma perspectiva de que isso venha a ocorrer por iniciativa própria dos envolvidos — é suficiente para levar à ação. “Do ponto de

²⁴⁷ BALL, G.W. Op. cit.

²⁴⁸ Ibid

vista dos Estados Unidos e mesmo da paz mundial, o reinício da guerra naquela área irracional do mundo seria demasiado perigoso para justificar passividade contínua”,²⁴⁹ argumenta.

No momento em que Ball escreve, estão em andamento as chamadas conversas entre os Quatro Grandes, por iniciativa da União Soviética, envolvendo também os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, iniciadas em abril de 1969 e que continuariam pelo resto do ano. O objetivo declarado era explorar um entendimento entre as quatro potências com mais interesses na região que pudesse abrir caminho, na visão dos participantes, a um acordo de paz no Oriente Médio. Israel e Egito, por sua vez, estavam engajados numa guerra de atrito nas fronteiras ao longo do Canal de Suez desde junho de 1967, intensificada com uma ofensiva em larga escala ordenada por Nasser em março de 1969. E em janeiro de 1969, um novo governo republicano, com Richard Nixon à frente, e Henry Kissinger encarregado da Segurança Nacional e William Rogers na Secretaria de Estado, chegou ao poder em Washington com uma política de détente com a União Soviética, que iria marcar os anos seguintes. Um novo olhar, portanto, também sobre o Oriente Médio.

Tal perspectiva de uma negociação imposta de fora, sem a participação dos atores diretamente envolvidos no confronto regional — árabes e israelenses — é frontalmente rejeitada num artigo de Bernard Lewis na mesma edição da “Foreign Affairs” em que Ball defende justamente a validade da iniciativa. Em “Great Powers, the Arabs and the Israelis”, o historiador investe contra a possibilidade de êxito das conversas entre os Quatro Grandes.

Se, apesar de suas diferenças, as quatro potências conseguirem concordar com um acordo detalhado, e, o que é mais importante, com a maneira e sequência de sua implementação — e aí? Haveria ainda o problema de persuadir Israel e os Estados árabes a implementarem efetivamente suas provisões; e as chances são de que qualquer acordo provável de ser aceito pelas quatro potências seria rejeitado por um ou todos os lados na disputa. Um dos fatores da atual ordem internacional é a capacidade até dos menores países de desafiar as grandes potências no que enxergam como os assuntos de seu interesse nacional vital. Há sem dúvida poderosos meios de persuasão

²⁴⁹ BALL, G.W. Op. cit.

à disposição dos russos no Cairo e em Damasco e dos americanos em Jerusalém, mas seria politicamente difícil, senão impossível, usá-los. As duas superpotências têm de considerar os efeitos de tais pressões sobre os neutros, aliados, clientes — e mesmo, em medidas variadas, sobre sua própria opinião doméstica.²⁵⁰

Lewis vai contra outra percepção bastante disseminada na época, inclusive no próprio artigo de Ball — de que o conflito árabe-israelense ameaça arrastar as duas superpotências nucleares para um confronto de dimensões maiores e consequências inimagináveis. Para o historiador, “o perigo de confronto existe onde quer que os interesses e esferas de influência das duas superpotências se encontrem”, mas “diminuiu muito desde a Crise dos Mísseis [de Cuba, em 1962] e a resultante consciência em ambos os lados dos riscos envolvidos”.²⁵¹ Em sua análise, o melhor que Estados Unidos e União Soviética têm a fazer, enquanto não surgem as condições locais necessárias e imprescindíveis para um acordo de paz entre árabes e israelenses, é se desengajar da questão e diminuir sua importância nas relações entre Washington e Moscou, tirando seu caráter central de disputa de Guerra Fria. Isso, argumenta, reduziria os perigos à paz mundial embutidos no conflito ao mesmo patamar das disputas em Chipre e na Cachemira. Para alcançar tal objetivo, Lewis aconselha as duas superpotências a restringirem a entrada de armas na região, decretarem uma moratória na propaganda, “que espalha a infecção e aumenta a temperatura”, e a fazerem um “cessar-fogo no debate público”, dando “ao paciente um alívio do brilho da publicidade e da paixão e tomada de posição que ele evoca”.²⁵²

Sabendo de antemão da improbabilidade dessa cooperação, o que ele próprio admite no artigo, Lewis parte então para o que considera a argumentação final para a sustentação de seu ponto de vista sobre o interesse maior do Ocidente no conflito Leste-Oeste.

Aqui seria de bom tom recordar que o conflito árabe-israelense, apesar de toda a sua importância e da atenção que ele recebe, não é o único tema na região, nem o mais decisivo no real relacionamento entre as grandes potências. Se o objeto das políticas ocidentais é impedir a dominação

²⁵⁰ LEWIS, Bernard. The Great Powers, the Arabs and the Israelis. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 4, julho de 1969.

²⁵¹ Ibid.

²⁵² Ibid.

soviética no Oriente Médio, então seria sábio devotar mais atenção às águas do Sul e do Leste, onde a intrusão do poderio naval e aéreo soviético transformaria integralmente o equilíbrio de forças na Ásia e na África, e acima de tudo à Turquia e ao Irã, os guardiões da fronteira do Norte.²⁵³

O conselho de Lewis, de um desengajamento que aparentemente aliviaria as tensões entre EUA e União Soviética com benefícios mútuos, deixando a árabes e israelenses os passos decisivos na resolução do conflito regional, na verdade pode, a meu ver, ser lido como a manutenção do status quo pós-Guerra dos Seis Dias, que deu a Israel amplo domínio sobre terras e populações árabes vizinhas. Potência militar incontestada no Oriente Médio, Israel — sem pressão dos Estados Unidos, o único país “que realmente importa” para o Estado judeu, como o próprio Lewis apontara em seu artigo de 1968 — ficaria assim livre para esperar o melhor momento, em seu benefício, de uma iniciativa de paz. É significativo que os dois exemplos dados por Lewis de conflitos retirados do contexto da Guerra Fria — as disputas entre as comunidades grega e turca em Chipre, e entre Paquistão e Índia pela Cachemira — até hoje, segunda década do século XXI, ainda não tenham sido resolvidos. E que o mesmo ocorra com o conflito árabe-israelense, agora tornado, sobretudo, um conflito palestino-israelense.

A intensificação da Guerra do Vietnã — com o retumbante fracasso americano cada vez mais evidente — e a chegada do governo republicano de Nixon à Casa Branca em 1969 deram impulso ao novo status de Israel de aliado *de facto* dos Estados Unidos conquistado após a Guerra dos Seis Dias. As motivações ideológicas que moviam Nixon e seu então assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, estiveram presentes na construção de um alinhamento mais intenso com Israel, mas o contexto nacional e internacional também favoreceu essa aproximação. O *débâcle* americano no Vietnã teve um papel nada desprezível na mudança. Desde 1965, quando os Estados Unidos mergulharam no conflito no Sudeste Asiático, suas baixas só faziam subir a cada ano. E 1968, com 16.899 mortes de militares americanos, fora o mais violento para o país, marcando o auge do derramamento de sangue que já acumulava até então mais de 36 mil vidas perdidas e que levou a um movimento antiguerra cada vez mais poderoso. Nixon fora eleito com a plataforma que incluía, entre outras promessas, tirar os EUA do conflito. Como mostrado pelo estrondoso sucesso do musical antibelicista

²⁵³ LEWIS, Bernard. The Great Powers, the Arabs and the Israelis. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 4, julho de 1969.

“Hair”, cuja estreia em abril de 1968 na Broadway deu um rosto pop à resistência à Guerra do Vietnã, a sociedade americana estava num movimento crescente de rejeição ao envolvimento do país no confronto, sem entender a razão por que milhares de jovens morriam do outro lado do mundo numa luta que já não lhe parecia mais sua.

Uma notável mudança de sentimento ocorreu. No início de 1965, quando o bombardeio do Vietnã do Norte começou, uma centena de pessoas se reuniram no Boston Common para vociferar sua indignação. Em 15 de outubro de 1969, o número de pessoas reunidas no Boston Common para protestar contra a guerra foi de 100.000. Talvez dois milhões de pessoas país afora tenham se reunido naquele dia em cidades e vilas que nunca tinham visto um comício antiguerra.²⁵⁴

A esse caldeirão de acontecimentos internos e externos que levaria à “primeira clara derrota do império global americano formado depois da Segunda Guerra Mundial”,²⁵⁵ o contexto internacional acrescentou outros ingredientes. Na Líbia, importante produtor de petróleo na costa sul do Mediterrâneo, o governo conservador e pró-Occidente do rei Idriss foi derrubado em setembro de 1969 por um golpe militar comandado por Muamar Kadafi, que colocou o país na órbita de Moscou. Em junho do mesmo ano, uma ala radical marxista da Frente de Libertação Nacional chegou ao poder no Iêmen do Sul, colocando o extremo sul da Península Arábica — e porta de passagem do Mar Vermelho, importante rota do petróleo mundial — sob o comando de um regime intimamente alinhado ao Kremlin. Além disso, Nasser, em busca de recuperar seu prestígio de líder pan-arabista diante das massas árabes estilhaçado pela acachapante derrota na Guerra dos Seis Dias, dava corda à Guerra de Atrito com Israel, aumentando a tensão na região.

Foi nesse contexto que se desenrolou a primeira tentativa do governo Nixon de alcançar um acordo de paz entre árabes e israelenses, o chamado Plano Rogers. Anunciada em dezembro de 1969 pelo secretário de Estado, William Rogers, a iniciativa — que buscava o apoio da União Soviética — acabaria em fracasso. Nenhum dos lados na disputa regional estava disposto, naquele momento, a fazer concessões significativas que mudassem o status quo. “Nixon tinha embarcado num curso pró-

²⁵⁴ ZINN, H. Op. cit., p. 477.

²⁵⁵ Ibid, p. 492.

ativo e calculado no Oriente Médio, mas os eventos convergiram para descarrilar seu progresso”,²⁵⁶ avalia o historiador Michael B. Oren.

Fracassada mais uma tentativa de paz no Oriente Médio, a aliança entre Estados Unidos e Israel, que ganhara nova roupagem após a Guerra dos Seis Dias, aos poucos se consolidava. Um passo à frente foi dado no episódio do Setembro Negro, quando guerrilheiros palestinos sequestraram cinco aviões em três dias, explodindo quatro deles diante das câmeras de TV no deserto jordaniano em setembro de 1970. O episódio, ocorrido dias após uma série de tentativas de assassinato do rei Hussein, levou o governo jordaniano a agir contra o verdadeiro Estado que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) havia criado dentro do reino hashemita, como um poder paralelo. Nos confrontos que se seguiram, a Síria interveio do lado palestino, levando o governo jordaniano a pedir apoio aos EUA, que por sua vez solicitou a colaboração militar de Israel “por temer que qualquer tentativa de ajudar o reino militarmente provocaria os soviéticos a intercederem na Síria e deflagraria um choque direto das superpotências”.²⁵⁷ Mais uma vez, a lógica central da Guerra Fria determinando os passos de Washington. Israel atendeu ao pedido da Casa Branca e pôs suas forças em alerta, mas o Exército jordaniano acabou dando conta sozinho do recado, rechaçando a ameaça síria e expulsando as organizações palestinas. Mas o fato de que “se estava pedindo a soldados judeus que sacrificassem suas vidas em nome de um monarca árabe e da segurança dos Estados Unidos”²⁵⁸ — e que Israel prontamente aceitou a solicitação — teve um grande impacto em Washington. “A Casa Branca (...) lembraria por muito tempo a prontidão de Israel para lutar a pedido dos Estados Unidos. Nos três anos seguintes, a ajuda militar americana ao Estado judeu multiplicou-se por dez e a pressão por concessões territoriais israelenses cessou”.²⁵⁹

Apesar do estreitamento das relações com Israel, é crucial lembrar que Nixon também perseguiu um melhor relacionamento com os árabes, numa dupla abordagem da situação no Oriente Médio. “Quando Nixon assumiu o cargo”, aponta Steven Spiegel, “as relações americanas com o mundo árabe estavam novamente em baixa e ele estava determinado a melhorá-las”.²⁶⁰ O que levou a uma situação em que, destaca Herbert

²⁵⁶ OREN, M. B. Op. cit., p. 529.

²⁵⁷ Ibid, p. 530.

²⁵⁸ Ibid. Loc. cit.

²⁵⁹ Ibid. Loc. cit.

²⁶⁰ SPIEGEL, S. L. Op. cit., p. 178.

Druks, “Israel podia esperar ter algum apoio dos EUA por tanto tempo quanto os Estados Unidos considerassem ser de seu interesse soberano ajudar Israel”.²⁶¹

2.7 A aliança e a ameaça a Israel: duas visões opostas

Como se pode ver pelos artigos já mencionados, até o início dos anos 1970 poucos são os articulistas que enveredam pela defesa da utilidade estratégica de Israel para os Estados Unidos no Oriente Médio. Os que se empenham nessa linha de argumentação geralmente têm algum vínculo com o Estado judeu. Dentro do contexto maior que envolve as relações entre os países nas décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial — a Guerra Fria entre as superpotências e a perspectiva de um confronto nuclear — pouco valor prático é encontrado numa aliança entre os Estados Unidos e o pequenino Israel.

Tal perspectiva é assumida ainda em outubro de 1972 pelo historiador e diplomata George F. Kennan, um dos teóricos da política de contenção da União Soviética, introduzida por ele (identificando-se apenas como “X”) num famoso artigo na “*Foreign Affairs*” intitulado “*The Sources of the Soviet Conduct*”, de julho de 1947, e fonte inspiradora da Doutrina Truman. Em “*After the Cold War*”, Kennan minimiza as preocupações dos Estados Unidos no conflito com a URSS, alegando que os americanos têm, na verdade, menos áreas de confronto com os soviéticos do que o imaginado, o mesmo podendo ser dito sobre suas obrigações de defesa para com outros países. Além da Otan e da Coreia do Sul, ele cita apenas Japão e Israel entre estes. Sobre o Japão, um “interesse vital” claro é apontado em “assegurar que o imenso potencial industrial do arquipélago japonês não se torne associado, por meio de qualquer relação de dependência ou influência indevida, com a vasta mão de obra da China continental ou o formidável potencial militar da União Soviética”.²⁶² Já em relação a Israel, Kennan é menos assertivo sobre o valor do país para os Estados Unidos. Para ele, o compromisso americano com o Estado judeu “é fundado menos em interesses geopolíticos demonstráveis do que no caso do Japão”, embora “seja não menos real”.²⁶³ De acordo com o teórico-mor da política de contenção da União Soviética, pilar da atuação

²⁶¹ DRUKS, H. Op. cit., p. 68.

²⁶² KENNAN, George F. *After the Cold War. Foreign Affairs*, vol. 51, n. 1, outubro de 1972.

²⁶³ Ibid.

americana na Guerra Fria, o que move os Estados Unidos a se manterem firmes na defesa de Israel são considerações de outra categoria.

Ninguém poderia negar que os Estados Unidos, por sua conduta ao curso de 25 anos, incorreu num pesado compromisso moral com a preservação do Estado de Israel e a proteção de seus habitantes contra o massacre ou desastre político nas mãos de seus irreconciliáveis vizinhos árabes.²⁶⁴

Autor assíduo na “Foreign Affairs”, Kennan teve uma longa carreira diplomática, transferindo-se depois para a academia, onde se encontrava ao escrever “After the Cold War”. Em sua avaliação dos perigos que os Estados Unidos têm a enfrentar e dos compromissos que o país deve sustentar nesse início dos anos 1970, ele, porém, vê como inevitável o preço a ser pago, no que diz respeito à proteção de Israel, com a deterioração das relações com a maioria dos governos árabes. Embora descreva como “desafortunada” tal consequência, Kennan não parece muito preocupado com os efeitos que tal inimizade possa ter para os interesses americanos. “Em muitos aspectos”, diz, “isto é, talvez, menos lamentável do que parece”.²⁶⁵ Segundo seu raciocínio, “dada a presente disposição passional, volátil e intensamente autocentrada dos árabes, sua amizade poderia ser, como os russos provavelmente testemunhariam, em muitas instâncias tão onerosa quanto sua hostilidade”.²⁶⁶ Sua única preocupação é o que aponta como “a crescente falta de confiança nos países em questão como fontes de abastecimento do Ocidente nesta commodity de importância vital”,²⁶⁷ o petróleo. E Kennan já tem a resposta para o problema — uma solução que não passa pela modificação no status de Israel junto aos Estados Unidos nem ameaça a relação especial entre os dois países.

Considerações econômicas assim como estratégicas podem em breve tornar necessário para os governos ocidentais exercer sua autoridade individual ou coletivamente com vistas a reduzir a dependência ocidental do Oriente Médio como uma fonte de petróleo. Não é cedo demais para eles começarem a estudar como tal objetivo pode ser realizado.²⁶⁸

²⁶⁴ KENNAN, George F. *After the Cold War*. *Foreign Affairs*, vol. 51, n. 1, outubro de 1972.

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ *Ibid.*

²⁶⁷ *Ibid.*

²⁶⁸ *Ibid.*

Parte das assertivas de Kennan sobre a situação no Oriente é rebatida — por coincidência, seguramente — na mesma edição de “Foreign Affairs” de outubro de 1972, num artigo do novo presidente egípcio, Anwar al-Sadat, que sucedeu a Nasser após a morte repentina do líder pan-arabista em setembro de 1970. Responsável pela guinada do Egito rumo à reaproximação com os Estados Unidos, Sadat se lança ao esclarecimento de seu ponto de vista sobre temas que põem seu país em choque com Washington — entre eles as intenções egípcias em relação a Israel.

Em “Where Egypt Stands”, o líder egípcio já logo de saída afirma que seu país nunca foi um Estado-satélite da União Soviética, e que a razão da aproximação do Cairo com Moscou após a revolução de 1952 foi a recusa do Ocidente a prover as armas necessárias para a defesa do Egito contra o que definiu como as políticas agressivas e expansionistas israelenses. “Israel fez seu melhor para capitalizar isso a fim de nos alienar do Ocidente e especialmente nos alienar dos Estados Unidos”,²⁶⁹ diz Sadat, lembrando que a mesma Tchecoslováquia que forneceu armas ao Cairo anos antes vendera armas a Israel na Guerra de Independência. E continua:

Israel ativamente trabalhou para trazer o Ocidente, especialmente os Estados Unidos, exclusivamente para o seu lado. Este foi o início de um implacável esforço israelense para criar uma bipolarização em nossa área. Convinha às políticas israelenses posar como a fortaleza ocidental no Oriente Médio contra o bloco do Leste.²⁷⁰

Com isso, ele dá a entender que os ecos da Guerra Fria no conflito árabe-israelense (pelo menos na parte envolvendo o Egito) seriam mais decorrentes de um plano israelense e das insensibilidades dos governos ocidentais em relação ao Cairo do que das afinidades do governo egípcio com o bloco soviético. A liberdade recuperada do Egito com o fim da ocupação britânica, alega, “significou para nós ficar afastados de todos os blocos político-militares”.²⁷¹

Ao apresentar o Egito como vítima da agressão e do desejo expansionista israelense, Sadat procura desmontar percepções como a expressa por Kennan na mesma edição de “Foreign Affairs”, segundo as quais Israel sofria perigo de aniquilação e seu povo

²⁶⁹ al-SADAT, Anwar. Where Egypt Stands. Foreign Affairs, vol. 51, n. 1, outubro de 1972.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Ibid.

estava sujeito a ser massacrado pelos “irreconciliáveis vizinhos árabes”.²⁷² Segundo o líder egípcio, a intenção israelense é expandir o país e tornar permanente a colonização das áreas conquistadas na Guerra dos Seis Dias (entre elas o Sinai egípcio).

O mito que foi criado por Israel e seus apoiadores que em 1967 o país estava exposto a um grave perigo de ‘extermínio’ pelo Egito está agora sendo dissipado por aqueles mesmos que o criaram. Generais israelenses agora confessam que nunca houve tal perigo, que o Egito não estava preparado e não tinha intenção de atacar.²⁷³

E para provar que o Egito não busca o extermínio de Israel, Sadat afirma que o país vinha aceitando as iniciativas de paz da ONU, diferentemente, alega, do adversário. “Não buscamos conquistar e destruir”,²⁷⁴ assegura. E aponta o dedo acusador aos Estados Unidos pelo que descreve como a atitude intransigente de Israel e a autoconfiança do país em levar adiante sua política expansionista.

Como pôde Israel preservar sua posição, consolidar sua ocupação e frustrar nossa resistência? A resposta é dada no mesmo discurso [da premier Golda Meir ao Parlamento de Israel em 26/7/1972]. A primeira-ministra disse: “A ajuda (dos EUA) a Israel tem sido mantida elevada e aumentada e atingiu o nível que nós temos sido privilegiados em perceber nos últimos dois anos”. (...) Israel, encorajado pela ajuda que recebe dos Estados Unidos, está agora obviamente buscando anexar territórios fora da terra da Palestina.²⁷⁵

Sadat não está sozinho em sua avaliação. Segundo o historiador israelense Avi Shlaim, “a confiança de Israel em sua capacidade de preservar a situação vigente tinha duas origens principais: equilíbrio militar favorável e forte apoio dos Estados Unidos”.²⁷⁶ Segundo ele,

Durante a Presidência de Richard Nixon, o relacionamento entre os dois países desenvolveu-se gradualmente em uma íntima parceria estratégica (...). O Oriente Médio (...) era o principal campo de operações da rivalidade das superpotências desde o início da Guerra Fria. Porém, em contraste com sua percepção na década de 1950, agora os Estados Unidos percebiam Israel

²⁷² KENNAN, G.F. Op. cit.

²⁷³ aL-SADAT. A. Op. cit.

²⁷⁴ Ibid.

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ SHLAIM, A. Op. cit., p. 353.

como um bastião da ordem regional e como um recurso estratégico no Oriente Médio.²⁷⁷

Opinião parecida tem o historiador árabe-americano Ussama Makdisi, segundo quem, com Nixon, “a relação americano-israelense continuou a tomar vulto, e os Estados Unidos abertamente se tornaram o principal patrono militar, político e econômico de Israel”.²⁷⁸ Tendo a Guerra Fria como pano de fundo, o valor estratégico dessa aliança foi uma via de mão dupla — tanto um lado como o outro viram no estreitamento da relação a possibilidade de avançar seus interesses vitais no Oriente Médio. Israel, em larga medida, soube tirar proveito da esmagadora vitória na Guerra dos Seis Dias sobre os árabes e da conjuntura internacional da virada dos anos 1960 para a década de 1970, assim como da situação interna dos Estados Unidos. O fracasso americano no Vietnã, a crescente rebelião interna dos americanos contra a guerra, a tentativa de détente de Washington com Moscou, a hostilidade árabe aos EUA após o débâcle de 1967, a prontidão de Israel para salvar o rei Hussein a pedido da Casa Branca em 1970... tudo estava sobre a mesa. “O interesse local de Israel em manter os árabes em seu lugar convergia perfeitamente com o interesse da administração Nixon em expulsar os soviéticos do Oriente Médio”,²⁷⁹ afirma Shlaim. Na mesma linha de raciocínio segue o jornalista Patrick Tyler, ressaltando as vantagens enxergadas por ambos os lados no aprofundamento da relação:

Em algum lugar, uma linha tinha sido cruzada no relacionamento dos Estados Unidos com Israel. O Estado judeu tinha se transformado de uma minúscula e problemática potência no Oriente Médio que os Estados Unidos mantinham sob controle apesar de fortes laços sentimentais com a comunidade judaica na América para se tornar uma locomotiva regional equipada com tanques e aviões americanos, e suas próprias armas nucleares. Ele tinha devastado os exércitos árabes em 1967, sobrepujando armas soviéticas. Líderes israelenses (...) tinham visto que a Guerra Fria podia transformar o Estado judeu num aliado indispensável dos EUA, compartilhando inteligência das redes de espionagem do Mossad [serviço secreto israelense] no bloco soviético e passando informações secretas do

²⁷⁷ SHLAIM, A. Op. cit., p. 353.

²⁷⁸ MAKDISI, Ussama. *Faith Misplaced – the Broken Promise of U.S.-Arab Relations: 1820-2001*. New York: Public Affairs, 2010, p. 289 e 290.

²⁷⁹ SHLAIM, A. Op. cit., p. 353.

mundo árabe (...). A transformação das relações entre EUA e Israel foi inequívoca.²⁸⁰

Sadat tem tudo isso em mente ao escrever seu artigo na “Foreign Affairs”, que, apesar do tom crítico, pode ser interpretado como uma mão estendida aos Estados Unidos, como insinuado por ele ao dizer que a aproximação com o bloco soviético deveu-se apenas pela atitude de rejeição do Ocidente às necessidades egípcias. As palavras do sucessor de Nasser vêm no rastro de uma decisão importante sua no contexto da Guerra Fria: a expulsão de 15 mil assessores militares soviéticos em julho de 1972, sinalizando o afastamento de Moscou. O ato de Sadat era compatível com a nova orientação do Cairo desde a súbita morte do campeão do pan-arabismo em setembro de 1970. Em resposta à Missão Jarring da ONU, que desde a Guerra dos Seis Dias buscava uma solução para o conflito árabe-israelense baseada na Resolução 242 do Conselho de Segurança (que determinava o retorno às fronteiras anteriores ao confronto), o país tornou-se o primeiro Estado árabe a concordar a assinar formalmente um acordo com Israel ao final do processo de paz. Tal mudança de rumo não deve ser desprezada num mundo árabe cujo estado geral de espírito é descrito por John Badeau, do Council on Foreign Relations, como dotado da mesma persistência que levou os judeus a conseguirem, após cinco décadas, recriar seu Estado independente no Oriente Médio.

De todos os povos, os israelenses e a comunidade judaica mundial, em vista de sua própria história, deveriam apreciar a determinação obstinada de uma comunidade de sustentar a esperança através de séculos. A comunidade judaica não esqueceu a Palestina em seus longos anos de exílio; ela não deveria surpreender-se de que os árabes demonstrem uma tenacidade semelhante de memória e objetivo. Duas décadas de existência israelense são apenas um minuto nos 1.300 de consciência árabe e islâmica; outros reinos estrangeiros se instalaram e desapareceram na Palestina, e muitos árabes estão dispostos a seguir adiante com a luta na convicção de que Israel também vai desaparecer da mesma forma que eles o fizeram.²⁸¹

Em seu artigo, o líder egípcio procura deixar clara sua rejeição a essa expectativa indicando que suas prioridades são outras que não a destruição de Israel. “Cinco anos se

²⁸⁰ TYLER, P. Op. cit., p. 123.

²⁸¹ BADEAU, John. *The American Approach to the Arab World*. New York: Harper & Row, 1968, p. 184.

passaram”, argumenta Sadat, referindo-se à guerra de 1967, “com a situação sobrecarregando nossas vidas e afastando nossas energias de nossa batalha pelo desenvolvimento”.²⁸² E continua: “Com seus fardos, o Egito não tem necessidade de desperdiçar seus recursos em aventuras” e as guerras com Israel “são tremendos obstáculos em seu caminho para o progresso”.²⁸³

As palavras de Sadat são corroboradas nas páginas da “Foreign Affairs” por Arnold Hottinger, num artigo em abril de 1973 intitulado “The Depth of Arab Radicalism”. Ao avaliar as razões por trás do sucesso do radicalismo político em tantas partes do mundo árabe, o jornalista e orientalista suíço indica que, apesar de tal êxito, a União Soviética não conseguiu tornar “o caminho direto ao socialismo” atraente para a maioria dos regimes árabes, “por eles suspeitarem de que poderia levar à dependência da Rússia”.²⁸⁴ E cita a expulsão dos conselheiros soviéticos do Egito como prova de sua argumentação. Bastou uma decisão de Sadat para retirar o Egito da órbita do Kremlin e torná-lo interlocutor da Casa Branca. Com isso, Hottinger tira força de um dos principais temores dos que veem os regimes mais próximos a Moscou como cunhas permanentes para a penetração soviética no Oriente Médio e uma ameaça fundamental aos interesses dos EUA.

Por sua vez, o suíço aponta para entraves estruturais ao desenvolvimento das sociedades árabes e alerta para o perigo de que elas caiam presa de uma via revolucionária que, alavancada pelo fracasso na resolução da questão árabe-israelense, levaria a melhor sobre uma solução de mudança gradual, catalisando assim a frustração represada das massas árabes. Como bom suíço, Hottinger mantém-se neutro na questão, mas deixa no ar a sugestão de que está no interesse dos Estados Unidos agir para romper esse perigoso impasse.

Estadistas e intelectuais moderados em lugares como Egito, Jordânia e Tunísia se perguntam se pode haver agora uma nova oportunidade para os Estados Unidos usarem sua influência com Israel. Eles (...) se perguntam se o presidente Nixon em seu segundo mandato pode ser mais livre para agir

²⁸² al-SADAT, A. Op. cit.

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ HOTTINGER, Arnold. The Depth of Arab Radicalism. *Foreign Affairs*, vol. 51, n. 3, abril de 1973.

em termos de seu lugar na História e menos de (como eles veem) popularidade imediata.²⁸⁵

Como alerta final, o orientalista diz haver pouca dúvida de que os radicais árabes vão chegar ao poder em vários países “se o presente impasse persistir por tempo suficiente” e que tal fato histórico pode cristalizar, a longo prazo, uma nova sociedade árabe potencialmente mais semelhante à China daqueles dias — ainda a comunista de Mao Tsé-tung, radicalizada pela Revolução Cultural de 1966, e não a mais pragmática e aberta ao capitalismo que surgiria com Deng Xiaoping a partir de 1976 — “do que qualquer outra sociedade agora conhecida por nós”.²⁸⁶ Uma previsão que, se concretizada, certamente não contemplaria os interesses vitais dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Um dos estadistas moderados a que Hottinger se referiu, o egípcio Sadat, no desfecho de seu artigo no ano anterior — após salientar que apesar do êxito em 1967 os israelenses “não conseguiram impor sua vontade”²⁸⁷ no Oriente Médio — enviou um claro aviso sobre os limites de sua abordagem: “A causa da paz não será favorecida, entretanto, se ao vitorioso for permitido ditar seus termos e exigir ‘os frutos da vitória’”.²⁸⁸ Pouco mais de um ano depois, em outubro de 1973, a mão estendida no ar sem ninguém para apertá-la nos termos que ele julgava necessários aos interesses do Egito, Sadat fez valer sua advertência e lançou um ataque-surpresa a Israel junto com a Síria. A ousadia mudou a dinâmica de poder na região.

2.8 Yom Kippur: a aliança com Israel x o imperativo econômico árabe

A Guerra do Yom Kippur foi um divisor de águas no Oriente Médio, assim como o conflito de 1967, que estabelecera a hegemonia militar incontestável de Israel e a ocupação de terras de três vizinhos árabes, além de girar o timão da política externa americana rumo a um alinhamento ainda mais próximo ao Estado judeu. Na tarde de 6 de outubro de 1973, início do feriado do Yom Kippur (o Dia do Perdão, o mais importante do calendário judaico), os exércitos egípcio e sírio atacaram subitamente

²⁸⁵ HOTTINGER, A. Op. cit.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ al-SADAT, Anwar. Op. cit.

²⁸⁸ Ibid.

Israel. Apanhado com a guarda baixa, o país sofreu sérios reveses nos primeiros dias de luta, com as forças egípcias retomando parte do Sinai, e as sírias penetrando no próprio território israelense. “A história militar oferece poucos paralelos de uma surpresa estratégica tão completa quanto aquela alcançada pelo Egito e pela Síria”, diz o historiador Avi Shlaim, para quem “o fracasso em prever o ataque árabe foi causado não pela escassez de informação, mas pela má interpretação da informação disponível”.²⁸⁹

Pressionado pelos Estados Unidos e com alguns de seus próprios chefes militares inseguros sobre as reais intenções do Egito e da Síria, Israel desta vez — mesmo tendo detectado a concentração de tropas inimigas no período anterior à deflagração do conflito — abriu mão da estratégia de realizar um ataque preventivo, como fizera em 1967 para assegurar o domínio dos ares à sua Força Aérea. “A comunidade internacional não mais via Israel como Davi lutando contra um Golias árabe”, alegou ao governo de Golda Meir o secretário de Estado americano, Henry Kissinger, para assegurar que Israel não atacaria antes, “e condenaria os israelenses como agressores”.²⁹⁰



Figura 6 - Golda, Nixon e Kissinger em Washington (1-3-1973/AP)

²⁸⁹ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 363.

²⁹⁰ OREN, M. B. Op. cit., p. 533.

Um artigo da própria Golda em abril de 1973, seis meses antes da guerra, dá substância à observação de Kissinger sobre a percepção internacional da capacidade defensiva do Estado judeu. Em “Israel in Search of Lasting Peace”, uma autoconfiante e assertiva primeira-ministra responde diretamente às reivindicações de Sadat sobre reajustes que restaurassem as fronteiras pré-1967. “Tendo escapado de tal cerco”, diz ela sobre a configuração anterior à guerra, que deixava o país bem mais à mercê dos exércitos vizinhos, “nos sentimos justificados em nossa determinação em não reentrar de novo numa armadilha composta de geografia vulnerável”.²⁹¹

É de se destacar no artigo, escrito em celebração dos 25 anos da independência de Israel, o tom de Golda, muito diferente do de Abba Eban duas décadas antes. Se antes o representante de Israel usou a “Foreign Affairs” como plataforma de exposição para vender as vantagens estratégicas de Israel ao Ocidente, agora a primeira-ministra ignorou totalmente tal aspecto. Mesmo os Estados Unidos são mencionados apenas uma vez no artigo, e mesmo assim não como o aliado fundamental que se tornou ou por seu papel de possível mediador num processo de paz, mas apenas como lembrança de uma viagem feita por ela a Nova York em 1957, quando era chanceler, no rastro da crise de Suez. Golda fala na qualidade de chefe de um país que pode ditar condições.

O repetido fracasso de arranjos internacionais para salvaguardar os interesses vitais do nosso país nos ensinou uma lição que não esquecemos facilmente. Decisões internacionais provaram-se sem sentido em cada crise que enfrentamos: em 1948 quando os Estados árabes violaram a Resolução da Partilha; nos longos anos de bloqueio ilegal e incursão terrorista; e em 1967 quando a comunidade internacional, que tinha “assegurado” nossa integridade territorial e liberação do bloqueio, provou-se impotente para fazer cumprir seus compromissos. Daí que inevitavelmente refletimos sobre esta história quando exortados a adotar ações que poderiam resultar na diminuição de nossa capacidade de autodefesa e nos tornar dependentes de garantias internacionais.²⁹²

Sadat não quis aceitar as condições impostas por Golda. A Guerra do Yom Kippur só terminaria em 25 de outubro, com um cessar-fogo imposto por intervenção dos Estados

²⁹¹ MEIR, Golda. Israel in Search of Lasting Peace. *Foreign Affairs*, vol. 51, n. 3, abril de 1973.

²⁹² *Ibid.*

Unidos e da União Soviética, após um contra-ataque israelense que retomou os territórios previamente perdidos e pôs sírios e egípcios na defensiva de novo.

A vitória, no entanto, teve um sabor amargo para Israel desta vez — e profundas consequências no tabuleiro do xadrez geopolítico do Oriente Médio. Em primeiro lugar, as baixas israelenses foram significativamente maiores do que em 1967: 2.838 mortes, contra 983 seis anos antes — o triplo, portanto. Uma cifra enorme num país que na época tinha cerca de 3,2 milhões de habitantes, equivalendo o número de mortes a pouco menos de 0,1% da população. Em comparação, os Estados Unidos, que na mesma época terminavam sua participação na Guerra do Vietnã com a retirada substancial de tropas, perderam 58 mil militares no conflito em que haviam começado a se envolver em 1964 — um pouco mais de 0,025% da população do país na ocasião, de 216 milhões. Se fossem mantidas as mesmas proporções, os Estados Unidos teriam tido mais de 200 mil mortos no Vietnã, ao longo de quase uma década, ao passo que Israel sofreu um percentual bem mais significativo de baixas fatais — quase o quádruplo — em apenas três semanas. “Um preço terrível que deixou quase toda família em Israel tocada direta ou indiretamente pelas perdas na guerra”,²⁹³ relata o diplomata americano Dennis Ross no livro em que analisa as relações de seu país com o Estado judeu nas quase sete décadas após a independência, até o governo de Barack Obama. Em segundo lugar, o sucesso inicial das forças egípcias e sírias, que obtiveram importantes êxitos no campo de batalha, rompeu o mito da invencibilidade israelense e abalou a autoconfiança do país.

Lá pelo quarto dia da guerra, os comandantes israelenses enfrentavam a perspectiva de um colapso catastrófico de suas forças, até mesmo da derrota. (...) Moshe Dayan estava tão abalado pela perspectiva de que as forças egípcias poderiam avançar e atacar os principais centros populacionais de Israel que disse a assessores e a um pequeno grupo de importantes jornalistas israelenses que Israel poderia ser destruído. Um editor de um grande jornal caiu em lágrimas.²⁹⁴

A ameaça de derrota de Israel — um aliado cuja sobrevivência os EUA tinham o “compromisso moral” de garantir, como lembrou George Kennan em seu artigo de um

²⁹³ ROSS, Dennis. *Doomed to Succeed* – The U.S.-Israel Relationship from Truman to Obama, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015, p. 131.

²⁹⁴ TYLER, P. Op. cit., p. 141.

ano antes — no campo de batalha levou o governo americano a agir. Com os árabes sendo reabastecidos por Moscou em suas necessidades de equipamento militar, o conflito foi além da esfera moral e tomou ares de confronto por procuração com os soviéticos, no bem conhecido padrão desenvolvido na Guerra Fria. “A perspectiva de uma vitória de armas comunistas foi suficientemente horrível para despertar Nixon de seu isolamento”²⁹⁵ na Flórida, onde estava naquele momento acuado pelo escândalo Watergate, conta o historiador Michael Oren. O resultado foi uma ponte aérea americana que entregou a Israel 22 mil toneladas de material militar, com um papel fundamental na virada da mesa no campo de batalha em favor das forças do Estado judeu.

A decisão, no entanto, não ocorreu sem um amplo debate dentro do próprio governo dos Estados Unidos, com dois lados defendendo posições divergentes em relação a Israel, numa mostra de que os tomadores de decisão em Washington estavam longe de ter uma visão confluyente a respeito do alinhamento dos interesses dos dois países. Dois expoentes do cabo de guerra foram o secretário de Estado, Henry Kissinger, a favor de Israel, e o de Defesa, James Schlesinger, não necessariamente contra, mas mais preocupado com os efeitos que uma nova derrota árabe pudesse ter para os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Alemão de origem judaica, Kissinger chegou aos Estados Unidos ainda adolescente com a família, em 1938, fugido do nazismo. Embora naturalizado americano e com sólida carreira nos mais altos escalões da política externa dos Estados Unidos — em 1969 foi indicado assessor de Segurança Nacional e desde setembro de 1973 acumulava o cargo com a Secretaria de Estado — suas raízes familiares, segundo alguns historiadores e analistas, influenciavam em certa medida nas suas decisões envolvendo o Estado judeu. “Por volta de 1973”, diz Patrick Tyler, “os líderes israelenses consideravam Kissinger seu mais importante recurso no governo Nixon. E (a primeira-ministra Golda) Meir procurou lançar o anzol de que ele compartilhava responsabilidades pelo destino de Israel na guerra”.²⁹⁶ O historiador israelense Avi

²⁹⁵ OREN, M.B. Op. cit., p. 533.

²⁹⁶ TYLER, P. Op. cit., p. 140.

Shlaim também indica que “nas mãos de Henry Kissinger, a política dos EUA ficou praticamente reduzida ao apoio a Israel e à situação vigente”.²⁹⁷

Um episódio citado pelo historiador Ussama Makdisi reforça a ideia de uma certa simpatia de Kissinger aos interesses de Israel, embora tal comportamento não se traduzisse necessariamente numa defesa ferrenha daquele país nem em seu favorecimento em detrimento dos interesses dos EUA, de cujo governo o secretário de Estado era peça-chave. Num encontro com o embaixador israelense nos EUA, Simcha Dinitz, em 10 de setembro de 1973, poucas semanas antes da eclosão do conflito, Kissinger relatou ao diplomata estar sob intensa pressão dos países árabes, “crescentemente inquietos com o status quo”, para “fazer algo” e mudar a situação estabelecida pela Guerra dos Seis Dias. “Pensando sobre estratégia com Dinitz, Kissinger disse: ‘Nós temos de encontrar uma maneira de dividir os árabes’”.²⁹⁸ O uso do pronome “nós” na conversa com o embaixador de Israel indica, no mínimo, uma confluência de visões sobre os interesses em jogo e a busca de um caminho em comum para realizá-los. Difícil imaginar uma conversa no mesmo tom entre Kissinger e um representante diplomático árabe, ao menos no que dissesse respeito a Israel. Segundo Tyler, Yitzhak Rabin, que foi embaixador de Israel em Washington no primeiro governo Nixon, descreveu Kissinger a um assessor como “um judeu muito ardoroso e para ele é uma missão nos defender”.²⁹⁹ Os relatos sobre Kissinger variam entre os que o descrevem como um realista leal à sua nova pátria que via os interesses americanos acima de todos os demais, e os que creem que sua lealdade mais profunda como judeu o levou a defender posições a favor de Israel às vezes prejudiciais aos Estados Unidos.

Na outra ponta do debate estava o secretário de Defesa, James Schlesinger, filho de pais judeus imigrantes e convertido ao luteranismo quando jovem adulto pouco após a criação de Israel. Schlesinger posicionou-se contra a ajuda urgente a Israel proposta por Kissinger nos primeiros dias de combate, quando as forças do país estavam na defensiva e sofrendo pesadas baixas. Numa reunião que incluiu o diretor da CIA, William Colby, o secretário de Defesa questionou a ajuda a Israel:

Por que os Estados Unidos interviriam num momento em que a batalha favorecia os árabes, que estavam lutando para retomar suas terras? Uma

²⁹⁷ SHLAIM, A. Op. cit., p. 365.

²⁹⁸ MAKDISI, U. Op. cit., p. 300.

²⁹⁹ TYLER, P. Op. cit., p. 140.

intervenção americana proeminente, ele sugeriu, poderia ter um profundo e duradouro impacto nos Estados árabes e suas relações com os EUA.³⁰⁰

A questão principal levantada por Schlesinger não era se Israel deveria receber ajuda ou não, mas sim “como calibrar o reabastecimento do suprimento americano de munições para limitar a guerra e forçar os israelenses a reconsiderarem se a conquista de 1967 tinha lhes trazido segurança adicional”.³⁰¹

Nixon inicialmente ordenou um reabastecimento discreto, mas circunstâncias internas da política americana e, segundo relata Tyler, as manobras de Kissinger fizeram-no, dias depois, dar sinal verde a uma ajuda total a Israel. No front interno, o fator decisivo foi a capacidade de mobilização e pressão do lobby pró-Israel no Congresso, onde Nixon já enfrentava o escândalo Watergate e lutava por sua vida política, não podendo assumir o risco de contrariar os aliados do Estado judeu na Câmara e no Senado. Já em relação a Kissinger, Tyler diz que ele

desde o início manobrou como se fosse partidário dos objetivos de guerra de Israel da forma como lhe foram comunicados por Meir e seus conselheiros. Kissinger se opunha a qualquer ganho por parte dos árabes e (...) suas ações ao longo da crise contribuíram para uma atuação focada mais nos objetivos estratégicos de Israel do que nos dos Estados Unidos.³⁰²

Essa avaliação sobre as lealdades de Kissinger não é generalizada, como já mencionado antes. Vários historiadores e analistas políticos o descrevem como simpático a Israel, mas sobretudo direcionado para o interesse nacional dos EUA. Seu foco principal seria manter a URSS afastada do Oriente Médio e reforçar a posição americana na região, cimentando uma boa relação com Israel, mas reaproximando Washington também dos países árabes, aumentando seu cacife futuro como mediador entre os dois lados. A preocupação em não abrir mais espaços de atrito com a URSS por causa de Israel ficou clara numa conversa que Kissinger teve com Nixon, cuja transcrição veio à tona recentemente. Na conversa, o secretário, após comunicar a divulgação de um relatório do Departamento de Estado sobre o tratamento de judeus na

³⁰⁰ TYLER, P. Op. cit., p. 141.

³⁰¹ Ibid, p. 143.

³⁰² Ibid, p. 144.

União Soviética, emenda: “O senhor sabe, eu mesmo sou judeu, mas quem somos nós para reclamar sobre os judeus soviéticos? Não é da nossa conta”.³⁰³

O americano-israelense Michael Oren indica que Kissinger ressaltou que a política americana não podia ficar “refém dos israelenses”. Segundo Oren, o secretário de Estado achava que “o antiamericanismo no mundo árabe convinha aos interesses de Israel mas era, para os Estados Unidos, ‘um desastre’”.³⁰⁴ Para o israelense Avi Shlaim, o chefe da diplomacia de Washington alinhou-se no início da guerra a Israel na expectativa de que o conflito mantivesse a situação vigente, mas, “uma vez que tal situação fora abalada, Kissinger se apressou, com extraordinária rapidez, em desenvolver uma dimensão árabe para a política externa americana”.³⁰⁵ Por sua vez, Steven Spiegel aponta que nem as raízes judaicas de Kissinger fizeram com que o secretário de Estado, apesar de suas evidentes boas relações com Israel, fosse visto sem restrições pela liderança do país, como um aliado totalmente confiável.

Apesar da preocupação inicial de Nixon com a suspeita árabe sobre o background de Kissinger, o presidente no fim entendeu que seu conselheiro de Segurança Nacional também enfrentava potencial amargura do que Kissinger chamava delicadamente de seus ‘correligionistas’ sempre que fazia exigências de Israel. Para os árabes, o fato de Kissinger ser judeu era uma fonte contínua de suspeita, enquanto para os judeus suas relações cordiais com vários líderes árabes levantavam questões desconfortáveis.³⁰⁶

De uma forma ou de outra, Kissinger foi peça-chave tanto na recuperação militar de Israel no campo de batalha, apoiando vigorosamente o reabastecimento do país com armas e suprimentos americanos, além de um empréstimo urgente de US\$ 2,2 bilhões, como nas movimentações diplomáticas que resultaram num desfecho não inteiramente do agrado do maior aliado americano no Oriente Médio. Por pressão de Washington, Israel foi impedido de destruir o III Exército egípcio, cercado na margem leste do Canal de Suez, o que lhe daria uma vitória completa e um inestimável poder de barganha nas negociações de paz. A guerra acabou com as tropas israelenses a 96km do Cairo e a 32km de Damasco. “Se os árabes venceram a primeira rodada na disputa militar, Israel

³⁰³ KISSINGER, Henry. Apud Alexander Griffing. Audio: Kissinger and Nixon Discuss Why Soviet Jews ‘Are None of Our Business’. Haaretz, 4/8/2014.

³⁰⁴ OREN, M.B. Op. cit., p. 533.

³⁰⁵ SHLAIM, A. Op. cit., p. 365.

³⁰⁶ SPIEGEL, S.L. Op. cit., p. 229.

venceu a segunda, e o resultado foi quase um empate”,³⁰⁷ pondera Avi Shlaim. E um empate nunca é do interesse de um país que manda suas tropas ao campo de batalha, sobretudo numa guerra vista como uma luta não só pela hegemonia regional, mas, em última análise, também pela própria sobrevivência — apenas 28 anos após o fim da Segunda Guerra, a lembrança do Holocausto ainda era demasiado viva para boa parte dos israelenses. Um empate era, no entanto, segundo aponta o historiador Herbert Druks, do interesse de Washington.

Uma das armas mais eficazes dos Estados Unidos tinha sido seu poder de abastecer seus aliados. Funcionários americanos aparentemente advertiram que se Israel lançasse um ataque preventivo o país não seria reabastecido. Essa estratégia seria usada antes, durante e depois da guerra para alcançar os objetivos de política externa dos EUA. Esses objetivos envolviam a melhora da posição americana no Oriente Médio e a redução da influência da Rússia. (...) Se os egípcios tivessem sido forçados a se render, Dayan observou, o Egito teria sido forçado a negociar a paz e a atitude egípcia sobre ‘se tinham perdido ou não a guerra’ teria sido diferente. Nem os americanos nem os russos (...) permitiriam que isso acontecesse. Ambos os lados competiam pela amizade de seus clientes árabes e não permitiriam que fossem derrotados.³⁰⁸

Alguns eventos aqui contribuíram para que os EUA forçassem a mão e obrigassem Israel a aceitar uma vitória apenas parcial, que pôde ser explorada pelos árabes também como uma vitória parcial deles. Um deles foi o embargo de petróleo declarado pelos países árabes contra os EUA e seus aliados dias após a eclosão da guerra, em protesto por seu apoio a Israel. “A arma árabe do petróleo (...) foi usada relutantemente”, conta Ussama Makdisi — apontando para a consciência dos regimes clientes americanos na região, como a Arábia Saudita e as monarquias do Golfo, de sua dependência de Washington para sua própria sobrevivência — “mas as consequências de sua utilização foram sentidas imediatamente. Os preços do petróleo subiram quase 70%”.³⁰⁹ Para os Estados Unidos, que desde 1948 tinham triplicado de 5,8 milhões para 16,4 milhões de

³⁰⁷ SHLAIM, A. Op. cit., p. 365.

³⁰⁸ DRUKS, H. Op. cit., p. 85.

³⁰⁹ MAKDISI, U. Op. cit., p. 535.

barris/dia seu consumo do combustível, foi uma verdadeira catástrofe. Segundo Patrick Tyler, “a exata consequência que Nixon tinha procurado evitar estava sobre ele”.³¹⁰

O outro acontecimento crucial foi a ameaça da União Soviética de intervir diretamente no conflito árabe-israelense, diante da iminente derrota, na segunda fase da guerra, das forças do Egito e da Síria — dois importantes aliados de Moscou no Oriente Médio, embora o Cairo já estivesse em processo de afastamento. Em reação, Washington elevou o estado de prontidão de suas forças na Europa e da Sexta Frota, no Mediterrâneo Oriental. “Os Estados Unidos subitamente confrontaram o espectro de uma economia americana paralisada pela falta de petróleo e, num cenário de pesadelo ainda maior, de uma guerra global com a Rússia”.³¹¹

Nas rodadas de negociação entre Washington e Moscou até o cessar-fogo do dia 25 de outubro, o resultado, como já mencionado antes, não foi inteiramente do gosto de Israel. “Ansioso para terminar a guerra — e talvez também desesperado por um êxito — Kissinger concordou com os soviéticos sobre uma resolução de cessar-fogo sem nenhuma consulta com Israel”,³¹² conta Dennis Ross, que no governo de Bill Clinton foi coordenador especial para o Oriente Médio. “Ao chegar a Israel proveniente de Moscou, no entanto, ele foi recebido por uma descontente liderança israelense”.³¹³ A Resolução 338 do Conselho de Segurança da ONU, acordada entre EUA e URSS, impunha um cessar-fogo e a implementação da Resolução 242. Logo em seguida, Kissinger começaria um intenso e sem precedentes envolvimento para mediar entre as partes em conflito no Oriente Médio na busca de um acordo de paz.

Nas páginas da “Foreign Affairs”, o debate sobre o relacionamento entre Estados Unidos e Israel continua, após a Guerra do Yom Kippur, sem indicar um motivo estratégico claro e convincente — nas circunstâncias geopolíticas existentes — que justifique o cada vez mais sólido apoio conseguido pelo Estado judeu em Washington. Pelo contrário. No ano de 1974, os temas econômicos praticamente dominaram as edições da revista, no rastro do choque do petróleo causado pelo embargo árabe no conflito, que em poucos meses mais que quadruplicou o preço do combustível. Com o Ocidente sentindo a cimitarra no pescoço, subitamente consciente na prática e não

³¹⁰ TYLER, P. Op. cit., p. 159.

³¹¹ OREN, M. B. Op. cit., p. 534.

³¹² ROSS, D. Op. cit., p. 129.

³¹³ Ibid.

apenas na teoria da sua vulnerabilidade diante dos países produtores de petróleo do Oriente Médio — excetuando-se o Irã, todos árabes — uma solução definitiva para o conflito árabe-israelense ganhou uma importância generalizada. Em artigo algum, no entanto, o ponto de vista de Israel é o defendido com exclusividade. O que importa, para os articulistas que se pronunciaram naquele ano, é uma paz que garanta não somente uma relação estável dos EUA e dos países industrializados com as nações produtoras de petróleo, como também que mantenha a União Soviética longe do Oriente Médio, evitando a possibilidade de um confronto entre as superpotências.

Num artigo na edição de janeiro de 1974, a pouca importância estratégica de Israel *per se* também é sugerida nas entrelinhas pelo autor, o jornalista americano — e, curiosamente, também judeu — Stephen S. Rosenfeld, especializado em Oriente Médio e Guerra Fria. Em “Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy”, ele trata do impacto que a política interna dos EUA têm na formulação de sua política externa, e começa apontando o que apresenta como êxitos de Nixon na área internacional “ao reduzir os riscos de guerra nuclear e de confronto entre as superpotências, suavizar alguns temas políticos, e abrir perspectivas para mais cooperação política e econômica”.³¹⁴ Para Rosenfeld, a détente “também criou dentro e sobre os Estados Unidos novas pressões para retirar-se das várias regiões onde, após a Segunda Guerra Mundial, [o país] tornou-se parte do equilíbrio local de poder”.³¹⁵ É aí que o jornalista aponta o que considera o núcleo do apoio americano a Israel, logo após referir-se ao “lobby europeu” que ajuda a manter forças americanas na Europa 30 anos após o fim da Segunda Guerra. “Em relação ao Oriente Médio”, diz ele,

ambas as essências étnica e econômica da política americana são mais conspícuas: a influência política judaica está no coração do apoio americano a Israel, a despeito de todas as justificativas estratégicas e morais dadas por alguns apoiadores de Israel, e às vezes pelo próprio governo.

No artigo, Rosenfeld mais descreve a situação política do momento e apresenta as opiniões conflitantes do que a sua própria, mas a maneira como escreve sobre a aliança entre EUA e Israel não deixa margem de dúvida de que, para ele, não é um propalado — por alguns — suposto valor estratégico do Estado judeu a base da proximidade entre

³¹⁴ ROSENFELD, Stephen S. Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974.

³¹⁵ *Ibid.*

os dois países. E ele não se dá ao trabalho de reforçar o ponto de vista daqueles que usam o argumento geopolítico para fundamentar seu apoio a Israel na tentativa de torná-lo mais legítimo e adequado aos interesses nacionais dos EUA. Pelo contrário, o experimentado jornalista — graduado em História por Harvard e chefe da primeira sucursal do “Washington Post” em Moscou, em 1964 — deixa no ar, sem a necessidade de dizê-lo com todas as letras, a conclusão de que a amizade íntima com Israel tem um custo pesado para a política externa americana.

O que é central para as políticas da détente, entretanto, como a quarta guerra árabe-israelense deixou dolorosamente claro, é que o Oriente Médio é a única região de importância onde Washington e Moscou apoiam aliados que não resolveram suas principais diferenças políticas e territoriais.³¹⁶

O custo dessa “dolorosa lição” foi reforçado, direta ou indiretamente, em outros artigos das edições de “Foreign Affairs” em 1974, com o conflito árabe-israelense praticamente perdendo sua dimensão local e sendo apenas mencionado como componente da crise econômica global desencadeada pelo choque do petróleo e como perigo que ainda pressupunha para a relação entre as superpotências. Na edição seguinte, de abril, 5 dos 11 artigos são dedicados à análise das consequências da nova situação que levou os países consumidores a aumentarem os gastos com importação de petróleo de cerca de US\$ 20 bilhões em 1972 para mais de US\$ 100 bilhões em 1974.

Todos os cinco artigos têm como antetítulo “The Year of Economics”, ressaltando a importância do tema na nova geopolítica mundial, na qual o Oriente Médio tem papel-chave, uma vez que 8 dos 12 membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) eram da região — sendo que 7 deles, árabes (Arábia Saudita, Iraque, Qatar, Kuwait, Líbia, Argélia e Emirados Árabes Unidos). Na edição de julho, de apenas dois artigos, um deles era dedicado à condução da política externa nos EUA por uma Presidência paralisada pelo escândalo de Watergate, e o outro intitulava-se “World Oil Cooperation or International Chaos”. Economia e petróleo eram o dueto que naquele momento mobilizava as atenções da “Foreign Affairs”, a revista porta-voz de um centro de estudos que reunia em seus quadros homens (principalmente) e mulheres (poucas ainda) envolvidos na discussão e na formatação da política externa americana.

³¹⁶ ROSENFELD, S. S. Op. cit.



Figura 7 - Posto sem gasolina na Pensilvânia durante o embargo (1973/AP)

Dentro desse quadro, é surpreendente ver como as opiniões emitidas nos artigos levam a imaginar que os Estados Unidos — na defesa de seus interesses estratégicos nacionais, na forma como foram ali articulados — deveriam tomar uma linha de ação justamente que se distanciasse de uma aliança com Israel ou implicasse uma pressão mais decidida sobre o país, a fim de que Washington atingisse seus próprios objetivos.

Em “The Economic Consequences of the Energy Crisis”, Gerald A. Pollack, assessor econômico sênior da Exxon Corporation e ex-subsecretário-assistente de Comércio para Assuntos Econômicos dos EUA, trata justamente do impacto da multiplicação por quase cinco do preço do petróleo desde a Guerra do Yom Kippur. Em seu artigo, a palavra “Opep” aparece 71 vezes, ressaltando a recém-adquirida importância dessa organização e de seus membros na conjuntura econômica e geopolítica mundial. Em seu diagnóstico da situação, Pollack afirma que a “questão da instabilidade financeira pode resultar em ser a maior das ameaças interpostas pela crise de energia”.³¹⁷ Segundo ele, “recorrentes sobressaltos nos mercados de câmbio de moeda estrangeira poderiam desencadear protecionismo e causar uma severa contração no comércio mundial, conjurando visões de mais uma depressão mundial”.³¹⁸ Assim posto, a assombração que Pollack vê é o fantasma da Grande Depressão dos anos 1930 pairando novamente sobre o planeta com consequências imprevisíveis. Uma delas, em sua opinião, é a possibilidade de anarquia

³¹⁷ POLLACK, Gerald A. The Year of Economics: The Economic Consequences of the Energy Crisis. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974.

³¹⁸ *Ibid.*

e violência política em países pobres dependentes de importar petróleo para atender suas necessidades de energia, notadamente na África Oriental e na Ásia. “As nações do subcontinente da Ásia não mais merecerão ser adjetivadas de ‘emergentes’”, diz ele. “Estes últimos países”, continua, “representam exatamente aqueles dominós a que os Estados Unidos dedicaram uma profunda atenção durante a Guerra Fria”.³¹⁹ Embora Pollack seja razoavelmente otimista em relação aos efeitos da crise no mundo industrializado, uma vez que, para ele, nessa área do planeta “danos sérios ao emprego, crescimento, inflação e padrão de vida podem provavelmente ser evitados”, sua opinião sobre muitos países em desenvolvimento é que “as consequências serão severas, senão ruinosas”.³²⁰

Em “US Trade Policy: The New Political Dimensions”, William Diebold Jr., membro do CFR, também pinta um quadro em que

se os produtores de petróleo se mantiverem juntos e os consumidores de petróleo não encontrarem uma forma melhor de se conduzirem do que brigar pelos favores deles, haverá uma guerra comercial. E o jogo de soma zero em que eles terão transformado o comércio provavelmente será estendido ao resto de suas relações também.³²¹

Aqui é preciso fazer um rápido parêntese sobre a Opep, organização fundada em Bagdá em 1960 que reunia inicialmente cinco países produtores de petróleo (Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela) para se contrapor às chamadas Sete Irmãs, as companhias petrolíferas ocidentais que dominavam a produção e comercialização do combustível no planeta. A decisão de seus membros árabes — grupo então já ampliado para sete países — de decretar o embargo em outubro de 1973 pegou o mundo de surpresa, numa inusitada amostra de unidade. “A despeito de repetidas advertências árabes, Kissinger rejeitou a possibilidade de os árabes usarem sua arma do petróleo”,³²² conta o historiador Ussama Makdisi. Entretanto, “com a guerra ainda acontecendo, os sauditas se curvaram à enorme pressão árabe para retaliar contra os países ocidentais que apoiavam Israel, especialmente os Estados Unidos”.³²³

³¹⁹ POLLACK, G.A. Op. cit.

³²⁰ Ibid.

³²¹ DIEBOLD Jr., William. The Year of Economics: US Trade Policy: The New Political Dimensions. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 3, abril de 1974.

³²² MAKDISI, Ussama. Op. cit., p. 302.

³²³ Ibid.

Segundo Diebold, as condições surgidas da guerra e do conseqüente embargo apontam a “novas dimensões políticas para as políticas de comércio” que “decorrem da necessidade de dar muito mais atenção do que qualquer um julgava necessário em anos recentes à energia e às matérias-primas e sua possível escassez”.³²⁴ Ele diz concordar com Kissinger quando este disse numa conferência internacional sobre petróleo, em fevereiro daquele ano, com o embargo ainda em vigor, que os EUA veem “como uma questão de autointeresse esclarecido — e responsabilidade moral — colaborar para a sobrevivência e restauração do sistema econômico mundial”.³²⁵ Todos os dois parecem concordar aí que há, naquele momento, uma séria ameaça ao “sistema de cooperação econômica internacional que trouxe extensos benefícios aos participantes desde o fim da (Segunda) guerra”.³²⁶ Diebold termina o artigo num tom de pessimismo, diante da incerteza que as novas condições econômicas trouxeram para os países no rastro da Guerra do Yom Kippur e do embargo do petróleo.

Não dá para ser otimista. O que tem de ser feito é difícil; realizações de curto prazo podem ser mais na natureza de impedir resultados piores do que demonstrar ganhos impressionantes. Mas se, em vez de tentarem encontrar algumas novas regras para se orientarem, os governos agirem como se a conduta da política econômica internacional for um jogo de soma zero, eles podem acabar por provar-se certos.³²⁷

Rosenfeld, Pollack, Diebold... todos os três articulistas demonstram de maneira mais ou menos direta a preocupação com os graves efeitos da Guerra do Yom Kippur, nomeadamente a crise econômica desencadeada pelo embargo de petróleo na economia do planeta, e as possíveis implicações que podem ter na estabilidade política global — encabeçadas pelo risco de uma batida de frente entre EUA e URSS. Nessa preocupação não está incluído o relacionamento especial americano com Israel.

³²⁴ DIEBOLD Jr., W. Op. cit.

³²⁵ KISSINGER, Henry apud DIEBOLD Jr., W. Op. cit.

³²⁶ DIEBOLD Jr., W. Op. cit.

³²⁷ Ibid.

CAPÍTULO 3 — A DIMENSÃO MILITAR

3.1 Exclusão das alianças regionais

Quando Israel nasceu, em 15 de maio de 1948, a preocupação maior de Washington estava voltada para o fortalecimento da capacidade defensiva da Europa Ocidental, que, junto com os Estados Unidos, formaria o núcleo da barreira de contenção à União Soviética na eventualidade de uma Terceira Guerra Mundial. Nas páginas da “Foreign Affairs”, o continente europeu reinava absoluto no imediato pós-guerra, como tema de 106 artigos (excluindo-se a URSS) nas edições entre julho de 1945 e outubro de 1950. Todas as outras principais regiões do planeta somadas — Ásia (32), América Latina e Caribe (7), África (6), Oriente Médio (7), EUA (20) e URSS (11) — juntas contabilizavam apenas 83 artigos. Distante já sete décadas de nosso tempo, a possibilidade de um novo conflito mundial — e com armas nucleares — opondo os blocos capitalista e comunista nos parece hoje remota, mas para os americanos, europeus e soviéticos daquele início de Guerra Fria era algo bastante tangível, tema frequente de discussões na “Foreign Affairs”.

Dentro desse contexto, os dois blocos lançaram-se à construção de alianças militares em que logo o papel do nascente Estado judeu passou a ser considerado, de forma direta ou indireta, por articulistas na revista. O primeiro deles foi o já citado embaixador israelense nos EUA, Abba Eban, no artigo de apresentação de seu país em abril de 1951. Após discorrer amplamente sobre a proximidade de Israel do Ocidente e deixar claro onde estariam suas lealdades em caso de um conflito, Eban aponta para o fato de que

Israel tem uma capacidade de mobilização de 200.000 combatentes — um número constantemente sendo aumentado por imigração — e um variado parque industrial. Como tal, ele deve ser visto como um fator central em qualquer estimativa da capacidade de região de manter sua independência e integridade contra qualquer ataque.³²⁸

Tendo já provado seu valor nos campos de batalha três anos antes contra uma coalizão de países árabes hostis, Israel indica pela voz de seu embaixador nos EUA que “a independência e a manutenção de instituições democráticas são causas pelas quais a

³²⁸ EBAN, A. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

massa dos cidadãos israelenses está disposta a lutar até o fim”, o que, segundo ele, “não é totalmente verdadeiro em relação a todos os Estados do mundo — ou no Oriente Médio — a ponto de não ter importância nos cálculos das grandes Potências”.³²⁹



Figura 8 - Exército de Israel: 1º Dia de Juramento/1948

Eban poderia ter dispensado os rodeios e meias palavras diplomáticas e dito diretamente “nos cálculos dos Estados Unidos”, para quem suas argumentações foram tão claramente direcionadas. No momento em que o embaixador israelense escreveu seu artigo, o governo e os militares americanos buscavam formas de proteger o Oriente Médio diante do evidente declínio do poderio do Reino Unido — a potência anteriormente dominante na região. As opiniões predominantes no Departamento de Estado e no Pentágono defendiam um esquema em que os Estados Unidos não se comprometessem diretamente em alianças formais, mas sim se engajassem no reforço das defesas regionais contra a URSS. Essa linha de ação foi explicitada na NSC 65/3, aprovada pelo presidente Truman em maio de 1950. Esforços que acabaram resultando frustrados foram feitos na tentativa de criar o Comando do Oriente Médio (MEC, na sigla em inglês) — coordenando os militares de EUA, Reino Unido, França, Turquia e

³²⁹ EBAN, A. Israel, the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n. 3, abril de 1951.

Egito — e posteriormente a Organização de Defesa do Oriente Médio (Medo). O Egito e outros países árabes, e não Israel, eram o alvo da cobiça estratégica dos Estados Unidos naquele momento — situação que continuaria por alguns anos ainda. Um memorando secreto da CIA de 17 de março de 1952 (*Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization – SE 23*) deixou clara a importância então atribuída ao Egito como porta-estandarte do mundo árabe.

Se o Egito concordasse em participar em uma organização de defesa do Oriente Médio, os outros Estados árabes quase certamente ficariam dispostos a participar. A principal motivação de todos esses países seria a esperança de obter quantidades substanciais de armas, equipamento militar e ajuda econômica das Potências Ocidentais.³³⁰

Embora no fim das contas a Medo não saísse do papel — objetivo cuja dificuldade de realização fora prenunciada pelo próprio documento da CIA — ainda tardaram alguns anos para que os Estados Unidos desistissem de cooptar o Egito, o que só ocorreu após a Crise de Suez em 1956, com uma malfadada tentativa de reaproximação no governo Kennedy no início dos anos 1960.

Mas apenas para situar o valor da oferta militar feita por Eban, segundo o site da Otan, em abril de 1951, mesmo mês em que o artigo foi publicado, a recém-formada Aliança Atlântica dispunha de 15 divisões de soldados à sua disposição na Europa, algo entre 150 mil e 375 mil soldados (considerando-se o tamanho das divisões na Otan como tendo entre 10 mil e 25 mil militares, e somente as tropas sob comando direto da organização, e não o contingente militar total dos países-membros).³³¹ Portanto, a inclusão de mais 200 mil soldados mobilizáveis a curto prazo para a defesa de uma região crucial para a recuperação econômica europeia no pós-guerra, como o Oriente Médio, não era de se desprezar em termos estratégicos. Eban lembra a seus leitores na “*Foreign Affairs*” que Israel tinha contribuições consideráveis a fazer na defesa de todo um flanco de um possível ataque soviético, não somente porque o país tinha um contingente militar apreciável, mas, como ressaltou ele, um variado parque industrial e a disposição mental para empreender a luta pelo chamado “mundo livre”, onde o país se coloca.

³³⁰ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization/SE-23*, 17/3/1952, p. 3.

³³¹ Nato Archives.

A mesma abordagem indireta é feita por Gardner Patterson em “Israel’s Economic Problems”, em janeiro de 1954. Num artigo em que foca na viabilidade econômica do jovem país, o diretor da Seção de Finanças Internacionais da Universidade de Princeton, retornado de uma missão a Israel, avalia os benefícios econômicos que a paz com os árabes pode lhe trazer. Entre eles, cita “alguma redução dos gastos de defesa, embora a quantidade de tais economias deva provavelmente ser pequena em vista do interesse de Israel e de seus amigos ocidentais na defesa regional da área”.³³² O economista Patterson pressupõe, assim, um papel para Israel nos esquemas defensivos do Ocidente contra a penetração soviética no Oriente Médio. Embora os russos não sejam citados no artigo, é somente contra eles que tal interesse na defesa regional pode ser entendido, uma vez que Patterson reforça o enquadramento de Israel no mundo livre ao citar “a dignidade e a independência de sua valente democracia”.³³³ Por um outro lado, e provavelmente sem que essa tenha sido sua intenção, dado o escopo do artigo, ele reforça os argumentos de Eban no interesse em manter Israel como possível peça na barreira de contenção aos desígnios de Moscou no Oriente Médio.

É de se notar, nesses primeiros anos, a linguagem diplomaticamente balanceada e, por vezes, até ressentida dos articulistas israelenses ao discorrerem sobre o papel do país — ainda não transformado no sólido e incondicional aliado americano na região — no jogo político internacional. Conquanto Eban não fizesse declarações abertas de aliança aos Estados Unidos, mas enfatizasse a propalada utilidade de Israel e sua afinidade com o Ocidente, o major-general Moshe Dayan não poupou críticas ao que enxergava como um tratamento desigual e injusto do país pelas potências ocidentais. Em “Israel’s Border and Security Problems”, de janeiro de 1955, Dayan — um dos mais renomados líderes militares israelenses — reclama que “Israel enfrenta perigos múltiplos sem nenhuma perspectiva segura de assistência de qualquer lugar”.³³⁴ Segundo ele, os pactos de defesa regional “são todos orientados exclusivamente para os Estados árabes e baseados na exclusão de Israel” e “não há assim nem um único país no mundo que tenha contratado uma obrigação inequívoca firme de ajudar a defender Israel por força armada no evento de uma agressão”.³³⁵ De forma já ressaltada anteriormente, Dayan tinha plena consciência de seu público-alvo na “Foreign Affairs”, e tachou “esta política de reforço

³³² PATTERSON, Gardner. Israel’s Economic Problems. *Foreign Affairs*, vol. 32, n. 2, janeiro de 1954.

³³³ Ibid.

³³⁴ DAYAN, M. Op. cit.

³³⁵ Ibid.

de apenas um lado dos vizinhos de Israel” como parecendo ao povo de seu país “um desvio dos melhores padrões internacionais de moralidade e prudência”.³³⁶ De novo o recurso à justiça moral como arma retórica para angariar o apoio dos Estados Unidos.

A lamentação de Dayan — que, por ser militar provavelmente tinha um discurso mais direto do que o diplomático Eban — não é desprovida de respaldo no que se vê nas páginas da própria “Foreign Affairs” na época. Num artigo de abril de 1954, poucos meses antes de Dayan escrever na revista, o todo-poderoso secretário de Estado de Eisenhower e figura-chave do establishment da política externa americana indicava as prioridades dos Estados Unidos em sua atuação no mundo. Em “Policy for Security and Peace”, John Foster Dulles faz um longo arrazoado dos novos desafios e obrigações que o país passou a ter no pós-guerra, em sua recém-inaugurada condição de superpotência. E aponta que “em face da ameaça soviética, nós nos engajamos em reconstruir nossa força militar e a de outros países livres”, indicando que “a pedra angular da segurança para as nações livres deve ser um sistema coletivo de defesa”.³³⁷ Dulles cita o pacto de segurança coletiva das Américas (o Tiar), a Otan, tratados com Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Japão e Coreia, e também acordos com Turquia e Paquistão, mas em nenhum momento do artigo o nome de Israel é citado sequer uma única vez.

Tal fato pode, a meu ver, ser encarado como um indicador do pouco valor estratégico que setores importantes da formulação da política externa dos Estados Unidos, pela voz do secretário de Estado, naquele momento atribuíam ao país. Fica claro, com os dois artigos, que os 200 mil combatentes mencionados por Eban não tinham tido, ainda, efeito significativo nos cálculos militares de Washington para a defesa do Oriente Médio — ao menos a partir de pontos de vista publicamente expressos na revista. Mas que podem ser corroborados pelo fato de que, naquele momento, os EUA ainda não forneceram armamentos de ponta a Israel, o que só viria a acontecer a partir do governo Kennedy, em 1962, com a venda de mísseis Hawk.

Assim sendo, os esforços estratégicos americanos nessa época estavam focados em formar alianças que pudessem conter o crescente poderio soviético em nível global, enquanto os movimentos anticolonialistas ainda não tinham feito o estrago profundo que já se insinuava nas relações dos novos países recém-independentes com o Ocidente

³³⁶ DAYAN, M. Op. cit.

³³⁷ DULLES, J. F. Policy for Security and Peace. *Foreign Affairs*, vol. 32, n. 3, abril de 1954.

— dos quais os Estados Unidos representavam a imagem dominante, fato que seria bem explorado pela propaganda de Moscou. A persistência ainda de uma imagem positiva dos EUA entre os povos do chamado Terceiro Mundo era reconhecida pela CIA ao avaliar as possíveis resistências regionais à formação da Medo em seu memorando secreto de 1952.

O caráter multilateral e especificamente o patrocínio de quatro potências de uma tal organização de defesa do Oriente Médio seria aceitável a nacionalistas árabes somente por causa da inclusão dos EUA. Nacionalistas árabes esperariam que a influência dos EUA iria contrabalançar a influência do Reino Unido e asseguraria tratamento generoso. A despeito de suspeitas árabes de que pressões israelenses e sionistas irão influenciar o curso de ação dos EUA e que os EUA estão comprometidos em ajudar o Reino Unido em suas controvérsias com os governos árabes, há uma expectativa de que os EUA forneceriam armas e outras ajudas aos Estados árabes sem até-los em “tratados desiguais” ou interferir em seus assuntos internos.³³⁸

Dentro desse quadro, até mesmo o propalado valor militar de Israel, mencionado por Abba Eban em seu artigo de abril de 1951, foi colocado em perspectiva por Dankwart Rustow em janeiro de 1956. Segundo o acadêmico alemão radicado nos EUA, com carreira em várias universidades do país, ao avaliar o potencial militar dos países do Oriente Médio, Israel era mais uma desvantagem do que uma vantagem para o esquema de defesa da região e, portanto, para os interesses americanos.

Israel sozinho oferece — além de um Exército bem treinado capaz de mobilização instantânea a um nível de cerca de 200 mil homens — algo que se aproxima de instalações adequadas de reparo e manutenção para um esforço de guerra regional. Mas em vista do aumento recente de tensão e violência ao longo de suas fronteiras, parece haver menos perspectiva do que nunca de que Israel possa ser integrado num sistema de defesa regional. Em suma, muito do poder humano treinado e quase todo o equipamento militar para uma defesa eficaz da região terá de ser fornecido de fora.³³⁹

Para Rustow, a inimizade de Israel com seus vizinhos árabes torna inviável a integração do que seria, de outro modo, um bem-vindo reforço proporcionado pelo país

³³⁸ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization/SE-23*, 17/3/1952, p. 2 e 3.

³³⁹ RUSTOW, D. A. Op. cit.

a um sistema regional de defesa coletiva. A mesma conclusão já constava do memorando da CIA. O estudo indicava que a proteção militar da região — a despeito de a Medo ser ou não formada — recairia sobre o Ocidente, e que “a longo prazo uma organização eficiente de defesa do Oriente Médio iria requerer uma melhora nas relações árabe-israelenses”,³⁴⁰ entre outras coisas.

3.2 O perigo mora dentro

Outros que desdenharam do poderio bélico de Israel na “Foreign Affairs” nesse período foram o diretor de Estudos Políticos do CFR, John C. Campbell, e o editor de assuntos de assuntos militares do “New York Times” e autor de livros Hanson W. Baldwin. Ambos enxergam outros fatores por trás da penetração soviética que tiram o foco de uma possível contribuição militar de Israel à defesa do Oriente Médio.

Em “From ‘Doctrine’ to Policy in the Middle East”, de abril de 1957, Campbell se debruça sobre a Doutrina Eisenhower, delineada pelo presidente ao Congresso dos EUA em janeiro daquele ano, com a deliberada intenção de manter o Oriente Médio na esfera do mundo livre. Para o ex-funcionário do Departamento de Estado, embora a base da proposta seja a manutenção da dissuasão militar na região, a fim de conter a penetração soviética, “compromissos militares e ajuda econômica podem ser uma resposta adequada somente se fundadas numa estratégia política sólida”.³⁴¹ Campbell acredita que “o desafio soviético no Oriente Médio é acima de tudo um desafio político” e que o sucesso da nova doutrina dependerá “em última análise do apoio e da cooperação dos povos”³⁴² da região.

O real problema é encontrar interesses comuns com as nações do Oriente Médio, pois em última análise elas não podem ser mantidas dentro do mundo livre contra sua vontade. O interesse comum prevalente é sua independência continuada. Elas têm de ter a convicção de que sua independência não é

³⁴⁰ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization/SE-23*, 17/3/1952, p. 3.

³⁴¹ CAMPBELL, J. C. Op. cit.

³⁴² Ibid.

ameaçada do Ocidente, e devemos esperar que cheguem a perceber que a ameaça vem somente do Norte.³⁴³

Nesse sentido, ele favorece uma abordagem que aceite uma inferioridade militar local dos Estados Unidos até que as condições políticas se modifiquem, “deixando as nações do Oriente Médio decidirem por si próprias quando querem que as garantias americanas se tornem efetivas”.³⁴⁴

Campbell justifica sua posição alegando que os avanços soviéticos por meios não militares na região são um perigo maior do que um ataque armado e que a tentativa de obter a supremacia militar a qualquer custo deixaria os Estados Unidos mais vulneráveis a perigos mais prementes. “Ajuda militar é primariamente importante para segurança interna, moral, prestígio e manter um equilíbrio”, diz ele, completando: “Nenhuma quantidade dela tornará essas nações uma real barreira militar contra a Rússia”.³⁴⁵ Nesse sentido, então, ele desconhece não somente a importância militar de Israel, mas até mesmo esquemas defensivos envolvendo os outros países da região, árabes ou não, se não vierem acompanhados de uma estratégia política.

Diante da força do nacionalismo árabe, Campbell argumenta que o único caminho a oferecer alguma esperança de sucesso para os EUA é “aceitar francamente as aspirações árabes de autodeterminação, igualdade e independência”,³⁴⁶ mas com salvaguardas a exigências extremadas que neguem tais aspirações a outros povos. Para tanto, ele advoga, entre outras coisas, a adoção de “atitudes públicas e oficiais consistentes que deem aos árabes o sentido de que são vistos como iguais e estão sendo tratados justa e imparcialmente”, e uma “corajosa tentativa de enfrentar a questão de Israel de uma maneira que faça alguma justiça ao sentimento árabe ultrajado sem alimentar as chamadas da megalomania árabe”.³⁴⁷

É importante observar que Campbell enxerga a questão árabe-israelense dentro da perspectiva do interesse nacional dos Estados Unidos, não ignorando a realidade dos compromissos históricos assumidos pelo país e seu povo. Como reconheceram amplamente historiadores, políticos e articulistas da “Foreign Affairs”, ainda que não

³⁴³ CAMPBELL, J. C. Op. cit.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ Ibid.

figurasse no primeiro escalão dos interesses estratégicos de Washington, Israel, por razões várias, certamente fazia parte do núcleo de preocupações da política externa americana. Dentro dele estava a garantia da sobrevivência de Israel, como apontava o próprio Campbell, egresso de um Departamento de Estado que não fora propriamente simpático ao Estado judeu na época de sua criação. “Os árabes e os líderes soviéticos devem também saber que os Estados Unidos não permitirão a destruição de Israel”.³⁴⁸ A partir dessa premissa, Campbell propõe uma linha de ação que em sua visão permitiria aos dois lados assentarem as bases para um acordo de paz.

Israel quer, acima de tudo, segurança nacional, o que acaba de provar-se inatingível por seus próprios esforços. Garantias externas são a única resposta. Os árabes querem, acima de tudo, um acordo mais justo na Palestina. Isto eles podem obter somente com apoio de fora. Aqui está pelo menos a oportunidade de bolar propostas que possam satisfazer os impulsos básicos de ambos os lados, mesmo se as reivindicações imediatas não possam ser satisfeitas. Se os Estados Unidos estão ou não moralmente obrigados a apoiar um acordo territorial mais favorável aos árabes do que as correntes linhas de armistício ou a fazer algo mais pelos refugiados árabes pode ser um tema para debate, mas certamente seria politicamente sábio fazê-lo.³⁴⁹

Fica claro que, na visão de Campbell, Israel deve ser pressionado a fazer concessões que abram caminho a um entendimento com os árabes, de forma a atender aos interesses vitais dos Estados Unidos no Oriente Médio. Mas, ao mesmo tempo, o Estado judeu deve ter garantida a sua sobrevivência — a questão crucial que sempre acompanhou o empreendimento sionista desde sua concepção, uma vez que ele foi rejeitado pelos árabes como mais uma tentativa neocolonial europeia de despojá-los de suas terras.

Um ponto de vista algo semelhante ao de Campbell aparece no artigo “Strategy of the Middle East”, de julho de 1957, em que Hanson Baldwin analisa longamente a importância estratégica do Oriente Médio e o papel dos países da região na sua defesa. Sua visão também parte da premissa de que a principal questão de segurança da região não é uma invasão direta por tropas da União Soviética. Para ele,

³⁴⁸ CAMPBELL, J. C. Op. cit.

³⁴⁹ Ibid.

o principal problema estratégico no Oriente Médio *não* [grifo do autor] é a agressão soviética aberta, mas infiltração soviética coberta complementada, talvez, por agressão por procuração (como na Indochina ou Coreia) por algum dos aliados comunistas da Rússia soviética.³⁵⁰

Baldwin indica o que considera dois fatores importantes que ajudam Moscou em suas tentativas de penetrar na região — e que o Kremlin sabe “explorar com habilidade”. Um deles é o nacionalismo árabe e o outro, o conflito árabe-israelense. Para ele, “o franco apoio da Rússia aos árabes contra Israel tem, mais do que qualquer outro fator, ajudado em sua causa na área”.³⁵¹ Egito, Síria e Iraque são apontados como os principais flancos expostos para a ação soviética. Partindo dessa constatação, o analista militar propõe que “o primeiro trabalho político-militar dos Estados Unidos é ajudar os países árabes do Oriente Médio internamente”.³⁵² E para isso ele é taxativo:

Temos de insistir em nossas políticas que o que vale para um vale para o outro. Tanto Israel como os árabes têm repetidamente desafiado as Nações Unidas — e escapado sem punição. (...) O primeiro requerimento para uma defesa militar sólida contra o insidioso comunismo no Oriente Médio é imparcialidade política e justiça em *todas* [grifo do autor] as nossas ações, e também políticas firmes e inequívocas baseadas nessa imparcialidade.³⁵³

Em seguida, Baldwin continua o artigo argumentando que Egito e Síria não estão totalmente perdidos para a esfera de Moscou e que seus militares têm ligações profundas com o Ocidente. Israel é praticamente ignorado no artigo, embora seja reconhecido como um país poderoso. Ainda assim, não tem papel na estratégia definida por Baldwin para a defesa do Oriente Médio.

Meses depois, em outubro de 1957, quando o senador e futuro presidente John Kennedy faz uma análise da política externa americana para o Oriente Médio, apesar de referir-se *en passant*, como já apontado, ao “vigor democrático e eficácia militar” de Israel, tampouco ele enxerga um papel específico para o país num esquema bélico defensivo regional. A bem da verdade, Kennedy é descrente da política de alianças militares levadas a cabo por Washington na região, classificando o Pacto de Bagdá como “defesas de papel (...) que repousavam sobre as falsas crenças de que havia uma

³⁵⁰ BALDWIN, Hanson W. Strategy of the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 35, n. 4, julho de 1957.

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Ibid.

³⁵³ Ibid.

identidade de interesse entre todos os Estados do Oriente Médio”.³⁵⁴ Ele enxergava as ações americanas na região como “frequentemente mais remediais do que preventivas” e incapazes “de fazer muito para curar as doenças orgânicas subjacentes”.³⁵⁵

3.3 A questão nuclear

Posteriormente, o governo Kennedy foi o primeiro em Washington a vender armas de tecnologia de ponta para Israel e “estabeleceu uma nova ‘relação especial’”³⁵⁶ com o país. Isso não significou, no entanto, carta branca para Israel agir em descompasso com o que os Estados Unidos enxergavam como o núcleo de seus próprios interesses nacionais. Kennedy tentou obter concessões de Israel em troca da venda dos mísseis Hawk, que aumentariam consideravelmente a capacidade defensiva do Estado judeu. “Kennedy procurou estabelecer uma política equilibrada”, diz o historiador Herbert Druks. “Ele tentou persuadir tanto israelenses como árabes de que era justo com todos”.³⁵⁷ Uma das questões que preocupavam o governo americano era o desenvolvimento secreto de armas nucleares por Israel em suas instalações em Dimona, no Deserto de Neguev, que, na visão de Washington, poderia desencadear uma corrida por arsenais atômicos no Oriente Médio. Um relatório da CIA de março de 1963 indicou que

armas nucleares israelenses teriam um impacto negativo sobre as relações árabe-americanas porque os Estados Unidos levariam a culpa. Haveria sentimentos árabes de ‘ressentimento e traição’. A ‘influência [dos EUA] junto aos árabes, limitada na melhor das hipóteses, seria drasticamente reduzida.’³⁵⁸

Já com essa preocupação em mente, Kennedy, num encontro em dezembro de 1962 — após reafirmar o compromisso americano com Israel, comparando-o ao existente apenas com o Reino Unido — “recordara [a chanceler Golda] Meir das responsabilidades e obrigações dos Estados Unidos em todo o mundo”, e que “Israel era

³⁵⁴ KENNEDY, J.F. Op. cit.

³⁵⁵ Ibid.

³⁵⁶ DRUKS, H. Op. cit. p. 1.

³⁵⁷ Ibid. Loc. cit.

³⁵⁸ Ibid, p. 21.

apenas uma dessas responsabilidades”.³⁵⁹ No entanto, nem Kennedy nem Lyndon Johnson conseguiram resultados satisfatórios em relação à contenção do programa nuclear israelense. O já aqui citado William Polk, que fizera parte dos dois governos, em seu artigo de outubro de 1965, destaca a questão da corrida armamentista entre os países da região como um fator que “vai comandar crescente atenção”.³⁶⁰ E dá seu veredicto: “A prevenção da introdução de armas nucleares é crucial não só para o bem-estar das pessoas na área como para os interesses nacionais americanos”.³⁶¹ É de se ressaltar a incapacidade dos Estados Unidos de fazerem valer seu ponto de vista ao aliado ao qual armara com mísseis de última geração e refizera juras de uma relação especial, numa questão que dois presidentes consecutivos colocaram, em determinados momentos, no centro de sua agenda com o país. E um aliado que, como o próprio Polk já ressaltara em seu artigo com Richard Nolte em julho de 1958 (“Toward a Policy for the Middle East”), recebia já naquela época duas ou três vezes mais em ajuda econômica do que todos os países árabes juntos. Ou seja, enquanto perdiam influência entre os árabes, os governos americanos tampouco conseguiam fazer Israel curvar-se a uma determinação considerada do mais alto interesse nacional dos Estados Unidos.

Isso porque Israel bateu pé firme e conseguiu driblar as objeções de Washington. Tal determinação advinha da crença, segundo afirma o historiador Avi Shlaim, de que “este era o objetivo final de Ben-Gurion: produzir armas nucleares”.³⁶² O fundador do moderno Estado judeu “acreditava que elas fortaleceriam Israel imensamente, assegurariam sua sobrevivência e eliminariam qualquer risco de um outro Holocausto”.³⁶³ Tal convicção se ajustava à percepção prevalente em círculos de poder israelenses de que Israel enfrentava sozinho uma batalha mortal por sua existência e não podia, em última análise, contar com ninguém a não ser consigo mesmo. Dez anos antes, o major-general Moshe Dayan — um dos maiores defensores da opção nuclear do país, junto com o futuro premier e presidente Shimon Peres — deixara isso claro no já citado artigo “Israel’s Border and Security Problems”. Para ele, seria preciso uma mudança de atitude política por parte dos árabes para aliviar as tensões no Oriente Médio, e até que isso acontecesse, “as Forças de Defesa de Israel enfrentarão uma

³⁵⁹ DRUKS, H. Op. cit., p. 19.

³⁶⁰ POLK, W. Op. cit. William. The Nature of Modernization. *Foreign Affairs*, outubro de 1965.

³⁶¹ Ibid.

³⁶² SHLAIM, A. Op. cit., p. 227.

³⁶³ Ibid. Loc. cit.

pesada tarefa, e a enfrentarão virtualmente sozinhas como o solitário meio efetivo para salvaguardar a integridade física de Israel”.³⁶⁴

3.4 De protegido a aliado de batalha

Apesar do aparente desafio aos interesses nacionais americanos, os Estados Unidos não tomaram medidas decisivas para deter o aliado que, como indicado no capítulo anterior, em breve sofreria uma metamorfose de apenas protegido para “musculoso par” americano na Guerra Fria no rastro de sua eletrizante vitória na Guerra dos Seis Dias. Bernard Lewis nos dá indicações dessa transformação em seu artigo de janeiro de 1968, “The Arab-Israeli War”. Do ponto de vista militar, diz ele, o triunfo israelense no campo de batalha, com armas fornecidas pelo Ocidente, significou que “o prestígio soviético — a reputação das armas e do aconselhamento soviéticos, o valor da amizade soviética, a credibilidade dos avisos soviéticos — tinha recebido um golpe danoso, com repercussões de longo alcance”.³⁶⁵ Ponto, portanto, para Israel, capaz de infligir tal golpe no maior adversário dos Estados Unidos.

Ao apontar que uma outra importante lição aprendida pelos israelenses na guerra foi que “de todas as potências do mundo exterior, a única que realmente importa para Israel são os Estados Unidos”,³⁶⁶ o acadêmico também — sem a necessidade de dizê-lo explicitamente, num hábil recurso discursivo — sugere que, para os Estados Unidos, dado o caráter vitorioso e autossuficiente do Estado judeu, tal condição deveria ter um papel importante no posicionamento de Washington no conflito. Na vitória, poupa o aliado americano das humilhações sofridas pela União Soviética com seu apoio aos árabes. E o deixa livre para cuidar de seus problemas mais prementes no Vietnã, que ameaçam o próprio tecido interno da sociedade americana. Para isso, elenca Lewis, Israel precisaria apenas de três coisas de Washington:

Primeiro, impedir os russos, como em junho de 1967, de fazer uma intervenção militar direta contra eles; segundo, resguardar-se de impor, sozinhos ou com outros, uma solução que Israel julgue contrária a seus interesses; terceiro, assegurar que os armamentos de Israel não caiam

³⁶⁴ DAYAN, M. Op. cit.

³⁶⁵ LEWIS, Bernard. *The Arab-Israeli War. Foreign Affairs*, vol. 46, n.2, janeiro de 1968.

³⁶⁶ *Ibid.*

perigosamente abaixo do nível dos Estados árabes. Em outras palavras, eles querem ficar seguros de que os americanos nem enfraquecerão sua posição nem permitirão que a Rússia o faça.³⁶⁷

Dado o que o vitorioso Israel tem a oferecer em troca, parece um preço razoável a ser pago pelos Estados Unidos. Tal mensagem já estava sendo também assimilada pelo governo de Lyndon Johnson, que vendeu 150 aviões de guerra à Força Aérea Israelense, “completando o processo pelo qual os Estados Unidos substituíram a França como o principal fornecedor de armas de Israel.”³⁶⁸

Os defensores de Israel continuam seu trabalho nas páginas da “Foreign Affairs”. Na mesma linha de defesa sutil e indireta do valor do Estado judeu para os Estados Unidos num contexto de Guerra Fria já apresentado antes segue o historiador judeu anglo-americano Walter Ze’ev Laqueur, que destrincha o papel da União Soviética no Oriente Médio num artigo de janeiro de 1969. Em “Russia Enters the Middle East”, Laqueur foca primariamente nas relações de Moscou com o mundo árabe e nas perspectivas da ampliação de sua influência na região, mas ao fazê-lo, por tabela — pelo fato de russos e americanos estarem envolvidos numa disputa por hegemonia nos quatro cantos do planeta — também analisa os interesses de Washington.

O historiador, que perdeu os pais no Holocausto e morou em Palestina/Israel entre 1938 e 1953, tendo trabalhado num kibbutz e como jornalista, começa ressaltando o foco soviético na região descrita por ele como parecendo “destinada a tornar-se a principal zona de perigo da política mundial”.³⁶⁹ Para Laqueur, “do ponto de vista soviético, o Oriente Médio é um vácuo e parece a área menos arriscada no mundo na qual expandir a esfera de influência soviética. O impulso russo para o sul que começou no século XVIII finalmente parece provável de atingir sua realização”.³⁷⁰ Em seguida, ele aponta que a penetração de Moscou na região não se deveu “a coerção ou infiltração, mas a convite” de países como Egito, Síria, Argélia e Iêmen. Em sua opinião, “a inimizade árabe para com Israel desempenhou um papel importante” para essa aproximação, “mas foi uma circunstância agravante, não o fator decisivo”.³⁷¹ Com tal

³⁶⁷ LEWIS, Bernard. *The Arab-Israeli War. Foreign Affairs*, vol. 46, n.2, janeiro de 1968.

³⁶⁸ SHLAIM, A. Op. cit., p. 527.

³⁶⁹ LAQUEUR, Walter. *Russia Enters the Middle East. Foreign Affairs*, vol. 47, n. 2, janeiro de 1969.

³⁷⁰ Ibid.

³⁷¹ Ibid.

avaliação, o historiador indica que, por outro lado — numa possível leitura de analogia inversa — tampouco a amizade americana com Israel foi o fator decisivo para o afastamento entre os Estados Unidos e tais países, sendo, no máximo, uma agravante. Dessa forma, Laqueur tira um pouco do peso de cima de Washington pelo preço pago por escolher apoiar o pequeno Estado judeu em detrimento de seus mais numerosos, maiores, mais ricos em recursos naturais e mais populosos e vizinhos árabes. Preço este já citado por outros analistas, como John S. Badeau em seu artigo de janeiro de 1958 anteriormente mencionado. “Os avanços soviéticos obtidos no Sul da Arábia e na Argélia, no Sudão e na Somália”, argumenta Laqueur, “mostraram que o conflito árabe-israelense não foi uma pré-condição para os sucessos soviéticos”.³⁷²

Numa região onde companhias petrolíferas americanas têm grandes interesses econômicos e que fornece à Europa Ocidental e ao Japão — importantes aliados dos Estados Unidos — boa parte do petróleo ali consumido, Laqueur aponta “o crescente interesse russo no petróleo do Oriente Médio”. E alerta que “a dominação do Oriente Médio pela União Soviética afetaria profundamente o equilíbrio de poder global”.³⁷³ Nesse cenário, só pode ser do interesse americano o fato de que “a vitória israelense em 1967 foi um enorme agravamento para os russos, especialmente para líderes militares”.³⁷⁴ Subentendido está que no espírito da Doutrina Truman, estabelecida duas décadas antes, onde quer que Moscou sofra um revés, aí está um interesse americano. Segundo Laqueur, “Israel tem sido um obstáculo importante a políticas soviéticas no Oriente Médio” e “após a Guerra dos Seis Dias os líderes soviéticos tiveram de revisar sua imagem do Estado judeu”.³⁷⁵ Com tudo isso, difícil não concluir ao final do artigo que a aliança com Israel, afinal, é do interesse dos Estados Unidos, pois o país e seu poderio militar são uma enorme pedra no sapato da União Soviética em sua tentativa de pisar nas terras do Oriente Médio.

3.5 A Suíça do Oriente Médio

Nas páginas da “Foreign Affairs”, continua o debate sobre o Oriente Médio, com Israel ainda longe de desfrutar do consenso de uma avaliação estratégica diferenciada

³⁷² LAQUEUR, Walter. Russia Enters the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 47, n. 2, janeiro de 1969.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Ibid.

³⁷⁵ Ibid.

por sua nova condição, reconhecida por articulistas e historiadores, de aliado essencial — e não apenas protegido — dos Estados Unidos. Pelo contrário, num artigo surpreendente em abril de 1970, o veterano líder sionista Nahum Goldmann, que presidiu o Congresso Judaico Mundial entre 1948 e 1977, faz uma reavaliação dos propósitos do Estado de Israel à luz do realizado nos primeiros 22 anos de independência do país — da qual ele foi um incansável defensor e um dos construtores — e da viabilidade de sobrevivência do jovem país. O artigo foi escrito na mesma ocasião em que Goldmann teve negada, pelo governo israelense, autorização para visitar o Cairo a convite de Nasser, num momento de recrudescimento da Guerra de Atrito que levou Israel a realizar 3.300 ataques aéreos, despejando oito mil toneladas de explosivos em território egípcio.

Em “The future of Israel”, Goldmann deixa bem claro logo de saída não ter “dúvidas quanto à justificativa histórica e a validade moral do sionismo”,³⁷⁶ mas sim sobre se a criação de Israel atendera aos propósitos inicialmente incorporados nessa ideia: salvar judeus da perseguição e da discriminação e assegurar a sobrevivência das comunidades judaicas nos lugares onde elas já estivessem integradas. Para ele, a história peculiar do povo judeu, que manteve a chama de sua identidade viva ao longo de milênios sofrendo perseguição ou como minoria desfavorecida em outras terras, é razão suficiente para justificar a criação do moderno Estado de Israel. Mas ele é cuidadoso em reconhecer também o direito árabe à terra que ocuparam por séculos a fio, pois “sob regras normais da vida internacional, não há dúvida de que a reivindicação árabe tem significado e substância, e seria tolo e injusto negar essa justificativa”.³⁷⁷ O que Goldmann questiona, então, é a forma escolhida de Estado nacional para a concretização do sonho sionista, que levou Israel — um país recriado a partir de uma ideia de judeus europeus levada a cabo por judeus europeus através de imigração em massa — a ser visto como uma entidade neocolonial no seio do mundo árabe, com o qual vive em guerra. Como solução, ele apresenta um ideia que julga ser capaz de pôr fim a tal estado permanente de beligerância: a neutralização de Israel, nos moldes da Suíça, garantida pela comunidade internacional.

Destoando do subsecretário de Estado americano George W. Ball sobre a viabilidade de uma paz resultante da ação e da vontade de EUA e União Soviética — e não dos

³⁷⁶ GOLDMANN, Nahum. *The Future of Israel*. *Foreign Affairs*, vol. 48, n. 3, abril de 1970.

³⁷⁷ *Ibid.*

atores envolvidos na disputa — Goldmann diz tampouco acreditar única e exclusivamente na força das armas israelenses para a manutenção da existência do Estado judeu.

Vitórias por si mesmas, por mais importantes que sejam psicologicamente tanto para o vencedor como para o derrotado, só são significativas se levarem à estabilidade e à paz. (...) A esperança de impor paz ao mundo árabe, ou por pressão das grandes potências ou por outra vitória israelense, é mais do que pequena. A História prova que uma paz imposta não dura muito tempo, mesmo se o povo derrotado for forçado por um certo tempo a aceitar uma trégua extraída pelas armas.³⁷⁸

A essa análise, ele acrescenta outro aspecto que, a seu ver, prejudica a concretização dos verdadeiros ideais que motivaram a criação de Israel e sua sustentação a longo prazo. “De um ponto de vista internacional”, argumenta, “a posição política de Israel está também se tornando mais difícil e isolada”.³⁷⁹ E, após apontar os Estados Unidos e algumas nações ocidentais como o “único real e decisivo apoio político” do país, faz uma ressalva que julga importante:

A experiência dos últimos 20 anos tem mostrado que o apoio americano não pode ser tomado como certo, como foi demonstrado tão dramaticamente no rastro da campanha de Suez. As recentes declarações do secretário de Estado Rogers, e a rejeição de suas propostas pelo governo israelense, indicam de novo a possibilidade de uma deterioração da fundamentalmente amistosa política dos Estados Unidos para com Israel, e têm causado sérias preocupações e inquietações em Israel.³⁸⁰

Em sua avaliação, Goldmann toma por base não apenas o comportamento dos Estados Unidos nas duas décadas anteriores, mas também considerações estratégicas do interesse nacional americano que crê poderem, em algum momento, mudar o rumo das atitudes de Washington em relação ao conflito árabe-israelense.

É preciso compreender que para um diplomata normal, cujas políticas são determinadas pelos interesses do dia a dia mais do que por grandes visões e conceitos morais, 80 a 90 milhões de árabes e muitos milhões mais de

³⁷⁸ GOLDMANN, N. Op. cit.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

muçulmanos, de posse de terras do Oriente Médio com os mais ricos recursos petrolíferos do mundo, pesam mais do que o pequeno Estado de Israel, mesmo levando em consideração a periferia judaica.³⁸¹

Em continuidade à sua análise dos interesses estratégicos — e não dos aspectos culturais ou morais envolvidos na disputa árabe-israelense — dos Estados Unidos relacionados a Israel, Goldmann lista um que tem peso considerável em tempos de Guerra Fria: o conflito, diz ele, “facilitou a penetração soviética no Oriente Médio e no Mediterrâneo” e “transformou o Oriente Médio num lugar de incessante tensão e turbulência” onde, “à medida que os anos passam sem um acordo, o caráter explosivo da situação está aumentando”.³⁸²

É importante notar que o líder sionista não desfia seus argumentos para tentar provar o valor estratégico de Israel para os Estados Unidos — e, assim, angariar apoio militar, econômico e diplomático ao país — mas sim para dar sustentação à sua proposta de transformação do Estado judeu numa nação neutra, justamente uma condição nas relações internacionais que diminuiria em grande parte seu interesse para Washington na disputa global com a União Soviética. Com esse objetivo em mente, ele acena para os dois lados desse confronto entre gigantes.

Acredito que nem os Estados Unidos nem a URSS, as potências internacionais decisivas para os problemas do Oriente Médio, desejam uma guerra e ambos anseiam por evitar um confronto por causa do conflito árabe-israelense. (...) Ambos estão interessados, por isso, em alcançar uma solução o mais cedo possível, especialmente se houver a chance de algum acordo geral e global entre eles, o que seria impossível sem um entendimento no Oriente Médio.³⁸³

Goldmann toca numa questão importante para os Estados Unidos nesse momento de sua História: a détente que Nixon buscava com a União Soviética e o campo comunista para permitir aos Estados Unidos uma porta de saída honrosa do Vietnã. “Uma coisa era certa quando Nixon chegou à Casa Branca”, ressalta o jornalista Patrick Tyler, “não haveria segundo mandato a menos que ele encontrasse uma forma de tirar as tropas dos

³⁸¹ GOLDMANN, N. Op. cit.

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

EUA do Vietnã”.³⁸⁴ E continua: “Não era a guerra de Nixon, e ele estava disposto a terminá-la contanto que os Estados Unidos não fossem humilhados”.³⁸⁵ Tal forma de desengajamento passava justamente pelo “acordo geral e global” entre as potências citado por Goldmann, que se mostra um atento observador da conjuntura internacional do momento ao lançar mão de seus recursos argumentativos.

O mesmo benefício ele enxerga para o lado soviético, desejoso, segundo sua análise, em não arriscar com um novo conflito árabe-israelense de resultados imprevisíveis jogar fora “o que a Rússia tinha tentado obter durante séculos sem sucesso, a saber, uma posição firme no Oriente Médio”,³⁸⁶ finalmente obtida por Moscou nos anos anteriores de Guerra Fria. Além da presença marítima no Mediterrâneo, os soviéticos também tinham enviado armas e milhares de militares e assessores técnicos para o Egito no início de 1970, a pedido de Nasser, que ameaçara se bandear para o Ocidente se não contasse com apoio decidido do Kremlin contra Israel. “A União Soviética nunca havia injetado um equipamento militar tão sofisticado e em tão curto período de tempo em um país não-comunista”,³⁸⁷ conta o historiador Avi Shlaim, dando a medida da importância para Moscou da aliança com o líder egípcio. “As forças armadas soviéticas assumiram efetivamente a defesa do Egito, exceto na zona do canal”.³⁸⁸

Goldmann incrementa seu ponto de vista pondo em questão tanto o compromisso americano assumido com seu aliado da relação especial como o soviético com seu protegido árabe.

Não estou seguro de que os Estados Unidos estão deleitados com sua responsabilidade primária pela sobrevivência de Israel, nem que a Rússia está feliz com seu fardo de proteger e rearmar os árabes sem qualquer certeza quanto à utilidade e à eficácia de seu rearmamento.³⁸⁹

Logo, do ponto de vista estratégico, para o líder sionista não é uma aliança militar com Israel que tem valor para os Estados Unidos, mas sim a própria neutralização do Estado judeu. Segundo esse argumento, tanto americanos como russos têm a ganhar com tal declaração de neutralidade, que seria um passo essencial na détente entre

³⁸⁴ TYLER, P. Op. cit., p. 111.

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ GOLDMANN, N. Op. cit.

³⁸⁷ SHLAIM, A. Op. cit., p. 336.

³⁸⁸ Ibid. Loc. cit.

³⁸⁹ GOLDMANN, N. Op. cit.

Washington e Moscou. Para os primeiros, abriria caminho à tão desejada saída do atoleiro do Vietnã; para os outros, permitiria manter os ganhos havia muito perseguidos e há tão pouco tempo conseguidos no Oriente Médio. O objetivo de Goldmann, assim, não é ressaltar os atrativos de Israel para os Estados Unidos nem tampouco incensar a aliança entre os dois países. O que ele tem em mente com seu artigo é defender uma nova identidade geopolítica para Israel, desprovida de valor estratégico para a disputa entre as superpotências que naquele momento mobiliza as energias dos estrategistas e dos tomadores de decisão em Washington.

3.6 Uma aliança militar para a paz

Curiosamente, o mesmo objetivo de evitar que um novo confronto árabe-israelense se transforme numa indesejada guerra entre as superpotências é buscado num novo artigo quatro anos mais tarde escrito por um outro judeu sionista, mas com a receita oposta à preconizada por Goldmann. Logo após a Guerra do Yom Kippur, com o mundo ainda atordoado pelos eventos de outubro de 1973 e ainda sob os efeitos econômicos desastrosos do embargo árabe de petróleo, a solução vislumbrada pelo professor Nadav Safran, do Center for Middle East Studies da Universidade de Harvard, não é a neutralização de Israel, mas sim a formalização de uma aliança militar do país com os Estados Unidos. Mas os argumentos que desfia em “The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict”, na edição de “Foreign Affairs” de janeiro de 1974, partem de um ponto de vista bem diferente daquele expresso duas décadas antes por Abba Eban.

Judeu nascido no Cairo e combatente na Guerra de Independência, tendo emigrado em 1950 para os Estados Unidos, Safran, apesar de seu background, não toma o partido incondicional de Israel. Segundo ele, a intensidade da guerra de 1973, em que árabes e israelenses usaram material bélico em escala bem superior aos conflitos anteriores, obrigando sua reposição pelos aliados de ambos os lados (leia-se Moscou e Washington, respectivamente), aumentou as apostas para um próximo confronto.

Uma outra consequência possível [da guerra] é que o número de participantes envolvidos no conflito e o nível de seu envolvimento são propensos a aumentar, uma vez que os presentes beligerantes sejam forçados a buscar mais assistência de fontes externas. A aceleração da corrida de armas é propensa a envolver as superpotências no conflito ainda mais

profundamente do que no passado. Se isso lhes der um controle maior sobre seus respectivos clientes, a independência destes últimos ficará prejudicada. Se não der, então as chances de as superpotências ficarem diretamente envolvidas numa explosão futura terão aumentado consideravelmente.³⁹⁰

Na análise de Safran, fica claro seu temor de que a dependência de árabes e israelenses do fornecimento de armas por parte dos EUA e da URSS não seja suficiente para garantir à Casa Branca e ao Kremlin o controle sobre as decisões de seus aliados, as quais podem, aponta ele, levar justamente ao confronto direto entre americanos e russos que foi o pesadelo de todo o período da Guerra Fria. Tal temor é justificado. Do lado árabe, Sadat já dera mostras de sua independência de Moscou ao expulsar os 15 mil assessores soviéticos em 1972. Do lado israelense, ficou famosa uma frase de Moshe Dayan sobre as relações de Israel com os EUA, bem indicativa dos limites do poder de pressão de Washington: “Nossos amigos americanos nos oferecem dinheiro, armas e conselho. Pegamos o dinheiro, pegamos as armas, e declinamos o conselho”.³⁹¹

Sempre numa lógica que põe antes de qualquer outro argumento a necessidade de evitar o que se vislumbrava como a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, Safran alerta para dois aspectos da Guerra do Yom Kippur que teriam um impacto significativo nos interesses dos EUA e em sua capacidade de atuação para tentar achar uma solução ao conflito árabe-israelense: o envolvimento de países do chamado “segundo círculo” (Marrocos, Líbia, Iraque, países do Golfo, que não têm fronteiras com Israel) e a “arma do petróleo”, usada no embargo.

O maior envolvimento no conflito árabe-israelense de países que antes tinham ficado apenas marginalmente preocupados com ele torna muito mais difícil, se não impossível, para os Estados Unidos tentar contê-lo, se ele não for resolvido por meio de um “equilíbrio de forças” entre as partes envolvidas. (...) E se todo o equilíbrio entrar em colapso uma vez mais, como já aconteceu duas vezes — em 1967 e 1973 — então a guerra que se

³⁹⁰ SAFRAN, Nadav. The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974.

³⁹¹ DAYAN, Moshe, apud COHEN, Roger. Why Israel Still Refuses to Choose. *The New York Times*, 28/10/2016.

seguiria seria tão destrutiva, e suas ramificações atingiriam tão longe, que as chances de as superpotências ficarem de fora seriam praticamente nulas.³⁹²

Safran argumenta que já a Guerra do Yom Kippur causou “um confronto de adagas à mostra” entre americanos e soviéticos que fez perceber que “a détente não tinha denotado uma mudança nas relações entre as superpotências como seus defensores tinham levado todos a acreditarem”.³⁹³ Tal conclusão é central em seu posicionamento no artigo, defendendo que, para evitar o pior, será necessário um esforço conjunto entre Washington e Moscou no intuito de encontrar uma solução ao conflito árabe-israelense. Note-se que ele, dentro do espírito de détente do governo Nixon, prega a cooperação, e não explora o confronto entre as superpotências.

No caminho de tal solução, aponta Safran, está uma corrente “militante e beligerante” dentro de Israel cujas “posições prévias de rigidez” baseavam-se nas “expectativas pré-guerra universalmente compartilhadas pelos israelenses de que uma guerra na escala da que aconteceu era ‘impossível’, em vista da esmagadora superioridade militar de Israel, repetidamente reconhecida pelos próprios árabes”.³⁹⁴ Para esta corrente, segundo o analista, foi a intervenção das superpotências que impediu a vitória total e inequívoca de Israel quando o país virou o jogo na segunda fase da guerra.

O resultado disso tudo foi uma atitude que alimentou esperanças de um colapso do cessar-fogo e buscou desculpas para rompê-lo a fim de completar o serviço deixado incompleto. Mais importante ainda, o resultado foi uma disposição mental que resistiu a qualquer ideia ou sugestão que não se conformasse a noções pré-concebidas.³⁹⁵

Sem condescendências com o país por cuja criação arriscara a vida no campo de batalha duas décadas e meia antes, Safran conclui que a guerra escancarou a fragilidade de algumas dessas noções, entre as quais a da necessidade de que Israel mantivesse o domínio dos territórios tomados em 1967 como uma barreira protetora contra ataques árabes ao seu centro vital — temor que levara, como já descrito antes, a um pânico nos primeiros dias da ofensiva inimiga na Guerra do Yom Kippur. Para Safran, a corrente

³⁹² SAFRAN, Nadav. The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974.

³⁹³ Ibid.

³⁹⁴ Ibid.

³⁹⁵ Ibid.

mais moderada em Israel foi favorecida pela conscientização de que havia “mais e mais fatores relevantes para a segurança”, o que enfiou “um prego adicional no caixão da prévia atitude israelense que tinha feito do território um fetiche”.³⁹⁶ Em relação ao Egito, no escopo deste estudo, basta apenas mencionar que Safran também analisa como a evolução interna do país criou condições favoráveis para um avanço rumo a um acordo de paz.

Dentro dessa visão dos impactos e lições da Guerra do Yom Kippur, o acadêmico de Harvard prega a intervenção das superpotências como “uma necessidade imperativa” para uma solução ao conflito árabe-israelense. Mas tal intervenção, adverte, deve ser feita de maneira cuidadosa, pois

Há forças em ambos os lados da linha de frente árabe-israelense (...) que estão inclinadas em direções favoráveis à paz — como há forças que são movidas por considerações que inibiriam o necessário toma-lá-dá-cá para um acordo. Os forasteiros envolvidos devem ter cuidado para não deixar que estas últimas prevaleçam em nenhum dos lados da cerca pressionando sobre cada lado fórmulas que façam violência a preocupações ampla e profundamente compartilhadas, ou mesmo forçando qualquer fórmula cedo demais ou tarde demais.³⁹⁷

Finalizando seu artigo, Safran aponta que os israelenses querem segurança, e os árabes, soberania, e que as duas aspirações não são incompatíveis como era percebido antes da guerra, “se suficiente imaginação for aplicada na busca de uma solução e no conceito dos recursos que poderiam ser utilizados”.³⁹⁸

É importante chamar a atenção para o fato de que Safran incorpora os interesses de ambos os lados da disputa, com o olhar fixo não em favorecer *a priori* nenhuma das partes, mas sim em servir ao que vê como interesse nacional dos EUA em evitar um confronto direto com a URSS e manter os russos longe do Oriente Médio. Como meio para atingir este fim ele aponta para a necessidade de ter “suficiente imaginação”. É daí que ele tira da cartola sua proposta final de uma aliança militar entre EUA e Israel, mas

³⁹⁶ SAFRAN, Nadav. The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974..

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Ibid.

os argumentos apresentados em nada se parecem com os de Abba Eban no primeiro artigo sobre o Estado judeu em 1951.

Vinte e três anos antes, o diplomata israelense, sem fazer a mesma proposição de forma direta, ressaltou o valor militar de Israel, com seus 200 mil combatentes a oferecer a uma coalizão contra a URSS. O que Safran destaca com sua sugestão é que uma aliança formal com os EUA deixaria Israel com a tranquilidade psicológica fundamental para fazer o toma-lá-dá-cá com os árabes. Escorados no poderio bélico americano, os israelenses se sentiriam, em sua opinião, seguros para oferecer aos inimigos as concessões que o desejo destes por soberania requer. A defesa da aliança militar com Israel não é, então, pelo valor adicional que tropas do país trariam a um esquema defensivo dos EUA no Oriente Médio, mas sim por ela constituir-se na pedra angular que possibilitaria aos israelenses dar um passo decisivo na direção de um acordo de paz com os árabes. E, por conseguinte, tirar um obstáculo do caminho dos EUA na construção da *détente* com a URSS.

Outro aspecto importante de ressaltar é que a aliança militar não foi a única solução proposta por Safran. Em sua exposição final, ele diz que a segurança desejada por israelenses e a soberania almejada pelos árabes “podem ser reconciliadas em *um ou mais* dos seguintes caminhos”³⁹⁹ (grifo meu). Os outros dois são uma troca de terras que, ao mesmo tempo, tornasse o núcleo geográfico-populacional de Israel mais facilmente defensável numa guerra e desse aos árabes a contiguidade territorial que eles buscavam, ou um plano gradual de reconhecimento mútuo em troca da devolução das áreas tomadas em 1967.

3.7 Receita dupla: segurança para Israel & dignidade e território para os árabes

A importância da economia na preocupação de todos nesse momento em que o mundo sofre os efeitos do embargo do petróleo é ressaltada na edição de abril de 1974 da “Foreign Affairs”, num artigo do general Maxwell D. Taylor, ainda mais significativo porque situado fora do pacote intitulado “The Year of Economics”. Taylor discorre sobre a segurança nacional dos EUA, dentro de cujo aparato fala a partir de

³⁹⁹ SAFRAN, Nadav. The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 2, janeiro de 1974.

uma posição de destaque, uma vez que ocupou a chefia do Estado-Maior Conjunto (entre outubro de 1962 e julho de 1964, nos governos Kennedy e Lyndon Johnson) e presidiu a Junta de Aconselhamento de Inteligência da Casa Branca (entre fevereiro de 1968 e maio de 1970, nos governos Johnson e Nixon). Em “The Legitimate Claims of National Security”, ele afirma estar “plenamente convencido de que as ameaças mais formidáveis a esta nação estão no campo não-militar”.⁴⁰⁰ Soldado experimentado que lutou na Segunda Guerra, o general diz que “seria difícil esperar encontrar um exemplo melhor da seriedade de ameaças não-militares à segurança nacional do que a presente crise de energia”.⁴⁰¹

Pela voz de vários analistas de backgrounds distintos pode-se ver como as consequências da Guerra do Yom Kippur e do embargo árabe de petróleo tiveram um profundo impacto no pensamento geopolítico. Para Taylor, por causa da crise de energia

Nossos recursos nacionais em muitas formas e num amplo alcance de nossos interesses estão sob ameaça. No front doméstico, podemos enfrentar crescimento econômico retardado, custos mais altos de produção industrial, novos déficits em pagamentos internacionais, e inflação aumentada — tudo isso em sério detrimento do bem-estar individual e da qualidade de nossa vida nacional. No front internacional, a situação do petróleo será um desastre ainda maior para nossos aliados da Otan, o Japão, e muitos países em desenvolvimento apanhados no jogo de poder dos produtores de petróleo.⁴⁰²

Note-se que a preocupação de Taylor não está numa conquista dos campos petrolíferos do Oriente Médio por forças da União Soviética, mas sim nas maquinações dos próprios países produtores — árabes em sua maioria. Sob tal ponto de vista, embora Taylor não tenha tratado diretamente do tema, de nenhuma valia seria para os Estados Unidos o poderio militar de Israel em relação seus vizinhos árabes, sobretudo agora que também eles demonstraram seu valor no campo de batalha, acuando o Estado judeu numa perigosa situação da qual este precisou de ajuda maciça de Washington para sair.

Na edição de outubro de 1974, outros continuarão a aprofundar essa inquietação. Entre eles William Bundy, editor da “Foreign Affairs” com extensa carreira dentro dos

⁴⁰⁰ TAYLOR, Maxwell D. The Legitimate Claims of National Security. *Foreign Affairs*, vol. 52, n. 3, abril de 1974.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Ibid.

governos dos EUA — tanto democratas como republicanos — tendo servido em cargos de direção na CIA e na Comissão de Objetivos Nacionais (Eisenhower); como vice-secretário assistente de Assuntos de Segurança Internacional e na Secretaria da Marinha (Kennedy); como secretário de Estado assistente para o Pacífico e o Leste da Ásia (Lyndon Johnson); e brevemente como assessor para assuntos do Vietnã (Nixon). Após sair do governo, Bundy abraçou a vida acadêmica em Princeton e no MIT, e assumiu o posto na “Foreign Affairs”. Nascido em tradicional família de Boston com ligações de longa data com o poder — seu pai foi secretário de Estado assistente e o bisavô, congressista por Nova York — Bundy era um típico representante do patriciado da Costa Leste envolvido na formulação da política externa dos EUA. E reforçou tais laços com seu casamento com a filha do secretário de Estado de Truman, Dean Acheson. Seu irmão, McGeorge, também teve carreira pública, tendo servido como assessor de Segurança Nacional de Kennedy e Lyndon Johnson.

Em “International Security Today”, Bundy começa sua análise sobre a segurança internacional chamando atenção para o fato de que desde o ataque a Pearl Harbor, em 1941, os EUA foram tirados de sua propensão a sentir-se isolados das guerras e lutas de outros povos e jogados numa posição em eram “profundamente afetados por qualquer conflito substancial em qualquer parte do mundo.”⁴⁰³ O conflito árabe-israelense cai dentro dessa categoria, e ganha ainda mais substância por causa da “ofensiva soviética no Oriente Médio — uma ofensiva direcionada a uma influência efetiva nos países árabes”.⁴⁰⁴ Novamente um analista enxerga a disputa pelo prisma do confronto Leste-Oeste opondo as superpotências. Para o editor da “Foreign Affairs”,

A tentativa da União Soviética de tirar vantagem da luta árabe-israelense, por qualquer influência que possa obter, e de espalhar seus esforços por toda a área, permanece muito remanescente dos clássicos objetivos políticos russos no passado, tornados ainda mais críticos pela dependência de Europa, Japão, cada vez mais os EUA e — como é mais perceptível hoje — de uma quantidade de nações em desenvolvimento do petróleo do Oriente Médio.⁴⁰⁵

Na visão de Bundy, a perspectiva de usar o Irã ou Israel (“as nações mais poderosas militarmente na área”) como cães de guarda dos EUA no Oriente Médio só faz sentido

⁴⁰³ BUNDY, William. *International Security Today*, *Foreign Affairs*, vol. 53, n. 1, outubro de 1974.

⁴⁰⁴ *Ibid.*

⁴⁰⁵ *Ibid.*

se for baseada “nos padrões obsoletos dos anos 1950”.⁴⁰⁶ Segundo ele, nem um nem outro país, apesar de esta ser a percepção geral mesmo no mundo árabe, é subordinado aos EUA, sendo tal ideia “uma imagem profundamente falsa que dá uma impressão errônea (...) da independência e da autoconfiança dessas nações, que não são nem pelo salto mais longo de imaginação ‘Estados-clientes’”⁴⁰⁷ de Washington. Em sua opinião, os EUA veem nos dois países “nações que podem desempenhar papéis importantes numa estrutura regional de paz — mas nem por um momento por ordem americana ou pelo bem de interesses específicos americanos”.⁴⁰⁸

Os fatos mostram que a independência de Israel era uma realidade, mas uma realidade contrabalançada pela capacidade de pressão dos EUA — de quem o Estado judeu recebeu armas, dinheiro e proteção num momento crucial de sua curta existência — que impunha certos limites à sua autonomia de ação, como ficou claro no episódio em que teve de curvar-se à determinação de Washington de não exterminar o III Exército egípcio no Sinai, abrindo mão de uma vitória esmagadora na Guerra do Yom Kippur. Bundy, no entanto, parece ignorar em seu artigo o peso potencial dessas pressões — ou talvez por considerar os freios nelas atrelados pelo jogo do poder em Washington, onde já começava a despontar um poderoso lobby pró-Israel — e coloca de outra maneira o papel dos EUA na criação das condições necessárias a um acordo de paz definitivo para o conflito árabe-israelense. Para ele, os Estados Unidos poderiam, como defendeu Nadav Safran num artigo na mesma edição (explicitamente citado por Bundy), “aceitar um papel interino como garantidor dos acordos” aceitando “compromissos adicionais substanciais em relação a ambos árabes e judeus”.⁴⁰⁹ O editor da “Foreign Affairs” não vê o nacionalismo árabe sob uma luz negativa, mas sim como uma força dotada de “uma tendência arraigada (...) de resistir à influência soviética — de não se tornar dependente de nenhuma grande potência”, o que ele aponta como “uma das pedras angulares para o futuro”.⁴¹⁰ Bundy, então, apresenta o que enxerga como condição *sine qua non* para o sucesso de uma nova abordagem dos EUA que conduza à paz, atendendo ao mesmo tempo aos interesses americanos.

⁴⁰⁶ BUNDY, W. Op. cit.

⁴⁰⁷ Ibid.

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ Ibid.

Novos laços com os Estados árabes não serão permanentemente eficazes e construtivos a menos que sejam acompanhados por um acordo razoável e justo dos assuntos básicos entre os Estados árabes, e também os palestinos, e Israel. Se, o maior “se” em todo o mundo hoje, isso puder ser realizado, então e somente então a autonegação pelos soviéticos, a renúncia de seu esforço de 20 anos para pescar em águas turbulentas, seria virtualmente forçada sobre eles pela força estabilizada do sentimento árabe.⁴¹¹

O analista, no entanto, é cuidadoso em estabelecer um limite para os compromissos adicionais a serem assumidos pelos EUA, de modo a que a URSS não se sentisse afrontada e pudesse encarar a iniciativa americana como uma tentativa de transformar o Oriente Médio não num quintal de Washington, mas sim “numa área onde nenhuma grande potência se sinta ameaçada, e à qual todos tenham acesso para fins pacíficos”.⁴¹² Para dar essa segurança a Moscou, Bundy prega que “tanto quanto possível do fardo seja colocado sobre as Nações Unidas” e que “seja objeto das políticas americanas desengajar de tais compromissos tão rápido quanto possível, e no meio tempo adotar cada medida possível para assegurar-se de que a União Soviética não possa enxergá-los sob uma luz adversa”.⁴¹³ Esses compromissos, mencionados de maneira vaga, podem muito bem incorporar a ideia saída da “suficiente imaginação” de Safran, proposta em seu artigo de janeiro, mas não retomada com todas as letras no outro que ele escreveu nessa mesma edição de outubro de 1974, de uma aliança militar entre EUA e Israel. Talvez por isso Bundy tenha deixado claro que Washington deve assumir tais obrigações por tempo limitado, apenas durante o período necessário para criar as condições que levem à paz e propiciem a transformação do Oriente Médio nessa região excluída da rivalidade das superpotências — e, portanto, em sua neutralização como foco de atritos entre americanos e soviéticos.

É significativo, ainda, observar que Bundy menciona o atendimento das aspirações dos palestinos como condição para o sucesso de um processo de paz, numa das primeiras menções que eles terão em artigos na “Foreign Affairs” não apenas como refugiados. Um sinal de que já começam a tornar-se sujeitos com identidade e interesses nacionais próprios, desconectados daqueles comumente abrangidos pelo guarda-chuva semântico mais amplo do termo “árabes”. Bundy deixa bem claro que há

⁴¹¹ BUNDY, W. Op. cit.

⁴¹² Ibid.

⁴¹³ Ibid.

os “Estados árabes”, mas também “os palestinos” (o povo, não um Estado politicamente organizado). Uma visão que certamente se contrapõe à de muitos líderes de Israel, como a ex-primeira-ministra Golda Meir, que recém deixara o posto após um inquérito em que os líderes políticos foram culpados pelo fracasso inicial do país na Guerra do Yom Kippur. Uma das fundadoras do Estado judeu e figura histórica do sionismo, Golda, segundo o historiador Avi Shlaim, “nunca demonstrara qualquer interesse na opção palestina” e “se recusava a reconhecer que os palestinos eram uma nação ou que eles tivessem qualquer direito à autodeterminação nacional”.⁴¹⁴ Ao longo da década de 1970 e das seguintes, e sobretudo após os acordos de paz de Israel com o Egito e a Jordânia, os palestinos se tornaram os principais atores do lado árabe do conflito árabe-israelense, a ponto de em nossos dias esta última denominação ter caído em desuso, substituída pela expressão “conflito palestino-israelense”. Uma análise mais profunda sobre o protagonismo palestino, no entanto, fica fora do escopo desta dissertação.

Voltando à “Foreign Affairs”, no artigo de Safran citado por Bundy (“Engagement in the Middle East”), o professor do Center for Middle East Studies de Harvard volta a ancorar sua análise no interesse nacional dos Estados Unidos “pela inteira ordem futura do Oriente Médio no contexto do equilíbrio político internacional”.⁴¹⁵ E novamente esse interesse é enquadrado dentro da disputa maior da Guerra Fria, mas, desta vez, numa previsão ainda mais pessimista.

Com os eventos da guerra de outubro ainda tão recentes, não há necessidade de um esforço especial para lembrar que a guerra poderia significar confronto entre as superpotências, um golpe de morte na détente, uma crise energética revivida e intensificada, pânico na Europa, maior tensão entre os EUA e seus aliados da Otan e assim por diante.⁴¹⁶

Depois de pintar esta imagem quase apocalíptica, o autor se lança à tarefa de convencer tanto o povo americano como seus representantes no Congresso de que vale a pena, para os EUA, pagar um preço mais alto a fim de consolidar e avançar as realizações já conseguidas — através do decidido engajamento de Washington — rumo a um acordo de paz no Oriente Médio. Safran alerta que, no fim das contas, os EUA podem vir a ser chamados a um compromisso semelhante ao que assumiram com a

⁴¹⁴ SHLAIM, Avi. Op. cit., p. 354.

⁴¹⁵ SAFRAN, Nadav. Engagement in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 53, n. 1, outubro de 1974.

⁴¹⁶ Ibid.

Europa em 1947 com a Doutrina Truman, pois “uma das perspectivas mais inquietantes levantadas pela Guerra de Outubro era a de um Oriente Médio caindo sob quase exclusiva predominância soviética”.⁴¹⁷ No imediato pós-Segunda Guerra, argumenta, “o povo e o Congresso americanos aceitaram o compromisso europeu e apreciaram sua contribuição para bem-estar dos Estados Unidos e a paz no mundo”.⁴¹⁸ Safran deixa pouca margem de escolha ao povo americano ao alegar que, na verdade, os compromissos já assumidos pelo país para levar árabes e israelenses a negociarem e recuarem de posições antes mantidas com intransigência o tornaram “praticamente parte dos acordos de separação”. O que, raciocina, implica que o fracasso do processo de paz “está, portanto, fadado a envolver os EUA no conflito resultante mais diretamente e com menos discrição do que nunca antes”.⁴¹⁹ E como que aconselhando seu público leitor a refletir bem sobre a questão, ressalta: “No Oriente Médio os interesses em jogo são monumentais, se entendidos apropriadamente. (...) A riqueza e o poder americanos e a inteligência e o idealismo americanos raramente tiveram um objeto de maior valor.”⁴²⁰

Poder e idealismo. Safran junta numa só frase os dois fetiches predominantes em Washington, unindo as duas principais correntes que encarnam a atuação dos Estados Unidos no planeta — e, sobretudo, no Oriente Médio, onde constituem uma dobradinha presente desde o início das relações da jovem nação independente da América com a longínqua região a meio mundo de distância. “Quando, em 1844, o USS Independence resgatou missionários americanos em perigo no Líbano ou quando o Tennessee evacuou refugiados judeus da Palestina durante a Primeira Guerra Mundial”, assinala o historiador Michael B. Oren, “o poder não estava servindo apenas a interesses políticos ou econômicos. Estava assistindo, antes de tudo, a fê americana”.⁴²¹ Safran mobiliza essas duas forças — o desejo de poder e riqueza e um idealismo missionário — para, em consonância com seu artigo anterior de janeiro, pregar o aprofundamento do engajamento de Washington no processo de paz não no intuito de favorecer um lado em detrimento do outro, mas sim de alcançar um entendimento que atenda as aspirações de todos, inclusive dos próprios Estados Unidos. “A perspectiva da ascendência americana depende da assistência dos EUA na concretização da paz, e da manutenção

⁴¹⁷ SAFRAN, Nadav. Engagement in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 53, n. 1, outubro de 1974.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ Ibid.

⁴²¹ OREN, M.B. Op. cit., p. 13.

de boas relações com Israel bem como com os Estados árabes, conservadores e também radicais”,⁴²² assegura ele. Nisso, Safran segue a mesma trilha de Nolte e Polk em seu artigo de 1958, citado anteriormente, ao alertarem que “no longo prazo, a política externa numa dada área não pode ter sucesso a menos que leve em consideração os desejos e medos dominantes dos povos que vivam ali”.⁴²³

Assim, conquanto defenda um compromisso americano maior com a defesa de Israel — um país obcecado com as ameaças dos radicais árabes de “empurrar os judeus para o mar” — Safran consegue ver com bons olhos também a oferta de um reator nuclear ao Egito dentro do mesmo pacote de boa vontade. A aliança americana com Israel, então, não é construída ao redor dos temores de aniquilação do país, mas sim em termos de um benefício para todos na disputa, implicando inclusive concessões difíceis por parte do Estado judeu. Concessões estas que, em última análise, irão ao encontro do interesse nacional dos Estados Unidos.

⁴²² SAFRAN, N. Engagement in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 53, n. 1, outubro de 1974.

⁴²³ NOLTE, Richard H.; POLK, William R. Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve início a partir de uma questão que sempre me acompanhou nos 20 anos em que tenho atuado na área de jornalismo internacional: por que uma superpotência como os Estados Unidos vem se empenhando tão inequívoca e decididamente, por décadas, na defesa dos interesses de um país tão pequeno e desprovido de recursos naturais como Israel? Quais as razões por trás de um posicionamento que, muitas vezes, parece ser claramente contrário aos interesses mesmos do país, de forma a suscitar um debate contínuo nos meios acadêmicos dos próprios Estados Unidos sobre sua conveniência?

Com a intenção de buscar uma resposta — ou pelo menos parte dela — escolhi a revista “Foreign Affairs”, porta-voz de uma instituição-chave quase centenária com atuação nas margens da formulação da política externa americana, o Council on Foreign Relations (CFR). Ali, entre artigos da nata do mundo acadêmico, político e diplomático tanto dos Estados Unidos como do resto do planeta, era minha intenção procurar os argumentos culturais e estratégicos usados por seus articulistas para fundamentar o que se tornou um inabalável apoio americano a Israel, independentemente do partido no poder na Casa Branca ou no Congresso.

Foram analisados 51 artigos de 47 autores sobre a política externa americana (16 autores/16 artigos), Oriente Médio (29 autores/33 artigos) e economia pós-1973 (2 autores/2 artigos) — os do Oriente Médio com ênfase em questões estratégicas envolvendo Israel e os vizinhos árabes com os quais o Estado judeu esteve em conflito desde sua fundação em 1948. Desses 47 autores, pelo menos 26 foram ou são ainda membros do CFR (dois outros podem ter sido, mas não foi possível checar em mais de uma fonte quando havia dúvida), num percentual de 57%. Dos que escreveram sobre Oriente Médio, 17 dos 29 (58%) articulistas têm ou tiveram vínculo com a instituição — se excluídos os 8 que por serem estrangeiros não podem/podiam ser membros do CFR, o percentual aumenta para 81% (17 entre 21). Ainda entre os 21 americanos que escreveram sobre Oriente Médio, 11 ocuparam cargos públicos no governo federal americano — sendo que 3 estavam exercendo as funções no momento da publicação de seus artigos, 5 já tinham deixado o governo, 1 ainda viria a entrar, e 2 estavam no interregno entre dois períodos de serviço público. Entre os 16 que escreveram sobre política interna ou externa americana, 9 (56%) têm ou tinham vínculos com o CFR —

se excluídos os 2 britânicos, que não poderiam pertencer à entidade, o percentual sobe para 64%. Dos 14 americanos neste grupo, 11 ocuparam funções públicas em diversas áreas. Alguns fizeram carreira nos quadros do CFR; os outros encontraram espaço de opinião na “Foreign Affairs” por ocuparem ou terem ocupado posições de destaque em sua área de atuação como estadistas, políticos, diplomatas, militares, acadêmicos e historiadores. A grande incidência de membros do CFR entre os articulistas e a quantidade deles com passagem por cargos públicos é um indicativo de como a organização usa a “Foreign Affairs” como plataforma para seus integrantes, e como eles estão de alguma forma integrados à formulação das políticas interna e externa dos Estados Unidos — incluindo no que diz respeito ao Oriente Médio.

O período a que me propunha abarcar inicialmente na pesquisa, de 1947 a 1993, abrangia das vésperas do nascimento do Estado de Israel, quando houve a votação para a criação do país na ONU, até a assinatura dos Acordos de Oslo, momento em que surgiu a Autoridade Nacional Palestina (ANP), outro marco importante na disputa no Oriente Médio. Nas duas ocasiões, a posição dos Estados Unidos foi decisiva. No entanto, no decorrer da pesquisa, ao deparar-me com o material estudado, fui levado a reavaliar os dois marcos temporais, antecipando em alguns anos o primeiro e encurtando em duas décadas o segundo. Em sua forma final, este trabalho acabou debruçando-se sobre o período entre 1945 e 1975. Na ponta inicial, pareceu-me necessário avaliar a postura dos Estados Unidos logo a partir do fim da Segunda Guerra, quando o país foi guindado à sua condição de superpotência, saindo do choque com o nazifascismo para entrar na disputa mundial com a União Soviética na Guerra Fria.

Nesse sentido, o que *não* encontrei foi tão importante quanto o que encontrei. A verificação de que entre o fim da Segunda Guerra na Europa, em meados de 1945, e o primeiro artigo sobre Israel, em abril de 1951, foram publicados ao todo 293 artigos na “Foreign Affairs”, sem que nenhum deles se dedicasse à épica luta em torno da recriação do moderno Estado judeu, foi uma indicação importante de que este começou sua existência longe das prioridades visíveis da política externa americana na maneira como eram concebidas por uma parte crucial da elite envolvida em sua formatação. Por outro lado, após as guerras dos Seis Dias, em 1967, e do Yom Kippur, em 1973, quando os Estados Unidos se perfilaram como aliados decididos de Israel contra os árabes, também ficou claro que, já tendo ocorrido historicamente a mudança que eu buscava na

orientação de Washington na construção da aliança, não seria necessário continuar a partir dali.

Uma outra reavaliação que decidi fazer foi restringir a pesquisa aos elementos estratégicos da aliança, deixando de lado os culturais. Tal decisão decorreu de dar-me conta, após ter sido orientado e aconselhado, de que a verdadeira riqueza da minha fonte — por suas características de porta-voz de um centro de estudos e formulação de políticas intimamente ligado ao establishment americano — se encontrava não na análise do imaginário envolvido na questão, mas sim nas argumentações em torno da validade estratégica da aliança entre Estados Unidos e Israel. Elementos ligados ao imaginário existem, sim, mas ficam em segundo plano em artigos elaborados fundamentalmente sobre considerações de ordem política, econômica, diplomática e militar. Creio que nenhuma das duas mudanças no foco original alterou de forma significativa o resultado a que me propus buscar, pelo menos no âmbito das possibilidades oferecidas pela revista.

Após vasculhar 30 anos de edições da publicação, esperaria ter encontrado um quadro mais claro e objetivo das possíveis razões estratégicas — da maneira como foram expressas na “Foreign Affairs” — que levaram à aliança entre Estados Unidos e Israel no formato em que se apresenta nos dias atuais. Entretanto, não foi o caso. Não há uma argumentação inequívoca que justifique o sólido apoio encontrado pelo Estado judeu junto ao poderoso aliado, apoio esse mantido às custas de vários graus de desgaste de sucessivos governos americanos diante de dezenas de outros países e de uma parcela da opinião pública interna. Ao contrário da Europa Ocidental ou do Japão, que constituem claramente zonas de interesse nas quatro categorias acima citadas, Israel apresenta-se como recurso estratégico evidente apenas na militar. Mesmo assim, como apontou Dankwart Rustow em 1956, o potencial de tal contribuição foi devidamente contrabalançado pelo custo político e diplomático que acarretaria a eventual inclusão do país num esquema defensivo formal contra a União Soviética nos moldes da Otan ou do Pacto de Bagdá. E mesmo se depois de 1967 a capacidade militar de Israel passou a ser vista como mais preciosa para os Estados Unidos, ainda assim não foram poucos os articulistas que insistiram na opinião de que o preço a pagar com a inimidade árabe era alto demais. Se, de um lado, o poderio militar israelense e a estabilidade do país eram valorizados, do outro, chamava-se a atenção para a brecha que a aliança com Israel abria à penetração soviética na região, ameaçando interesses vitais americanos.

É importante ressaltar que não foi objeto desta pesquisa verificar caso a caso a correspondência entre o que os autores dos artigos — quando ocupantes de cargos públicos — disseram e as políticas implantadas por seus países. Em alguns casos foi possível estabelecer esta correspondência, como mostra de que seus discursos públicos poderiam, sim, ser a representação verbal da atuação dos governos dos quais faziam parte. Como por exemplo entre o artigo de Dulles nos anos 1950 e a política de formação de alianças militares perseguida pelos Estados Unidos na época. Mas se Sadat falava a sério em 1972 ao negar ser intenção do Egito o extermínio de Israel, só poderíamos saber de verdade se os exércitos egípcio e sírio tivessem se encontrado em Tel Aviv e Jerusalém no ano seguinte. Mas pesa a favor do sucessor de Nasser o fato de que sete anos depois ele assinou um histórico tratado de paz entre os dois países, numa prova de que seu interesse nacionalista em recuperar os territórios perdidos na guerra de 1967 se sobrepuja a qualquer outra forma de hostilidade ao Estado judeu. No entanto, tal comprovação não é central nem imprescindível ao escopo desta dissertação.

Entendo que uma limitação existente é que não posso saber se o que um determinado articulista diz em público corresponde exatamente ao que ele pensa. Como apontei na introdução, o discurso pode ser ajustado aos ouvidos das pessoas a quem ele é dirigido. Nesse sentido, no entanto, tal limitação não me parece invalidar o conteúdo do que é dito, uma vez que o mais importante é justamente saber que argumentos, ideias e informações os autores dos artigos mobilizam para levar seu ponto de vista aos leitores. Como pude constatar ao ler a bibliografia usada como suporte à fonte original, às vezes os atores históricos confiam apenas a suas formas privadas de expressão — como cartas ou diários — seus verdadeiros pensamentos, assumindo em público posicionamentos mais condizentes com o que seria razoável esperar deles. Ou às vezes nem a seus próprios diários ousam confessar intenções encobertas. Mas, para os fins desta pesquisa, é justamente a face pública que interessa, uma vez que é sobre ela que se constrói a ponte entre intenções e argumentos.

Procurei conectar objetivos gerais da política externa dos Estados Unidos, da forma como foram apresentados nos artigos, com os discursos sobre o conflito árabe-israelense, e mais especificamente sobre o papel vislumbrado para Israel na região. Um dos aspectos fundamentais na condução da pesquisa foi a consideração de como Israel figurava dentro dos interesses nacionais dos EUA. É importante ressaltar que tais interesses podem sofrer ajustes de um governo para outro, mas muitas vezes — como

ficou claro com o NSC 68, de 1950, que definiu as prioridades externas do país no período da Guerra Fria — têm vigas mestras que os estabelecem como políticas de Estado. Foi justamente dentro dessa perspectiva, que transformou Israel num interesse de Estado, e não dos eventuais ocupantes da Casa Branca ou de maiorias partidárias transitórias no Congresso americano, que minha leitura dos artigos foi orientada.

Minha hipótese inicial, ao começar a pesquisa, era de que a defesa de Israel como um recurso estratégico dos Estados Unidos estivesse presente de forma sólida desde os primeiros anos, ou que tal construção fosse sendo feita consistentemente ao longo do período estudado, de maneira a não deixar dúvidas sobre a validade da aliança americana com o Estado judeu no momento em que ela se apresentasse de forma incontestável na História. Não foi o que encontrei nas três décadas estudadas. Pude constatar que a Guerra Fria foi o fator dominante nas relações internacionais no período e que aparece como pano de fundo da maioria das análises feitas. E que a década de 1950 solidificou as preocupações da classe dominante dos EUA com o Oriente Médio, fato observável na “Foreign Affairs” pelo aumento considerável do número de artigos sobre a região em suas edições. Também é perceptível que existe, sim, mesmo entre os articulistas árabes ou americanos arabistas, o reconhecimento da existência de Israel — se nem sempre de seu direito histórico, ao menos do fato consumado realizado em 1948.

Não é possível, porém, visualizar uma importância incontestável de Israel para os interesses nacionais americanos nem uma defesa majoritária das políticas e necessidades do Estado judeu, da forma como levadas a cabo ou expressas por seus governantes. Não há nos artigos uma preponderância de pontos de vista que justifiquem o alinhamento decidido dos Estados Unidos ao lado de Israel construído paulatinamente após a Segunda Guerra, e consolidado a partir da Guerra dos Seis Dias. Nem que possam fundamentar a grande independência de ação que Israel obteve — sem ver ameaçado seu status de maior recipiente de recursos internacionais por parte dos Estados Unidos — diante do que se poderiam considerar os interesses nacionais americanos. Há um claro contraste nas avaliações de historiadores de hoje sobre o posicionamento dos EUA em relação a Israel após 1967, enxergando no país um recurso estratégico, e os artigos escritos na época por diversos articulistas, que não viam a questão por esse prisma. Mesmo entre os próprios articulistas judeus americanos cujas análises foram utilizadas nos capítulos 2 e 3, nos quais foi abordada a importância estratégica e militar de Israel para os EUA, a maioria não se posicionou visivelmente a

favor de Israel e de suas reivindicações — dos seis listados, apenas dois podem ser classificados nesta categoria, enquanto os demais são neutros, críticos ou indiferentes. Um sétimo provavelmente judeu (Arnold Rivkin) se alinhou a Israel. Entre os americanos não-judeus, também prevaleceu a neutralidade em relação a Israel, com 10 entre os 14 adotando essa posição, enquanto críticos e favoráveis se equilibravam com 2 cada. E até um sionista histórico como Nahum Goldmann foi bastante duro com Israel, não poupando o país de admoestações.

Desta maneira, todo o mencionado anteriormente deixa em aberto hipóteses que poderão ser exploradas por outros estudos. Algumas delas já se deixam vislumbrar nos artigos da própria “Foreign Affairs”, mas ficaram fora da análise proposta por esta dissertação. Podemos, no entanto, apontar os elementos que indiquem possíveis caminhos. Aspectos culturais, políticos e morais a todo momento entremeiam discursos sobre a atuação externa dos Estados Unidos, muitas vezes servindo de apoio às considerações estratégicas.

No aspecto cultural, contrastes entre representações de árabes de um lado e judeus/israelenses e americanos do outro deixam a sugestão de que os primeiros podem ter sido prejudicados por estereótipos comparáveis desfavoravelmente aos demais, como já apontou Edward Said em seu clássico sobre o orientalismo. Os árabes, como ficou claro no artigo de Charles Malik em 1952, desde o início perceberam-se em desvantagem para disputar o favor dos EUA com os israelenses. No aspecto político, mais de um autor fez menção ao poder do lobby pró-Israel nos Estados Unidos, apontado como importante força motora por trás das decisões americanas em relação ao aliado. No aspecto moral, a referência aqui e ali ao Holocausto serve como pano de fundo para justificar reivindicações e tomadas de posição de Israel. Tal como quedas de aviões, sempre atribuídas a um conjunto de fatores e nunca exclusivamente a um em particular, muito provavelmente será a junção de todos estes fatores e mais os interesses estratégicos citados, e ainda algum outro que tenha me escapado, que poderá, no fim das contas, oferecer uma explicação abrangente para minha dúvida inicial.

No que diz respeito a essa dúvida, é curioso notar que a aliança militar formal entre Estados Unidos e Israel, da maneira como foi pregada por Nadav Safran e Nahum Goldmann, nunca foi realizada. Tal fato chama a atenção, dado que os Estados Unidos se engajaram formalmente em compromissos militares de defesa com dezenas de países

após a Segunda Guerra, numa reviravolta do que foi o seu comportamento internacional desde a independência em 1776. Já em 1967, a Comissão de Relações Exteriores do Senado americano informava ao Departamento de Estado que Washington havia contraído obrigações do tipo com 42 países. Mas, como disse o historiador David Fromkin no artigo “Entangling Alliances”, de julho de 1970, “tratados de aliança são supervalorizados”.⁴²⁴ Ele lembra que nos cem anos anteriores a 1941, quando os americanos entraram na Segunda Guerra, os Estados Unidos e o Reino Unido jamais tiveram um tratado formal, mas ainda assim agiram como aliados. “Quando identidade de interesses existe entre as partes”, diz Fromkin, “um tratado usualmente não é necessário; quando ela não existe, frequentemente um tratado não é cumprido”.⁴²⁵

No caso de Israel, a História vem mostrando que o historiador tem razão. A despeito de razões estratégicas não aparecerem de forma irrefutável, nas páginas da “Foreign Affairs”, para justificar o grau incomparável de apoio que o país alcançou por parte dos Estados Unidos, claramente existe uma identidade de interesses. Caso contrário, o sólido relacionamento entre americanos e israelenses dificilmente se sustentaria por tanto tempo diante das turbulências que tem enfrentado. Este trabalho buscou identificar indícios de como parte dessa identidade de interesses se construiu e vem se mantendo. Alguma coisa encontrou, e espero ter colocado uma peça a mais no quebra-cabeças em que consiste a explicação para essa “nova aliança de Abraão”, em que os descendentes do antigo patriarca hebreu voltaram a forjar, milênios depois do que indica a tradição judaico-islâmico-cristã, uma relação especial com um Poder Supremo — desta vez o das relações internacionais, garantindo proteção para a terra onde voltaram a se estabelecer após dois mil anos de diáspora. O que não encontrou, porém, deixa espaço para outros estudos colocarem ainda mais peças, ajudando a completar o desenho do que possa ser uma explicação convincente desse aspecto primordial para o entendimento da História do Oriente Médio no último meio século.

⁴²⁴ FROMKIN, David. Entangling Alliances. *Foreign Affairs*, vol. 48, n. 4, julho de 1970.

⁴²⁵ FROMKIN, David. Op. Cit.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Cecília. A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA. *Tempo*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, vol. 6, n. 11, julho de 2001.

BADEAU, John. *The American Approach to the Arab World*. New York: Harper & Row, 1968.

BARD, Mitchell G. *Mitos e fatos - a verdade sobre o conflito árabe-israelense*. São Paulo: Sefer, 2004.

BECKER, Jean-Jacques. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

COSTIGLIOLA, Frank; PATERSON, Thomas G. Defining and Doing the History of United States Foreign Relations: a Prime. In: HOGAN, Michael; PATERSON, Thomas G. *Explaining the History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge University Press, 2004.

COTTAM, Richard. U.S. Policy in the Middle East. In: HOOSHANG, A. *The United States and the Middle East*. Albany: State University of New York Press, 1993.

DERSHOWITZ, Alan. *Em defesa de Israel*. São Paulo: Nobel, 2004.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DRUKS, Herbert. *The Uncertain Alliance - the U.S. and Israel from Kennedy to the Peace Process*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault – arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GARDNER, Lloyd C. *Three Kings — the rise of na American Empire in the Middle East after World War Two*. New York: The New Press, 2009.

GIRARD, A. A opinião pública, apud BECKER, J.J. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos – a consolidação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KARNOW, Stanley. *Vietnam – a history*. New York: Viking Press, 1983.

KERSHAW, Ian. *De volta do inferno – Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LINO, Flávio Henrique Saraiva. *Americanos e israelenses: dois povos, identidades paralelas*. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação Lato Sensu em História Contemporânea). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

MAGNOLI, Demetrio. Guerras da Indochina. In: MAGNOLI, Demetrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAKDISI, Ussama. *Faith Misplaced – The Broken Promise of U.S. Arab Relations: 1820-2001*. New York: Public Affairs, 2010.

MEAD, Walter Russell. *Uma orientação especial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

MIDDLEKAUF, Robert. Ritualização da Revolução Americana. In: COBEN, Stanley.; RATNER Norman (Org). *O desenvolvimento da cultura americana*. Rio de Janeiro: Editora Anima, 1985.

MILTON-EDWARDS, Beverley. *The Israeli-Palestinian Conflict – A People's War*. London: Routledge, 2009.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OREN, Michael B. *Power, Faith and Fantasy – America in the Middle East 1776 to the Present*. Nova York: W.W. Norton & Company, Inc, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

REIS, Daniel Aarão. A aventura política dos intelectuais russos em meados do século XIX. In: RIDENTI, Marcelo et al. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ROSS, Dennis. *Doomed to Succeed – The U.S.-Israel Relationship from Truman to Obama*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Editora Fissus, 2004.

SHOUP, Lawrence H.; MINTER, William. *Imperial Brain Trust – The Council on Foreign Relations & United States Foreign Policy*. Lincoln: Authors Choice Press, 2004.

SMALL, Melvin. *Democracy & Diplomacy — The Impact of Domestic Politics on U.S. Foreign Policy, 1789-1994*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

SMITH, J.A. *The Idea Brokers – Think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991.

SPIEGEL, Steven. L. *The other Arab-Israeli Conflict – Making America’s Middle East Policy from Truman to Reagan*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

TYLER, Patrick. *A World of Trouble - The White House and the Middle East: from the Cold War to the War on Terror*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.

WODAK, Ruth et alii. *The discursive construction of national identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

ZAMERET, Zvi. *The Melting Pot in Israel*. Albany: State University of New York Press, 2002.

ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492 to present*. Nova York: Harper Perennial, 1995.

TEXTOS DA INTERNET

AVISHAI, Bernard. Netanyahu and the Republicans. *The New Yorker*, 4/2/2015. Disponível em: < <http://www.newyorker.com/news/news-desk/netanyahu-republicans>>. Acesso em: 15/3/2016.

BAKER, Peter. In Congress, Netanyahu faults ‘bad deal’ on Iran Nuclear Program, *The New York Times*, 3/3/2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/03/04/world/middleeast/netanyahu-congress-iran-israel-speech.html?_r=0>. Acesso em: 15/3/2016.

BROOKS, Arthur C. A formula for happiness, *The New York Times*, 14/12/ 2013. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2013/12/15/opinion/sunday/a-formula-for-happiness.html>>. Acesso em: 14/5/2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Prospects for an Inclusive Middle East Defense Organization/SE-23*, 17/3/1952. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0001356471.pdf. Acesso em: 20/4/2017.

COHEN, Roger. Why Israel Still Refuses to Choose. *The New York Times*, 28/10/2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/10/30/opinion/sunday/why-israel-still-refuses-to-choose.html?_r=0>. Acesso em: 2/2/2017.

COREN, Ora; FELDMAN, N. U.S Aid to Israel totals \$ 233,7b Over Six Decades. *Haaretz*, 20/3/2013. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/business/u-s-aid-to-israel-totals-233-7b-over-six-decades.premium-1.510592>>. Acesso em: 16/3/2016.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. 2014 Annual Report, p. 5. Disponível em: <goo.gl/EiZRpg>. Acesso em: 3/12/2016.

_____. *2015 Annual Report*. P. 16. Disponível em: <goo.gl/ElvORR>. Acesso em: 3/12/2016.

_____. Demographics, *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/demographics>. Acesso em: 18/3/2016.

_____. *Foreign Affairs Again Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion-Leader Study*. Disponível em: <http://www.cfr.org/world/foreign-affairs-again-ranked-most-influential-all-media-us-opinion-leader-study/p12277>. Acesso em: 20/3/2016.

_____. *Mission Statement*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/about/mission.html>>. Acesso em: 17/3/2016.

COUNCIL on Foreign Relations. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Council_on_Foreign_Relations>. Acesso em: 17/3/016.

DEMOGRAPHIC HISTORY OF PALESTINE. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Demographic_history_of_Palestine>. Acesso em: 21/3/2016.

HISTORY OF AMERICAN NEWSPAPERS. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_American_newspapers>. Acesso em: janeiro de 2017.

HULSE, Carl. Netanyahu Event Similar to a State of the Union Address, but More Electric, *The New York Times*, 3/3/2015. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2015/03/04/us/politics/benjamin-netanyahus-speech-reminiscent-of-a-state-of-the-union-address.html>. Acesso em: 15/3/2016.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.N. Security Council: U.S. Vetoes of Resolutions Critical to Israel*. Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/UN/usvetoes.html>. Acesso em: 16/3/2016.

____ JEWISH VIRTUAL LIBRARY. *U.S. Presidents & Israel: Quotes About Jewish Homeland & Israel*. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/US-Israel/presquote.html>>. Acesso em: 9/1/2017.

KISSINGER, Henry. Apud Alexander Griffing. Audio: Kissinger and Nixon Discuss Why Soviet Jews 'Are None of Our Business'. *Haaretz*, 4/8/2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/jewish/features/1.608032>>. Acesso em: 1/4/2017.

LABORIE, Pierre. De l'opinion publique à l'imaginaire social. *Vingtième Siècle*, 1988, v.18, n.1.
Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1988_num_18_1_4857>
Acesso em: 30/4/2016.

LADEN, Osama bin. Bin Laden's 'letter to America'. *The Guardian*, 24/11/2002.
Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2002/nov/24/theobserver>>. Acesso em: 27/4/2016.

LIST OF MAGAZINES BY CIRCULATION. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_magazines_by_circulation. Acesso em: 18/3/2016.

LOBE, J. *Realists rule?*. Inter Press Service News Agency, 19/8/2005. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2005/08/politics-us-realists-rule/>>. Acesso em: 17/3/2016.

MASS media. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Mass_media>. Acesso em: 17/3/2016.

MEARSHEIMER, J.J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy, *Middle East Policy*, vol XIII, No. 3, Fall 2006. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/IsraelLobby.pdf>>. Acesso em: 16/3/2016.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *A Report to the National Security Council NSC-68*, p. 4. Truman Library. University of Missouri. Disponível em: <<http://bit.ly/23bvLGU>>. Acesso em: 31/3/2017.

NATO ARCHIVES. Disponível em: <<http://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/9.htm>>. Acesso em 8/1/2017.

RAVID, Barak. Susan Rice: Netanyahu's Congress Speech Destructive to Israel-US Ties. *Haaretz*, 25/2/2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/premium-1.644119>>. Acesso em: 16/3/2015.

ROPER Center, Cornell University. *Yankee Doodle Polling: Public Opinion on patriotism*. Disponível em <<http://ropercenter.cornell.edu/yankee-doodle-polling-public-opinion-on-patriotism/>>. Acesso em: 20/5/2016.

SALGADO NETO, Luiz. Uma pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1706.pdf>>. Acesso em: 17/4/2016.

SHOUP, Laurence H. *Wall Street's Think Tank*, p. 64 e 65. Disponível em: <goo.gl/XV176d>. Acesso em: janeiro de 2017.

SMALL, M. *Public Opinion and Historians: interdisciplinary perspectives*. Apud NETO, Luiz.Salgado. Uma pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948), p. 21. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1706.pdf>>. Acesso em: 17/4/2016.

SUPERVILLE, Darlene. Obama: US always has been a nation of immigrants. *Associated Press*, 4/7/2014. Disponível em: <<http://lasvegassun.com/news/2014/jul/04/obama-us-always-has-been-nation-immigrants/>>. Acesso em: 27/4/2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. P. 606. Indianapolis: Liberty Fund, Inc, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1DA9AtU>>. Acesso em: 1/4/2017.

US. DEPARTMENT OF STATE. *Visits by Foreign Leaders of Israel*. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/visits/israel>>. Acesso em: 16/3/2016.

WHITE, Theodor H. The Action Intellectuals, *Life* (9 junho 1967), p. 44. Disponível em: <goo.gl/2NTKXB>. Acesso em: 1/12/2016.

TEXTOS DA “FOREIGN AFFAIRS”

ARMSTRONG, Hamilton Fish. Then and now. *Foreign Affairs*, vol. 41, n.1, outubro de 1962. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1962-10-01/then-and-now>>. Acesso em: 22/4/2016.

BADEAU, John S. The Middle East: Conflict in Priorities. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.2, janeiro de 1958. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1958-01-01/middle-east-conflict-priorities>>. Acesso em: 10/1/2017.

BALDWIN, Hanson W. Strategy of the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 35, n.4, julho de 1957. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-kingdom/1957-07-01/strategy-middle-east>>. Acesso em: 9/4/2017.

BALL, George W. Slogans and Realities. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.4, julho de 1969. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1969-07-01/slogans-and-realities>>. Acesso em: 17/1/2017.

BELOFF, Max. No Peace, No War. *Foreign Affairs*, vol. 27, n.2, janeiro de 1949. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1949-01-01/no-peace-no-war>>. Acesso em: 11/4/2016.

BENNET JR, Douglas J. Foreign Policy and the Democratic Process: Congress in Foreign Policy: Who needs it? *Foreign Affairs*, vol. 57, n.1, Outubro de 1978. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1978-09-01/foreign-policy-and-democratic-process-congress-foreign-policy-who-needs-it>>. Acesso em: 1/5/2016.

BOWLES, Chester. Toward a New Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol. 40, n.2, janeiro de 1962. Disponível em:<<https://www.foreignaffairs.com/articles/1962-01-01/toward-new-diplomacy>>. Acesso em: 3/5/2016.

BUNDY, McGeorge. Imperatives of Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 31, n.1, novembro de 1952. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1952-10-01/november-1952-imperatives-foreign-policy>>. Acesso em: 17/4/2016.

_____. The End of Either/Or. *Foreign Affairs*, vol. 45, n.2, janeiro de 1967. Disponível em:<<https://www.foreignaffairs.com/articles/1967-01-01/end-eitheror>>. Acesso em: 22/4/2016.

BUNDY, William. International Security Today. *Foreign Affairs*, vol. 53, n.1, outubro de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-10-01/international-security-today>>. Acesso em: 5/2/2017.

CAMPBELL, John C. From doctrine to policy in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 35, n.3, abril de 1957. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1957-04-01/doctrine-policy-middle-east>>. Acesso em: 2/4/2016 e 15/4/2017.

DAYAN, Moshe. Israel's border and security problems. *Foreign Affairs*, vol. 33, nº 2, janeiro de 1955. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1955-01-01/israels-border-and-security-problems>>. Acesso em: 9/5/ 2016.

DIEBOLD Jr., William. The Year of Economics: US Trade Policy: The New Political Dimensions. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-04-01/year-economics-us-trade-policy-new-political-dimensions>>. Acesso em: 4/2/2017.

DULLES, John Foster. Challenge and response in United States Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.1, outubro de 1957. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1957-10-01/challenge-and-response-united-states-policy>>. Acesso em: 7/4/2016.

_____. Policy for Security and Peace. *Foreign Affairs*, vol. 32, n.3, abril de 1954. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1954-04-01/policy-security-and-peace>>. Acesso em: 9/5/2016.

EBAN, Abba. Israel: the Emergence of a Democracy. *Foreign Affairs*, vol. 29, n.3, abril de 1951. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1951-04-01/israel-emergence-democracy>>. Acesso em: 21/5/2016.

_____. Reality and Vision in the Middle East — an Israeli view. *Foreign Affairs*, vol. 43, n.4, julho de 1965. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1965-07-01/reality-and-vision-middle-east>>. Acesso em: 9/1/2017.

FROMKIN, David. Entangling Alliances. *Foreign Affairs*, vol. 48, n.4, julho de 1970. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1970-07-01/entangling-alliances>>. Acesso em: 8/4/2017.

GOLDMANN, Nahum. The Future of Israel. *Foreign Affairs*, vol. 48, n.3, abril de 1970. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1970-04-01/future-israel>>. Acesso em: 26/1/2017.

HAMILTON, L. H.; VAN DUSEN, M.H. Foreign Policy and the Democratic Process: Making the Separation of Powers Work. *Foreign Affairs*, vol. 57, n.1, Outubro de 1978. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1978-09-01/foreign-policy-and-democratic-process-making-separation-powers-work>>. Acesso em: 5/5/2016.

HOTTINGER, Arnold. The Depth of Arab Radicalism. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.3, abril de 1973. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1973-04-01/depth-arab-radicalism>>. Acesso em: 9/4/2017.

HUMPHREY, Hubert H. The Senate in Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 37, n.4, julho de 1959. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1959-07-01/senate-foreign-policy>>. Acesso em: 27/4/2016.

KENNAN, George F. After the Cold War. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.1, outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ united-states/1972-10-01/after-cold-war>>. Acesso em: 22/1/2017.

KENNEDY, John Fitzgerald. A Democrat Looks at Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.1, outubro de 1957. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ united-states/1957-10-01/democrat-looks-foreign-policy>>. Acesso em: 4/4/2016.

KISSINGER, Henry A. Reflections on American Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol. 35, n.1, outubro de 1956. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ united-states/1956-10-01/reflections-american-diplomacy>>. Acesso em: 12/4/2016.

LAQUEUR, Walter. Russia Enters the Middle East. *Foreign Affairs*, janeiro de 1969. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ russian-federation/1969-01-01/russia-enters-middle-east>. Acesso em: 25/1/2017.

LEVY, Walter J. Issues in International Oil Policy. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.2, abril de 1957. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1957-04-01/issues-international-oil-policy>>. Acesso em: 9/4/2017.

LEWIS, Bernard. The Arab-Israeli War. *Foreign Affairs*, vol. 46, n.2, janeiro de 1968. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1968-01-01/arab-israeli-war>>. Acesso em: 13/1/2017.

_____ The Great Powers, the Arabs and the Israelis. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.4, julho de 1969. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ russian-federation/1969-07-01/great-powers-arabs-and-israelis>>. Acesso em: 18/1/2017.

LINDSAY, John V. For a New Policy Balance. *Foreign Affairs*, vol. 50, n.1, outubro de 1971. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ vietnam/1971-10-01/new-policy-balance>>. Acesso em: 6/5/2016.

MALIK, Charles. The Near East: The Search for Truth. *Foreign Affairs*, vol. 30, n.2, janeiro de 1952. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ middle-east/1952-01-01/near-east-search-truth>>. Acesso em: 9/1/2017.

MEIR, Golda. Israel in Search of Lasting Peace. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.3, abril de 1973. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ israel/1973-04-01/israel-search-lasting-peace>. Acesso em: 10/4/2017.

MOYERS, Bill D. One Thing we Learned. *Foreign Affairs*, vol. 46, n.4, julho de 1968. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ vietnam/1968-07-01/one-thing-we-learned>>. Acesso em: 24/4/2016.

NASSER, Gamal Abdel. The Egyptian revolution, *Foreign Affairs*, vol. 33, nº 2, janeiro de 1955. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1955-01-01/egyptian-revolution>>. Acesso em: 3 de janeiro de 2016.

NICOLSON, Harold. Diplomacy then and now. *Foreign Affairs*, vol. 40, n.1, outubro de 1961. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1961-10-01/diplomacy-then-and-now>>. Acesso em: 20/4/2016.

NOLTE, Richard H, e POLK, William R. Toward a Policy for the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 36, n.4, julho de 1958. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1958-07-01/toward-policy-middle-east>>. Acesso em: 16/1/2017.

PATTERSON, Gardner. Israel's Economic Problems. *Foreign Affairs*, vol. 32, n.2, janeiro de 1954. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1954-01-01/israels-economic-problems>>. Acesso em: 8/1/2017.

PERETZ, Don. The Arab Refugee Dilemma. *Foreign Affairs*, vol. 33, n.1, outubro de 1954. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/palestinian-authority/1954-10-01/arab-refugee-dilemma>>. Acesso em: 9/4/2017.

ROCKEFELLER, Nelson A. Purpose and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 38, n.3, abril de 1960. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1960-04-01/purpose-and-policy>>. Acesso em: 14/4/2016.

POLK, William R. The Nature of Modernization. *Foreign Affairs*, vol. 44, n.1, outubro de 1965. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/1965-10-01/nature-modernization>>. Acesso em: 15/1/2017.

POLLACK, Gerald A. The Year of Economics: The Economic Consequences of the Energy Crisis. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-04-01/year-economics-economic-consequences-energy-crisis>>. Acesso em: 4/2/2017.

RIVKIN, Arnold. Israel and the Afro-Asian World. *Foreign Affairs*, vol. 47, n.3, abril de 1959. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/ghana/1959-04-01/israel-and-afro-asian-world>>. Acesso em: 10/1/2017.

ROCKEFELLER, Nelson A. Purpose and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 38, n.3, abril de 1960. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1960-04-01/purpose-and-policy>>. Acesso em: dezembro de 2016.

ROOT, Elihu. A Requisite for the Success of Popular Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol. 1, n.1, setembro 1922. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1922-09-15/requisite-success-popular-diplomacy>>. Acesso em: 20/3/2016.

ROSENFELD, Stephen S. Dilemmas of Détente: Pluralism and Policy. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.2, janeiro de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1974-01-01/dilemmas-d-tente-pluralism-and-policy>>. Acesso em: 3/2/2017.

RUSTOW, Dankwart A. Defense of the Near East. *Foreign Affairs*, vol. 34, n.2, janeiro de 1956. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1956-01-01/defense-near-east>>. Acesso em: 8/1/2017.

al-SADAT, Anwar. Where Egypt Stands. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.1, outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1972-10-01/where-egypt-stands>>. Acesso em: 23/1/2017.

SAFRAN, Nadav. The War and the Future of the Arab-Israeli Conflict. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.2, janeiro de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1974-01-01/war-and-future-arab-israeli-conflict>>. Acesso em: 2/2/2017.

_____. Engagement in the Middle East. *Foreign Affairs*, vol. 53, n.1, outubro de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1974-10-01/engagement-middle-east>>. Acesso em: 6/2/2017.

SCHLESINGER JR, Arthur. Congress and the Making of American Foreign Policy. *Foreign Affairs*, vol. 51, n.1, outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1972-10-01/congress-and-making-american-foreign-policy>>. Acesso em: 1/5/2016.

TANNENBAUM, F. The American Tradition in Foreign Relations. *Foreign Affairs*, vol. 30, n.1, outubro de 1951. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1951-10-01/american-tradition-foreign-relations>>. Acesso em: 14/4/2016.

TAYLOR, Maxwell D. The Legitimate Claims of National Security. *Foreign Affairs*, vol. 52, n.3, abril de 1974. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1974-04-01/legitimate-claims-national-security>>. Acesso em: 4/2/2017.

YOST, Charles W. The Arab-Israeli War. *Foreign Affairs*, vol. 46, n.2, janeiro de 1968. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/israel/1968-01-01/arab-israeli-war>>. Acesso em: 15/1/2017.